

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Um soldado conta como a PM do Rio ensina a bater



REDE TUPI DE ESCULHAMBAÇÃO

A história dos Diários e Emissoras Associados: fraudes, negociatas, corrupção, cheques sem fundo, etc.

Origens da luta operária no Rio Grande

LAS LOCAS

O comovente drama das *madres de Plaza de Mayo*: nos lenços brancos, o nome dos filhos desaparecidos



Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor

Osmar Trindade

Secretário

Manoel Canabarro

Redação

Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Meditsch, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Eduardo Bueno, Luiz Afonso Franz, Waldir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Henck, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Eugênio Neves, Ariosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paolo Marconi (Salvador), Zélia Leal e Sílvia Costa (França), Eva Dürr (Alemanha), Mário Alberto Nascimento, Miriam Costa Corrêa (arquivo e pesquisa), Mirtz Marques (secretária executiva)

Gerência Administrativa

Jorge Crippa

Gerência Industrial

Francisco Alba

Comercial

Leon Denisar Fischer (gerente), Herminio Pereira, Eliete de Santana, Ilse Reichert, Arlete Andreazza

Circulação e Assinaturas

Egídio Dalmina

Industrial

Ivan Carlos Ferreira, Hélio Pinho, Julio Cesar Romano Martins, Paulo Ricardo Nobre, João Carlos Meirelles, Carlos Neves Diniz (composição), Paulo Walter Oppinger, Rosalinda Flores Khal, Rosa Maria Pontual Falcão, Lisberto Facco, Henrique Bitencourt (revisão), Atil Vinetun Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, Ari Roberto da Silva (montagem), Carlos Milton de Goz Rios (subchefe), Paulo Sá (coordenador)

À venda somente a partir da edição nº 13.

Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372

CEP 90000 — Porto Alegre — RS

Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:

FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PBX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente),

Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária),

Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio

Batsow (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais),

Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição),

Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Angela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armando Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Florianio Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Matias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélcio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintonowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascetes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laísa Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lillan Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Arteché, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairos, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Goulart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Maneira, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaine Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldoar Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à

AJOCOOP

Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Tramita no Congresso Nacional um projeto-de-lei de autoria do Executivo que trata da situação dos estrangeiros residentes no país. De acordo com o projeto, todo e qualquer estrangeiro que viva em território brasileiro — tenha situação regular ou não, tenha mulher e filhos brasileiros ou não — tem sua permanência no país subordinada aos “interesses nacionais”, segundo critério do Ministério da Justiça. O projeto não se preocupa em definir e conceituar claramente quais são os tais “interesses nacionais”; apenas estabelece que, não atendido esse requisito — vago, amplo, genérico e nebuloso —, o cidadão estrangeiro pode ser imediatamente recambiado a seu país de origem ou ter proibida sua entrada no Brasil.

• • •

Dois exemplos: o Ministério da Justiça decide que a permanência do bispo espanhol dom Pedro Casaldáliga não serve mais aos “interesses nacionais” e, por isso, ele deve deixar o Brasil; uma entidade como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pretende convidar o cientista Albert Sabin, inventor da vacina contra a poliomielite, para uma série de conferências em todo o país, mas o Ministério da Justiça entende que a visita de Sabin é contrária aos “interesses nacionais” e não permite a sua entrada no Brasil. Nos dois casos, uma vez aprovado o projeto-de-lei do Governo, não haverá força capaz de impedir a saída de Casaldáliga ou permitir a entrada de Albert Sabin. Até mesmo o polonês Karol Woityla, o Papa João Paulo II, poderia ser impedido de pisar em terras brasileiras se o projeto já estivesse em vigor.

• • •

O texto encaminhado pelo Executivo, salvo negociações durante o recesso parlamentar deste mês, deverá ser votado em princípio de agosto. Ele não só é frontalmente contrário à toda a tradição jurídica brasileira relativa ao assunto, como pode criar situações inéditas e dramáticas como a de um pai estrangeiro que se vê obrigado a separar-se da mulher e dos filhos ou, então, a providenciar a mudança de toda a família para fora do país.

• • •

O número não é preciso, mas sabe-se que vivem mais de dois milhões de estrangeiros no Brasil, hoje: refugiados, exilados, executivos de multinacionais, estudantes, religiosos ou simplesmente pessoas que resolveram tentar uma vida nova no Brasil. Todos estarão sujeitos à constrangedora situação de terem de abandonar o país quando não servirem mais aos “interesses nacionais”. Muitos destes estrangeiros — sempre é bom lembrar — não moram no Brasil por que desejam e gostam. Vieram para cá encorajados por perseguições políticas em seus países de origem — e de repente vêem-se na iminência de serem deportados, entregues àqueles que os perseguiram. É algo assim como se o general Euclides Figueiredo, líder da revolta constitucionalista de São Paulo que teve de buscar o exílio em Buenos Aires para escapar da ditadura do Estado Novo, fosse devolvido ao Brasil por não atender aos “interesses nacionais” da Argentina...

• • •

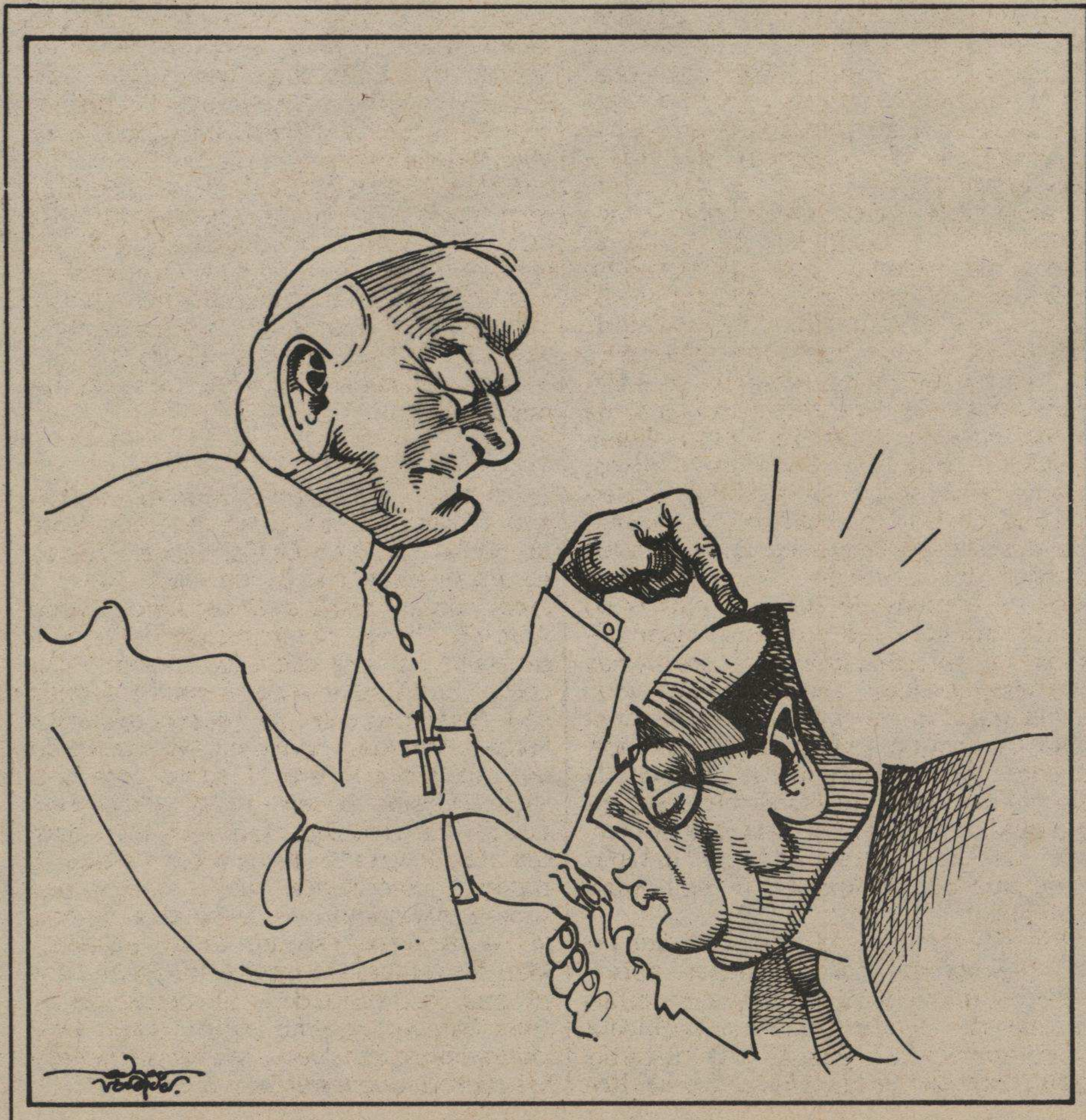
O projeto-de-lei do Executivo vai mais além: determina que todo o “estabelecimento hoteleiro, empresa imobiliária, proprietário, locador, sublocador de imóveis e o síndico do edifício remetam ao Ministério da Justiça os dados de identificação de estrangeiro admitido na condição de hóspede, locatário, sublocatário ou morador”. Quer dizer, se por uma sorte o estrangeiro conseguir entrar no Brasil, terá seus passos vigiados toda a vez que desejar mudar de endereço ou simplesmente for passar as férias longe de seu domicílio.

• • •

Mas não sejamos injustos: já estão contados os dias de poder do norte-americano Daniel K. Ludwig, proprietário do célebre Projeto Jari. Ou será que o Jari não é contrário aos “interesses nacionais”?

O Editor

Tiragem desta edição: 34.500 exemplares.



A mansão do ditador

“Para nossa tristeza, amigos do COOJORNAL, o sr. Stroessner, ditador perpétuo do Paraguai, tem uma mansão a beira mar, na cidade paranaense de Guaratuba. Nenhum disfarce. Muito pelo contrário, a casa ostenta uma placa de bronze com os dizeres: “Republica del Paraguay”. Muito nos alegraria a existência de tal casa se a vida do povo paraguaio fosse outra. O *subdesarrollo*, a repressão, a baixíssima renda do povo guarani, cuja extinção no século passado foi perpetrada, em parte, por nós a mando dos capitalistas ingleses, nos forçam a dizer que a presença daquele túmulo da democracia em terras paranaenses é uma vergonha. Pior: estão fazendo uma praia especial ao lado do *bunker brasileiro* de Stroessner. Guaratuba sente-se enojada com a presença, de quando em vez, do algoz do povo guarani. Por que ele não foi construir sua mansão praieira em terras de Pinochet ou Videla?”

Jorge Beleiro de Lacerda
Francisco Beltrão, PR

A imprensa de Caxias do Sul (I)

Na edição de maio, esse jornal veiculou uma notícia a respeito dos três jornais editados em Caxias do Sul, afirmando que todos pertencem atualmente à Empresa Jornalística Pioneiro S/A, o que não corresponde à realidade. O *Correio Riograndense* é um jornal independente, com quase um século de existência, e que pertence à Sociedade Literária São Boaventura, que tem prestado relevantes serviços à comunidade riograndense, especialmente no setor rural, para o qual está mais voltada sua atividade.

Nossa empresa nunca cogitou de adquirir o controle acionário desse jornal e não exerce sobre o mesmo a mínima influência. Por isso e para reestabelecer a informação correta, ficaremos gratos pela publicação da presente. Colhemos a oportunidade para apresentar nossas cordiais saudações.

Bernardino Conte
Caxias do Sul, RS

A imprensa de Caxias do Sul (II)

“A presidência da Sociedade Literária São Boaventura, proprietária e responsável exclusiva do semanário *Correio Riograndense*, manifesta, por este documento, sua suprema diante de afirmações errôneas veiculadas pelo *Coojornal*. Trata-se de artigo na coluna Ideias & Opiniões com o título de *Monopólio na Imprensa de Caxias do Sul?*”

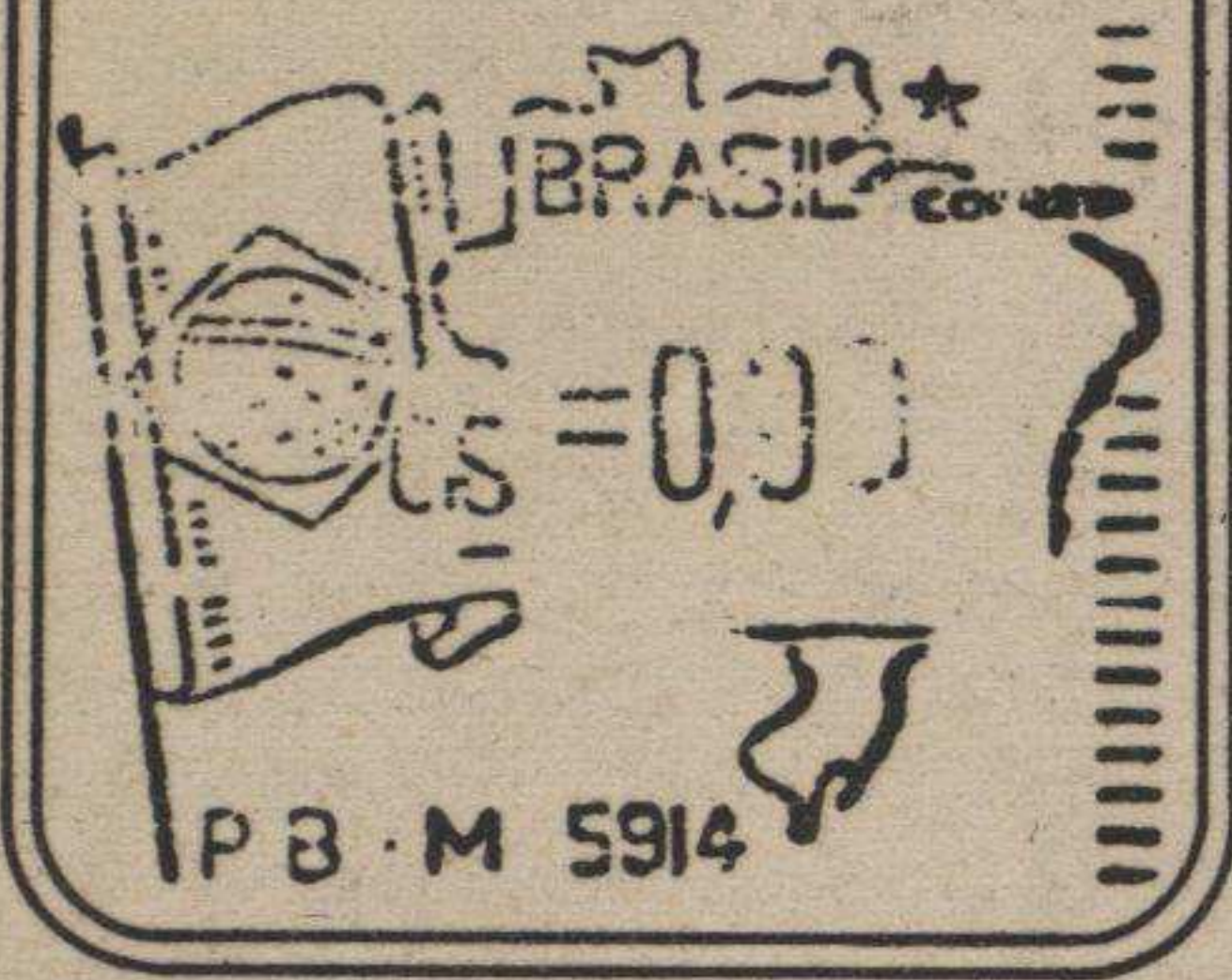
A Empresa Jornalística Pioneiro S/A, da qual a Sociedade Literária São Boaventura é acionista por alguns de seus membros, não controla, em absoluto, o jornal semanário *Correio Riograndense*. Ele continua sendo de propriedade exclusiva da acima referida sociedade e vem sendo publicado sob a orientação do diretor Moacir P. Molon.

A Ordem dos Capuchinhos adquiriu o jornal no começo do século e manteve-se fiel à herança e ao compromisso perante o imigrante italiano e ao agricultor do sul do país. Nada nos desviará desta clara e consciente decisão assumida por nossos antepassados, religiosos e brasileiros de coração e de fato.

Reconhecemos e defendemos o direito à informação que o *Coojornal* possui mas exigimos que seja correta a fim de não prejudicar a ninguém. Por isso, solicitamos que esta carta seja publicada nas páginas do *Coojornal*”.

Carlos Albino Zagonel
Caxias do Sul, RS

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



Fraudes nos montepios

"Enchendo a panela do povo de ladrões". É o que se constata diante da ação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão governamental encarregado de fiscalizar a legitimidade dos seguros, que, ao ser informada e documentada em novembro de 1979 sobre fraudes no Montepio Nacional de Proprietários de Imóveis (Monpri), não tomou nenhuma providência no sentido de indenizar os lesados. Sendo o Monpri autorizado a operar nessa área, senão não estaria em atividade, ele deve obrigatoriamente ter bens que assegurem esta autorização.

Na verdade, a Susep deveria chamar-se Suploluau, ou seja, Superintendência de Proteção aos Ladrões Autorizados, que roubam durante cinco, 10 ou 15 anos quantias que variam de meio a um salário mínimo mensal. As vítimas são pessoas que, como meus pais, deixavam de comprar alimentos para poder pagar a mensalidade "da aposentadoria", na ânsia de um futuro um pouco melhor, através da prometida aposentadoria, assegurada pela sociedade como a Minas Brasil Seguradora, que conheço desde meus cinco ou seis anos através de placas em importantes cidades brasileiras.

No caso de minha mãe, Maria Iracema Franzen Machado, o Monpri vendeu-lhe uma aposentadoria que seria paga em cinco anos por Cr\$ 100,00 mensais. Na época, agosto de 1974, o salário mínimo era Cr\$ 230,00. Em julho de 1975, sem qualquer aviso prévio, extinguiu-se o plano de cinco anos. O Monpri passou a mandar carnês de pagamento do plano de 10 anos, dizendo ser a continuação do plano anterior. Mandavam pagar até o número determinado por eles no carnê. Depois mandariam a continuação e assim sucessivamente até completar os cinco anos. Somente aí é que disseram que o plano de cinco anos havia sido extinto".

Alfredo Franzon Machado
Novo Hamburgo, RS

Ateísmo (I)

"Caro Renato Canini: Como leitor do *Coojornal* li sua carta publicada na edição de maio intitulada *O ateísmo é um crime contra o homem*. Idéia esta que o senhor dá uma ênfase bem acentuada no decorrer da mesma.

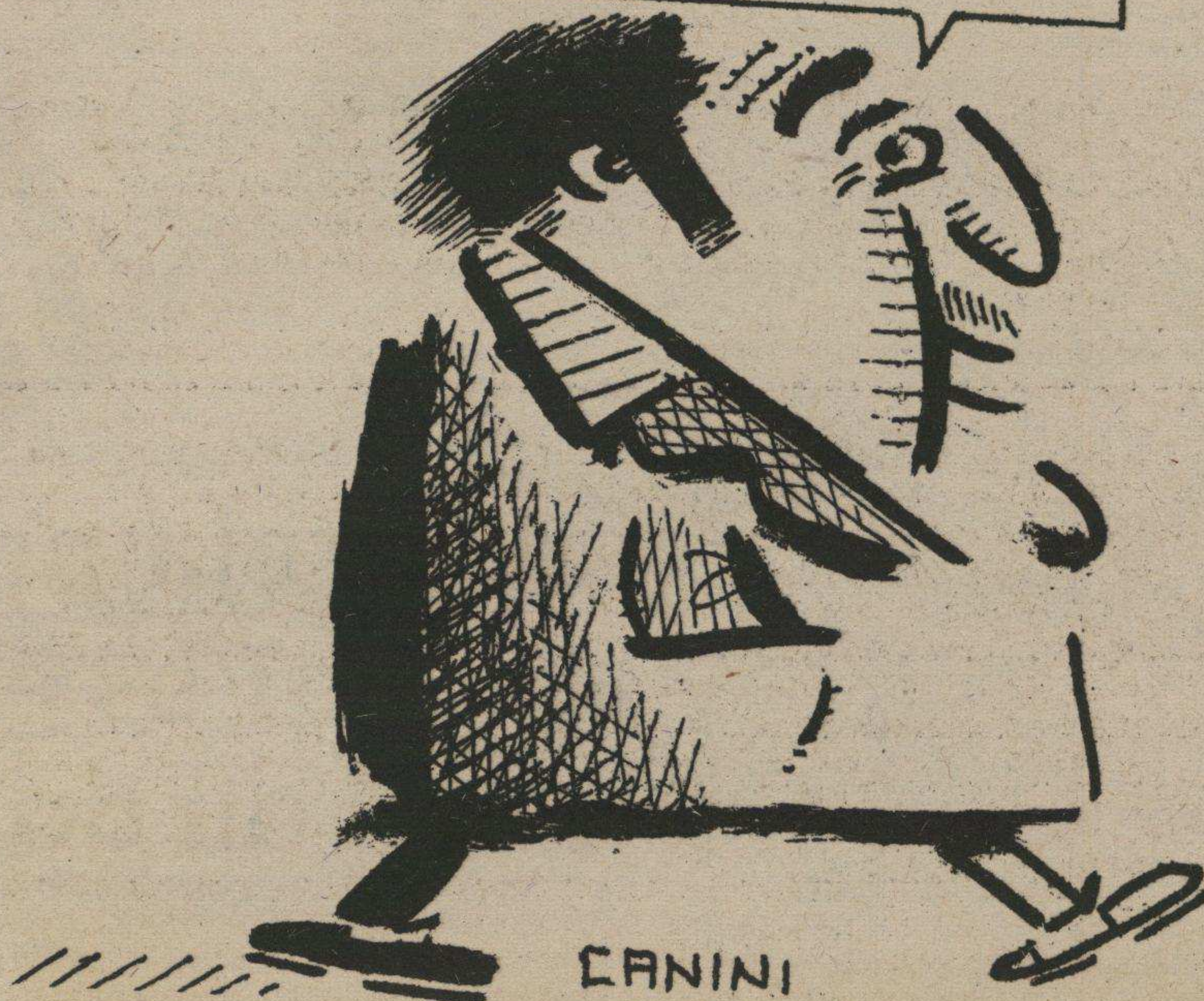
Como é de seu conhecimento, nós cristãos — sou católico — procuramos a palavra de Deus para tudo que queremos nos certificar. E Ele nos diz que "a vós é permitida a opção; escolhei hoje o que vos agrada e a quem principalmente deveis servir..." (Jonas 24,15). Portanto se conclui que o ateísmo não é e nunca foi crime (o fato bíblico acima citada ocorreu milhares de anos antes de Cristo) e sim uma opção. Desde a criação do pecado do homem Deus deu liberdade de escolha ao homem, ou seja, acredita e segue seus mandamentos quem quer, como nós, cristãos, tentamos. E cabe a nós respeitar quem não quer segui-los.

Em sua carta, o senhor diz que vocês, protestantes, acreditam num Deus vivo. É bom esclarecer também que nós acreditamos no mesmo Deus vivo e que é nosso papel transmiti-lo para que todos creiam nele e, principalmente, em sua presença nos pequenos e oprimidos.

Então é hora de todos, que nos julgamos cristãos, refletirmos seriamente, acima de discussões teológicas ou teóricas, a nossa vivência do Evangelho encarnada na realidade em que vivemos, numa realidade de tantos oprimidos, numa sociedade tão carente de pão material e espiritual.

Fabio Telles
Fortaleza, CE

PP
PT
PTB
PDS
PDT
PMDB
PAPA



Solução final para os "desaparecidos"

"Escrevo estas linhas depois de ter lido o artigo do jornalista Geraldo Hasse sobre a Argentina atual, na edição de maio do corrente ano. Os delitos cometidos pela ditadura militar argentina evidentemente excedem os limites do meu país, sendo um delito contra a humanidade. Por outro lado, desgraçadamente estes delitos estão se constituindo em um novo fenômeno mundial: o terrorismo de Estado. Por estas duas razões, a humanidade deve tomar consciência da gravidade dos acontecimentos e assumir a defesa do homem, sua vida e sua dignidade.

Sobre este particular problema dos desaparecidos da Argentina, todos os relatos de pessoas que reapareceram coincidem em marcar os muitos assassinatos, mas também falam dos que ainda estão vivos e isto determina o desespero dos familiares para resgatar seus desaparecidos. Na Assembleia Nacional da França, surgiu uma cifra (extra-oficialmente oficial) dos que ainda estão vivos; durante a presença da Comissão Internacional de Direitos Humanos na Argentina também se conheceu uma cifra estimativa dos possíveis sobreviventes e todos os homens de bem do país e do mundo levantam sua voz para lograr salvá-los da solução final dos problemas dos desaparecidos (nome como ficou conhecida a lei sancionada pela ditadura militar argentina, imitando o comportamento da Gestapo alemã condenada pela humanidade em Nuremberg, segundo a qual, o governo, ou seja lá quem for, pode declarar morto qualquer desaparecido que não se apresentar num prazo de 90 dias).

Recentemente, ante a possibilidade de um diálogo político, algumas personalidades tradicionais da Argentina estão tratando de 'terminar com o problema dos desaparecidos'. Assim, o dr. Ricardo Balbín, presidente da União Cívica Ra-

dical; declarou em Madrid que não existem desaparecidos e sim mortos, gerando uma resposta unânime entre os milhares de familiares, muitos dos quais escreveram aos jornais. Desta reação, só se conheceu a resposta das *Madres de la Plaza de Mayo*, publicadas em vários periódicos, como *La Prensa*, no dia 16 de abril. Mas o grosso das manifestações foi autocensurado pelas próprias redações. Junto com a presente, anexo uma carta do pai de um desaparecido publicada parcialmente no *Buenos Aires Herald*, no dia 29 de abril (*).

Sem outro particular, me despeço reafirmando meu agradecimento pela atenção prestada ao drama atual da Argentina e incentivando o *Coojornal* a continuar o difícil caminho de 'chamar as coisas por seu nome', tal como pediu sua Santidade o Papa João Paulo II."

José Eduardo Galindez, Rio de Janeiro, RJ

(*). A carta referida pelo leitor foi enviada por Osvaldo Cesar Giorgi ao presidente do partido político União Cívica Radical, Ricardo Balbín em 25 de abril. Nela, o autor conta a história de seu filho Alfredo Antônio Giorgi, desaparecido político, e recusa-se a considerá-lo morto. "Eu, como católico, e toda a minha família não podemos crer que nossas gloriosas Forças Armadas poderiam ter cometido um ato tão vituperável como detê-lo e logo assassiná-lo sem juízo prévio, sem assistência religiosa, sem redenção para sua alma imortal", afirma a certa altura. E encerra: "Reconheça que o senhor não sabe e que mentiu — quem sabe de boa fé — excedendo-se em suas palavras. Meu filho não está morto, Sr. Balbín. Ele só está desaparecido e se reintegrará ao amor humano que lhe espera, quem sabe muito antes de que o senhor se integre nas tumbas que rodeiam sua fantasia".

Ateísmo (II)

"A respeito de uma furiosa e indignada carta de um religioso protestante (*Coojornal* nº 53) frente às declarações de Francisco Julião, ateu declarado, tenho somente a dizer: de onde ele afirma com tanta certeza suas verdades de fé? Ele fala como se sua crença bastasse para selar a veracidade de suas interpretações. É o que me surpreende. Não se trata nem de discutir a existência de Deus ou não, pois nós perderíamos no terreno das suposições, mas não sei de onde as diversas seitas, credos e religiões se julgam, cada uma, detentoras do monopólio ideológico do cristianismo.

Trata-se de analisar as origens das enormes divisões religiosas e enxergar nelas uma total falta de crédito. O problema não está num Deus, mas sim no que chamam de Deus. Quem quiser crer, que creia, mas é um erro vender esperanças criadas em suposições sem base para um povo necessitado e desesperado, em busca de uma força, precisando acreditar em si, em sua força, e não em deuses criados segundo a cabeça de iluminadas que fundam seitas e credos segundo sua visão apocalíptica.

A crença, baseada no *pode ser* ou *eu acho* dissociada da realidade afasta cada vez mais o crente de seu mundo, perturbando a percepção das coisas e impedindo-o de atuar nelas.

O papel da Igreja se torna marcante quando ela, como agora, assume uma visão mais material das coisas. O Cristo, que muita gente cultua, acredita, está cansado de palavras ocas recheadas de uma emoção ineficaz, orações de sacrifício. Acho que ele quer um pouco mais de sangue dentro das pessoas.

Quanto às afirmações revoltadas de Renato Canini de que "podemos conversar com Deus, claro que podemos", eu só tenho a observar que conversar com Deus, para mim, é um condicionamento psicológico ao qual cada um se coloca ou não. Na época que estive num movimento de jovens, com toda a emoção e a fé do mundo, não tive esta experiência maravilhosa.

Julião fez mais pelos homens que qualquer teórico religioso que tenha se encastelado nos seus dogmas e convicções metafísicas. Na minha opinião, óbvio".

Leonel Campos
Porto Alegre, RS

A culpa não é do petróleo

"O Governo continua botando a culpa no petróleo. O coitado do petróleo virou bode expiatório de muita coisa que não tem culpa. Na verdade, a inflação que temos neste país é porque o Governo não está sabendo o que acontece.

Eu tive oportunidade de descobrir um roubo descarado, uma aberração que nada tem a ver com o petróleo e sim é causado pelo atual estado de libertinagem que o Governo permite existir no comércio. Fui a algumas lojas aqui de João Pessoa para ver os preços dos televisores coloridos e cheguei a encontrar entre duas lojas uma diferença de nada menos de Cr\$ 9 mil no preço de um aparelho do mesmo tipo e mesma marca. Ambos os vendedores confirmaram que a mercadoria recém tinha chegado.

Outro exemplo: o preço tabelado de um refrigerante em Recife é de Cr\$ 4,50 e em João Pessoa, à 120 quilômetros, é de Cr\$ 8,00. A maioria destes refrigerantes são fabricados em Recife e certamente o transporte encarece o produto. Entretanto, os refrigerantes não são trazidos um por um. Além disso, as fábricas locais vão na carona da Sunab e também cobram o mesmo preço.

Deveria ser feito um controle de preços. Eles dão a desculpa que não existem fiscais suficientes, mas com tanta gente querendo e precisando trabalhar isto não seria problema. No primeiro chamado já apareceriam os fiscais necessários para uma metódica fiscalização dos ramos de produção em todo o território nacional. Falta controle, conhecimento da situação. Sem isto, o País se afunda, o pobre sofre e o culpado é o petróleo."

Ernani Sartori
João Pessoa, PB

Exportação de criminosos

"A baixada Fluminense de hoje se constitui numa verdadeira 'filial do nordeste'. Mais da metade de seus três milhões de habitantes migraram da região mais carente do Brasil. Seca, fome, miséria e também ignorância fizeram milhões de nordestinos pularem 'da panela para o fogo'. Apenas oito por cento da área do município de Nova Iguaçu tem saneamento básico e pouco mais de 20% da população têm empregos fixos.

A monstruosidade de um sistema faz com que homens de bem, apesar de humildes, tornem-se vis criminosos. A violência tornou-se normal, o roubo uma forma de vida e o assassinato uma necessidade. Até hoje, o Estado tem se manifestado radicalmente contrário à escalada de morte, mas as atitudes tomadas com intuito de exterminar o flagelo nada têm de radicais. Ao contrário, parece que são tomadas propositadamente para agravar a situação absurda em que nos encontramos. Mas não basta criar novos empregos e dar infra-estrutura de atendimento à população da Baixada. É preciso fazer tudo isto, em escala muito maior, no nordeste brasileiro, principal centro exportador de carentes e criminosos em potencial do Brasil."

Jardel André Pacheco, Campo Bom, RS

ORAL-SEX

Proteção para o seu "outro" órgão sexual

Finalmente, um preservativo para a prática do sexo oral.

Excitante e higiênico!

Você já conheceu preservativos masculinos, ou seja, as "carnesinhas de venus"? E sabe que eles servem para proteger e impedir contaminação bacteriana. Hoje, nós estamos na era do sexo total. E a língua já passou à condição de um segundo e importante órgão sexual. Assim, porque não protegê-la? ORAL-SEX é isso. Além de tornar a prática do sexo oral absolutamente higiênica, ela aumenta o prazer da mulher porque tem saliências na ponta, como se fossem pelos, que roçam nas áreas mais sensíveis produzindo verdadeiros delírios de prazer.

Lavou, está novo!

ORAL-SEX não é descartável. Ou seja, basta lavar, e ela já está pronta para outra. Assim, você compra apenas uma vez, e passa a ter prazer e proteção para sempre.

Exclusivo:

sabor permanente
Para tornar o seu relacionamento ainda mais "saboroso", os preservativos ORAL-SEX recebem através de um processo especial, o sabor permanente, que não sai com o uso — um excitante gostinho de baunilha.

Peça hoje mesmo esta incrível novidade sexual!

ALVAN - Comércio e Representações Ltda. - Rua ...
Cidade Postal 8888 - CEP 01000 - São Paulo - SP
SEM, desape o preço em pontos locais. ORAL-SEX no valor de Cr\$ 530,00 cada. Para isso, estou enviando: cheque via postal
Atenção: Mande o cupom e seu cheque ou Vale Postal na mesma envelope, caso contrário não poderemos atender ao seu pedido.
Preencha em letra de forma.
Nome:
Endereço:
Cidade: Estado:

Apelação e Oral Sex

"Chegamos ao incrível da liberação da censura e é até com certo puritanismo crítico que muitas pessoas que clamavam por abertura estão recebendo este surto de divulgação. Alguns órgãos de imprensa estão até apelando para a ignorância, como é o caso da revista *Homem* que até algum tempo atrás se propunha a concorrer com *Status*, *Peteca* e outras revistas ditas sofisticadas no erotismo, agora apela descaradamente para a fotografia de mulher completamente nua em poses até de masturbação — pela censura está proibida a foto de ato sexual e masturbação, tidas como pornografia.

Até a propaganda, que utiliza a mulher como objeto, não se atrevia a utilizar os famosos textos camuflados. Mas agora estão se tornando cada vez mais freqüentes os anúncios de rádio que propalam preservativos sexuais mais confortáveis e aderentes, anúncios de papel higiênico e até mesmo uma propaganda de uma verdadeira 'novidade sexual', publicada na revista *Homem* de abril, com texto dirigido para os adeptos da cunilíngua, o sexo oral.

O anúncio se propõe a vender por reembolso postal o produto *Oral Sex* ao preço de Cr\$ 530,00. É uma espécie de *camisinha de Venus* para a língua, 'o segundo órgão sexual', com gosto de baunilha, excitante, higiênico, protetor, incrível e lavável, além de afrodisíaco por ser do tipo lixa, 'provocando delírios de prazer na mulher' 'Realmente incrível'.

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

O avião do governador

"Discute-se nos meios políticos do nosso estado a compra de um avião pelo governador. O próprio já disse que os dois atuais não são fabricados no Brasil e existe dificuldade em se conseguir peças de reposição. Um deles até já está desativado.

Certamente um governador de estado merece ter um avião, pois um simples granjeiro que se preze tem o seu, o mesmo acontecendo com executivos bem sucedidos e empresas particulares. Isto posto, concluímos que o governador terá seu avião. Resta saber de que forma o feliz contemplado fará uso deste aparelho, de modo que ele renda os mesmos resultados obtidos pelo granjeiro, executivo ou empresário.

Em primeiro lugar, que sejam abolidas as viagens políticas. Estado nenhum precisa de governador político. Quem precisa é o partido do governador. Pois o partido que dê um avião a seu Relações Públicas. Assim sendo, espera-se que o governador não gaste mais o precioso combustível, que chega a faltar para as viaturas policiais fazerem suas rondas em busca dos "foras-da-lei", com viagens para inaugurar canchas de futebol de salão, festividades de municípios, inaugurações de escolinhas lá nos confins do Rio Grande.

Certamente muitos prefeitos de pobre imaginação se sentirão feridos em seus brios, já que não conseguem promover coisa melhor que a vinda do governador a sua cidade. É que nem edifício: para ser cidade tem que ter edifício, para que um prefeito seja glorificado precisa conseguir trazer o governador.

Há poucos dias em Santo Ângelo, o governador tentava justificar a compra do Xingu, o tal avião pretendido. Lembrou que apenas naquela semana estivera em São Luiz Gonzaga (centenário do município) na terça, Porto Alegre na quarta, Caxias do Sul e Canela na quinta e Cerro Largo na sexta. E disse ainda que a imprensa estava distorcendo notícias sobre a aquisição do avião.

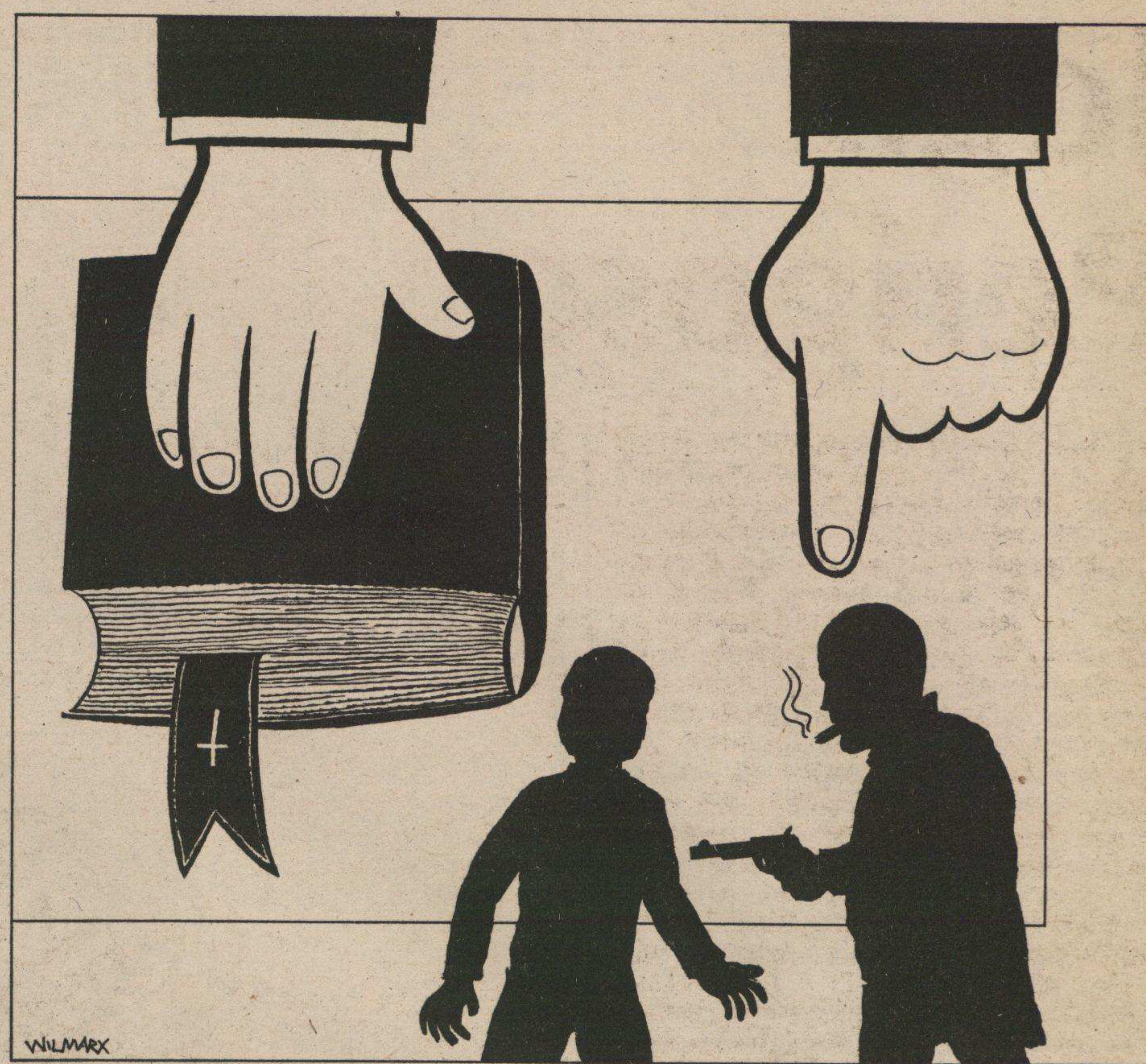
A questão maior para o povo deste estado não é a compra do aparelho em si. Tende mais para o uso do referido. É que nem automóvel. Pagar é fácil, o difícil é manter. Então que os nossos bravos deputados dirijam sua verve para o lado da disciplina do uso do Xingu. E eliminem — mesmo tardiamente — a liberalidade com que vinham sendo usados o tempo e o prestígio do nosso governador. Senão que tempo sobrá para que o governador governe?

Nós, gaúchos, precisamos demais do governador. E queremos que ele possa concentrar-se e dedicar-se a um plano de governo que não embarque em festividades inaugurais. Quando o avião do governador do Rio Grande do Sul — estado que até mesmo anda discutindo a recessão econômica — passar sobre as nossas cabeças, queremos ter a certeza que ali vai nosso chefe maior em missão de grande importância. E nós abanaremos."

Egon Musskopf, Santo Ângelo, RS

ASSINE O COO JORNAL!

Il. Herculano



"A igreja precisa apontar os erros do rei ou do ditador"

Por JAIME WRIGHT(*)

O texto de Isaías diz que Deus está farto — está cheio — está até aqui — da palhaçada hipócrita daqueles que maçaqueiam a piedade, daqueles cuja religião se restringe à sacristia, daqueles que rezam piedosamente dentro do templo mas que lá fora oprimem o povo, abusam dos fracos, desatendendo à justiça.

A palavra de Deus tem uma maneira incômoda de ignorar datas e dar contemporaneidade à verdade. Como aplicar a Palavra de Deus às circunstâncias do aqui e do agora? Pode ser que ninguém neste auditório seja culpado de hipocrisia nas suas rezas e orações.

Mesmo assim, precisa encarar a verdade de que o silêncio diante dos males da ordem social; de que a voz silenciada diante da injustiça; de que a impassividade diante das vítimas da crueldade e da violência; de que toda a omissão produz um vasto e profundo abismo entre a piedade da sacristia e o mal que se tolera nas relações sociais.

A passividade diante do mal significa cumplicidade com a iniquidade. É por isso que as coisas ditas tão brutalmente por Isaías têm uma relevância inquietante para os religiosos de hoje, que teimam em buscar uma "neutralidade moral" diante dos acontecimentos de hoje.

A preocupação da Igreja pelos oprimidos é ecumênica. Ecumênica vem de uma palavra grega, *oikoumene*, quer dizer "o mundo habitado". Porque a Igreja entende que os direitos humanos são universais e, por conseguinte, ecumênicos, a Igreja — que não se limita por fronteiras — repele a idéia de que haja direitos humanos **nacionais**, isto é, exclusivos a um determinado país.

É por isso que a Igreja estende sua destra fraternal aos irmãos oprimidos em países vizinhos. Em questões de denúncias de violações de direitos humanos, a Igreja — no melhor estilo profético bíblico — precisa apontar os erros do rei, do imperador, do soberano, do governador, do delegado, do secretário, do ditador, do presidente, do general.

Tais denúncias não poderão jamais ficar subtraídas por meio de caprichos governamentais ou de uma alegada doutrina de segurança nacional, ou de alegadas ingerências em "assuntos de ordem interna". A recente visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Argentina é prova mais do que concreta do fato de que vivemos num

mundo interdependente, onde o bem/estar dos oprimidos não se limita por fronteiras geográficas, políticas ou ideológicas.

A Igreja não admite, por conseguinte, que, invocando uma doutrina de segurança nacional alienígena, sejam pisoteados os mais sagrados direitos da pessoa humana. Lembramos que uruguaio, chilenos, argentinos e paraguaios são filhos de Deus também, membros da grande família latino-americana, vítimas — muitos deles — da tecnologia e do **know-how** de repressão que o Brasil exportou para os seus respectivos países.

Lembramos, ademais, que refugiados que aqui vieram e que aqui estão, aqui chegaram em consequência da repressão que o Brasil exportou. Se é irônico o fato de que nossas aberturas democráticas estão agora proporcionando refúgio — mesmo que temporário — a irmãos dos países do Cone Sul, é por demais estranho que continue a vigorar em nosso país o decreto da Junta Militar, de 1969, que impede a radicação desses irmãos oprimidos em nossa pátria.

Ai está uma maneira de sair da sacristia e colocar em prática a justiça recomendada pelo profeta Isaías: fazer campanhas pela revogação do decreto de 1969 — para que outros Universindos, Liliáns, Camilos e Francezcas possam aqui encontrar a paz e tranqüilidade que perderam em suas pátrias. E seja a nossa prece, sempre, a do autor do Salmo 81:

Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios.

(*) O reverendo Jaime Wright é representante do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul (Clamor) e da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo. Nesta condição, ele esteve em Porto Alegre no dia 12 de novembro do ano passado, participando do ato público pelo aniversário do seqüestro dos uruguaio Lilián Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz, quando leu o texto acima. Jaime Wright é irmão de Paulo Stuart, deputado estadual de Santa Catarina que foi cassado em 1964 e, preso pela polícia política em São Paulo, em 1973, está morto ou desaparecido.

Jogo Perigoso

Uma legislação sancionada em 14 de dezembro de 1973 pelo então presidente Emílio Médici e que nunca chegou a ser cumprida, está causando o maior rebuliço no futebol gaúcho. É a Lei 5.988, capítulo IV (*), que regulamenta o Direito de Arena, ou seja, garante aos jogadores de futebol 20% sobre o pagamento pelas transmissões de rádio e TV. Com base nesta lei, o Sindicato dos Atletas Profissionais do Rio Grande do Sul enviou um ofício à Federação Gaúcha de Futebol (FGF), cobrando a parte de seus associados que participaram de jogos do Campeonato Nacional transmitidos pela TV.

Neste pedido dos jogadores, a FGF vislumbrou a fórmula ideal para anular o custo operacional do Campeonato Gaúcho deste ano: cobrar pelas transmissões com base no Direito de Arena, pagar os 20% para os atletas e, com o restante, garantir a realização da competição sem os tradicionais prejuízos aos clubes. A proposta foi levada à reunião do Conselho Arbitral, formado pelos 16 clubes participantes do campeonato, que aprovaram a idéia da federação através de procurações. Nesta mesma reunião, foi estabelecido o valor das transmissões: Cr\$ 30 milhões a serem rachados entre as emissoras interessadas.

A reação foi imediata. "A Copa do Mundo de 78 foi transmitida por 200 mil dólares, o Mundialito do Uruguai custará 84 mil dólares para as emissoras de TV gaúchas, as Olimpíadas de Moscou serão televisionadas integralmente por 25 mil dólares, e a FGF quer cobrar 600 mil dólares pelo Campeonato Gaúcho", protestou o presidente da Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e TV (Agert). E ameaçou boicotar a competição.

O que a Agert não esperava é que, surpreendentemente, a Rádio Farroupilha e a TV Piratini, dos Diários e Emissoras Associados, fossem aceitar a proposta. Além de ambas estarem afastadas das coberturas esportivas, a dívida dos Associados no Rio Grande do Sul atinge a Cr\$ 72 milhões. No entanto, as duas assinaram contrato com a FGF, esta representando os clubes.

GUERRA À FEDERAÇÃO

O pagamento das taxas de transmissão seria feito através da venda de espaços comerciais. A FGF teria direito a três cotas no valor mensal de Cr\$ 2 milhões cada uma, e as duas emissoras a uma cota do mesmo valor. Além disso, a Federação contaria com um programa semanal de uma hora de duração para seus pronunciamentos. Estava instalado o monopólio das transmissões esportivas.

As demais empresas, invocando a "liberdade de imprensa" e dizendo-se as reais defensoras do futebol, rebelaram-se contra o monopólio dos Associados e iniciaram uma guerra contra a Federação. Juntaram à implantação das taxas, uma outra resolução do Conselho Arbitral proibindo a presença dos repórteres de rádio na pista dos estádios durante as partidas e sentenciaram ao público. "A FGF é contra o direito de informação". Para tanto, foram favorecidos pela tru-

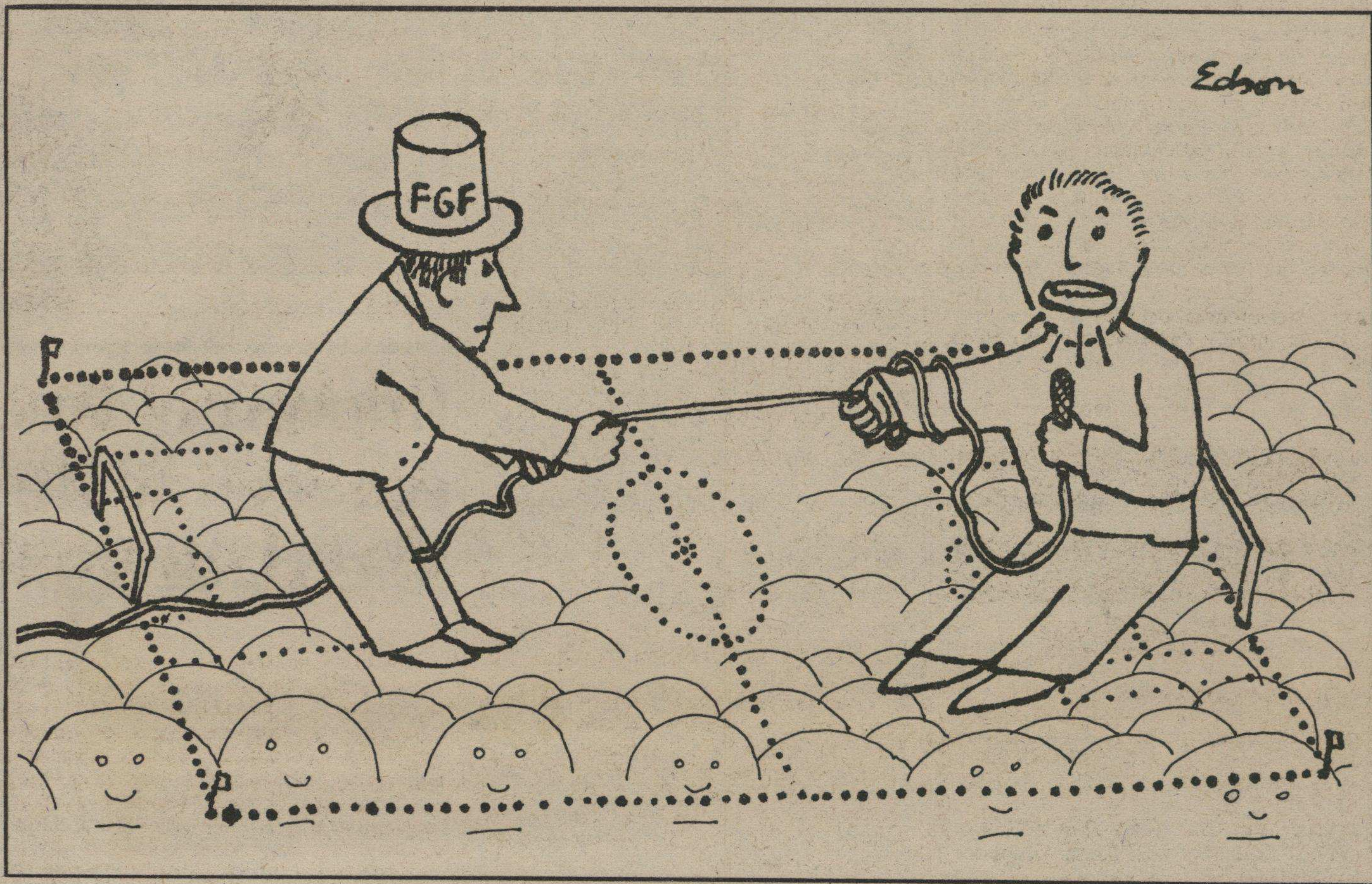
(*) A lei 5.988, capítulo IV, apelidada de Lei Médici, tem dois artigos. O artigo 100 estabelece: "A entidade a que esteja vinculado o atleta pertence o direito de autorizar ou proibir a fixação, transmissão ou retransmissão, por quaisquer meios ou processos, de espetáculo desportivo público com entrada paga". O parágrafo único diz que "20% do pagamento da autorização serão distribuídos em partes iguais aos atletas participantes do espetáculo". E o artigo 101 ressalva que "o artigo anterior não se aplica à fixação de partes do espetáculo cuja duração não exceda a três minutos para fins exclusivamente informativos".

Federação Gaúcha e emissoras brigam por dinheiro e culpam os atletas

Hofmeister: contato comercial?



Eduardo Tavares



culência dos agentes de segurança da FGF que, durante a partida Internacional x Novo Hamburgo, no Estádio Santa Rosa, em Novo Hamburgo, agrediram ao repórter Wianey Carlet, da Rádio Gaúcha.

O curioso é que a "liberdade de imprensa" que as emissoras dizem defender, vale para lutar pelas transmissões esportivas e pelo pagamento dos patrocinadores, mas não valeu, por exemplo, quando alguns cronistas esportivos foram demitidos de seus jornais e emissoras de TV por criticarem o presidente do Grêmio, Hélio Dourado (Coojornal nº 54). Aliás, somente quando o presidente gremista manifestou seu apoio à Federação é que, pela primeira vez, foram denunciadas as pressões que ele fazia aos jornalistas.

Por enquanto, as emissoras de rádio e TV estão transmitindo as partidas do Campeonato Gaúcho graças a uma liminar impetrada pela Agert e concedida pelo juiz da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, Alceu Binato de Moraes, até que o mérito seja julgado, o que poderá ocorrer somente dentro de um ou dois anos.

— Só há uma maneira de não vencermos: se a lei não for cumprida — diz o assessor jurídico da FGF, Bayard Newton de Oliveira Soares. — O direito de Arena faz parte da Lei que regula os Direitos Autorais e, portanto, só pode ser cobrado se existir uma sociedade arrecadadora devidamente cadastrada no Conselho Nacional de Direito Autoral, que, obviamente, não pode ser a Federação —, rebate o advogado da Agert, José Antônio Pinheiro Machado.

NEGOCIAÇÕES

Discussões jurídicas à parte, o fato é que a polêmica estabelecida está dando pano para várias mangas. Até agora, as detentoras do monopólio não conseguiram patrocinador para suas transmissões. Curiosamente, foi o próprio pre-

sidente da FGF, Rubens Hofmeister, quem saiu, qual um contato comercial, à caça de anunciantes. Seus alvos prioritários foram bancos e financeiras, mas nenhum demonstrou interesse.

Isto bastou para que o comentarista da Rádio Guaíba, Lasier Martins, acusasse num programa "A Federação está custeando as despesas de locomoção da Rádio Farroupilha nos jogos realizados no interior do estado". Aquela altura, as principais empresas jornalísticas de Porto Alegre — a Rede Brasil Sul de Comunicações, proprietária da Rádio e TV /Gaúcha e do jornal Zero Hora; a Companhia Jornalística Caldas Júnior, dona da Rádio e TV Guaíba e dos jornais Correio do Povo e Folha da Tarde, e mais a TV Difusora — eram unânimes em denunciar o que chamavam de "negociata" da Federação.

Ao mesmo tempo, os repórteres procuravam jogadores da capital e do interior para que eles dissessem que o rádio e a TV são essenciais na promoção do futebol. O mais procurado, sem dúvida, era Vitor Hugo Barros, meia-cancha do Grêmio e presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Rio Grande do Sul, entidade criada em 1977 e que conta com aproximadamente 150 associados. O próprio presidente da Agert manteve contato com o jogador sugerindo que a entidade reconsiderasse sua posição.

— Era muita pressão —, afirma Vitor Hugo. — Todo dia vinha o pessoal cobrar nosso posicionamento —. Dia 26 de junho, a entidade lançou uma nota esclarecendo que não pretendia cercar o direito dos profissionais de comunicação, mas exigindo uma regulamentação do Direito de Arena. E propôs que todas as partes interessadas se reunissem em torno de uma mesa para negociações.

DEDURAGEM

Entre os clubes, quase todos mantiveram-se fiéis a Hofmeister. A única

dissidência foi o Internacional, que casou a procuração outorgada à AFGF. O presidente José Asmuz argumentou que o documento não dava à Federação os poderes pretendidos por Hofmeister. Outros clubes, como o Internacional de Santa Maria, o Caxias e o Juventude, de Caxias do Sul, constrangidos, pediram nova reunião do Conselho Arbitral, para "aparar as arestas". O presidente da Agert, Fernando Ernesto Correa, após obter a liminar da 16ª Vara Cível, apelou para "o bom senso dos homens da Federação" e propôs o diálogo.

Diante deste quadro, o intempestivo presidente da FGF, ex-autocandidato à CBF e ex-candidato à deputado federal pela Arena — impugnado por acusação de abuso de poder econômico — teve uma atitude pitoresca: fechou as portas da entidade para os jornalistas e elegeu a Rádio Farroupilha e a TV Piratini como "as emissoras oficiais da FGF". A partir daí, recusou-se a dar entrevistas a outros jornais, inclusive o Coojornal, e anunciou que todas as informações sobre o campeonato gaúcho, incluindo a tabela e o regulamento, só seriam dadas pelas duas emissoras.

Naturalmente, a Farroupilha e a Piratini passaram a refletir o posicionamento da FGF, até mesmo nas jornadas esportivas. Num jogo entre Grêmio x Novo Hamburgo, no Estádio Olímpico, o comentarista Luiz Carlos Prates, que também é psicólogo, chegou a dedurar pelo rádio seu colega Lupi Martins, da Rádio Guaíba, que estava dentro do campo: "Será que este rapaz não sabe que o regulamento proíbe a presença de repórteres na pista?", perguntou. Por essas e outras, o locutor, advogado e escritor Antônio Carlos Resende pediu demissão da Farroupilha: "Não posso agir contra os colegas".

RAFAEL GUIMARÃES

Delfim tem fôlego para evitar o nocaute?

Ele já perdeu dois rounds na luta contra a inflação

Quando a inflação ultrapassa a casa dos 100%, calculada sobre os últimos 12 meses, como ocorreu agora em junho, a impressão geral é de que a política econômica está inteiramente equivocada, que os preços vão continuar subindo e que os dias de poder e glória do Ministro da Economia, seja ele qual for, estão contados.

Existem três elementos numa batalha antiinflacionária que precisam ser examinados para que se possa chegar a uma conclusão como esta. Primeiro, é necessário verificar se existe algum tipo de política econômica e se ela está sendo aplicada de forma consistente. Segundo, se o Governo tem suficiente poder político para implementá-la. Em terceiro lugar, é preciso examinar exatamente qual a aposta do Governo ao colocar em prática determinada política de combate à inflação — o que, em linguagem mais simples, implica em saber se os condutores têm suficiente habilidade política.

A verdade, de fato, é que uma determinada política econômica está sendo aplicada no Brasil, e de forma coerente (o que não exclui os erros e equívocos). Isto não impede, porém, a discussão a respeito dos méritos desta política: se ela é a mais correta para o país ou não, se os custos sociais que ela exige são superiores aos de uma política alternativa, etc.

O Governo está fazendo um esforço considerável para conter a especulação financeira, reduzir as importações, aumentar as exportações, diminuir os níveis de incerteza com relação ao futuro da correção monetária e da desvalorização cambial, reduzir os gastos públicos, aumentar os tributos e conter rigidamente o crédito e as taxas de juros. Medidas deste tipo, aplicadas com decisão pelo período necessário, inevitavelmente conduzem, segundo rezam os manuais e a experiência de outras nações, a um reordenamento da economia e à redução dos índices inflacionários.

FALTA CONFIANÇA

A principal questão que se levanta nestes períodos, mesmo pelos setores teoricamente favoráveis a tais medidas, é: quanto tempo é necessário aplicar a política para que ela apresente resultados animadores? Eis aí uma pergunta sem resposta definitiva. Principalmente no caso brasileiro, onde uma política de austeridade está sendo aplicada mantendo-se a aspiração de obter taxas positivas de crescimento econômico, num país em que o peso das decisões que estão fora do controle oficial podem ser determinantes sobre os rumos dos preços, como é o caso das tarifas do petróleo e o fluxo e os juros dos recursos internacionais.

O segundo ponto refere-se ao poder político para colocar em prática e manter, com um mínimo de desvios, a política antiinflacionária. Isto também tem efeitos sobre os resultados. Enquanto estes não chegam, literalmente todos os setores da sociedade estão insatisfeitos com algum dos itens da política antiinflacionária, embora todos concordem que a inflação deve ser combatida. E há um determinado momento, considerado crucial, onde tudo parece dar errado.

No caso brasileiro, há ainda uma dificuldade adicional, ao nível político. Para amplos setores da sociedade, discute-se mesmo a própria legitimidade do Governo, o que dificulta uma trégua no âmbito da política econômica. Não há a necessária confiança para buscar um certo consenso sobre os objetivos a alcançar. Eis aí uma situação que pode ser fatal, pois torna imprevisível o comportamento do Governo diante dos erros, inevitáveis, de alguns de seus auxiliares,

quando apresentados com olhos extremamente críticos diante da opinião pública.

De qualquer forma, desde que exista uma política econômica definida e que ela possa ser mantida ao longo do tempo, é preciso que o Governo vença alguns rounds importantes dentro de certos prazos suportáveis. No momento, aparentemente, Delfim Netto e sua equipe estão na lona, nocauteados.

O Governo fez quatro apostas para 1980: 1) Inflação com índice global de 50% no ano; 2) Uma queda da inflação de 1980 em relação a 1979; 3) Em dezembro, a taxa de inflação estará aos níveis de 50% ao ano, "em termos anuais"; e 4) A inflação declinará no segundo semestre.

Mesmo um levantamento superficial demonstrará que o Governo ainda não foi nocauteado, embora tenha, definitivamente, perdido o primeiro round por larga margem de pontos. Também poderá perder o segundo round, porque parece difícil que a inflação de 1980 seja inferior a de 1979, embora isto ainda seja tecnicamente possível. Mas poderá ganhar os dois últimos rounds, por que não?

Em primeiro lugar, o Governo apostou que em dezembro a inflação estará ao nível de 50% ao ano, "em termos anuais". A habilidade deste raciocínio está em deslocar os cálculos da inflação dos últimos 12 meses, para adotar-se uma projeção de inflação com base no índice do mês. Ou seja, se a taxa de inflação de dezembro for de 3,5%, isto representará, "em termos anuais" (apenas que projetados para o futuro) a almejada inflação de 50%.

Finalmente, o Governo apostou numa tendência declinante da inflação para o segundo semestre. E também poderá obter uma vitória, pois, como se recorda, no segundo semestre do ano passado ocorreu a famosa "inflação corretiva", gerando uma alta de 41,8% nos preços do semestre. Nos primeiros seis meses deste ano os preços subiram entre 38 e 39% (índice de disponibilidade interna). Desde que as autoridades consigam manter o índice de elevação dos preços nestes níveis, daqui para dezembro, eles serão inevitavelmente declinantes, quando comparados com os mesmos meses do ano anterior.

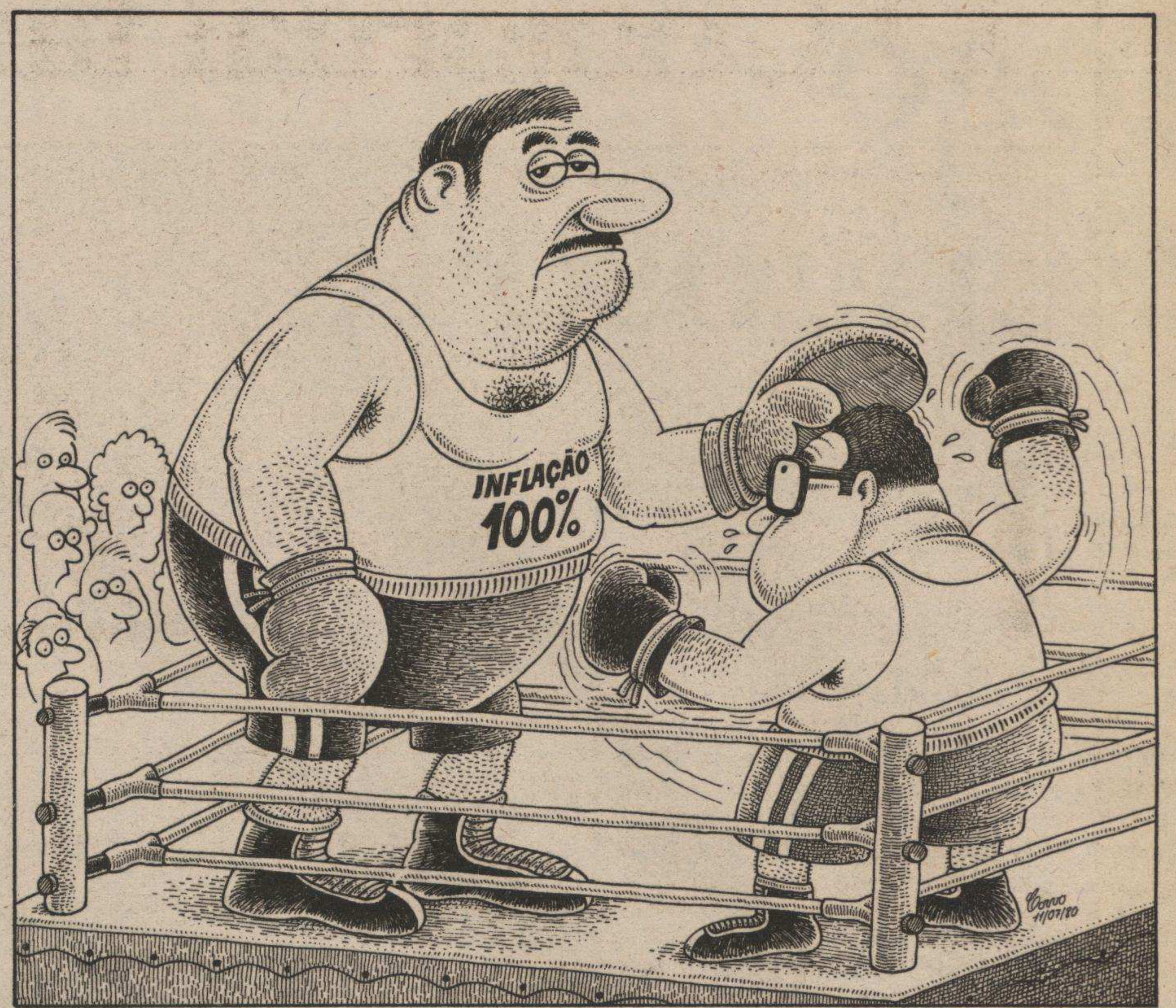
DELFIN JOGA A TOALHA?

Além disso, para alcançar a vitória nestes rounds, o Governo já demonstrou que está disposto a utilizar todo um arsenal de pequenos ou grandes truques, lícitos ou não, que vão desde a retirada de algumas "acidentalidades" do índice geral da inflação, até a manutenção de controles fictícios de preços, aos níveis de supermercados, com a finalidade de manter os índices comprimidos. E o Governo espera ainda um esfriamento geral de consumo, a partir deste mês, quando, presumem os técnicos oficiais, o aperto geral do crédito começará a prejudicar o consumo.

Isto poderá ou não acontecer. Além da possibilidade de o Governo ser pressionado a sancionar a demanda, fornecendo recursos para financiá-la, outros fatores conspiram contra os objetivos oficiais: as pressões para que não sejam suspensos alguns grandes programas públicos; o consumismo inflacionário que leva os compradores a gastar todo o seu dinheiro o mais rapidamente possível; os esforços da classe média para manter seu status, lançando mão de suas reservas; a necessidade de manter os estímulos à agricultura sem obedecer os limites do orçamento monetário.

A soma dos fatores desfavoráveis no plano interno pode, efetivamente, postergar os primeiros resultados positivos do plano montado pelo Ministro da Economia. Se a isso juntarem-se fatores desfavoráveis no setor externo da economia, o Ministro dificilmente poderá voltar para o round seguinte.

HÉLIO GAMA



Imprensa: vivendo em regime de liberdade condicional

A informação ainda é controlada pelos poderosos

A situação da liberdade de imprensa no Brasil, atualmente, é muito semelhante a de um presidiário em liberdade condicional: vive absolutamente sob controle, ameaçada de punições a qualquer momento e, por isso mesmo, impossibilitada de tentar alguma investida mais ousada. Foi esta uma das principais conclusões do 1º Congresso dos Jornalistas de Brasília, realizado nos dias 20 e 21 de junho no Distrito Federal.

Segundo os documentos extraídos do encontro, numa sociedade como a brasileira, o controle da informação está basicamente nas mãos daqueles que detêm o poder econômico e político. A informação não existe pela informação: se informa apenas para orientar as diversas classes sociais a fim de que essa orientação chegue a se expressar em ações determinadas.

Nos momentos em que o regime militar tinha um posicionamento mais duro, os jornalistas e os empresários de comunicação, de certa forma, mantiveram uma linha de conduta semelhante: ambos pretendiam acabar com a censura prévia e policial. Com o abrandamento da censura, essa convergência de interesses terminou. Hoje, a censura tende a concentrar-se e começa a ser feita dentro das redações pelas próprias empresas e sob supervisão direta dos empresários.

Esse novo posicionamento reflete-se, até mesmo, através de porta-vozes governamentais, como o ministro Said Farhat, da Comunicação Social, que recentemente desencadeou uma série de ameaças de endurecimento do regime com relação à imprensa. Fala-se agora numa lei de responsabilidade que salvaguardaria a dignidade daqueles que, de uma forma ou de outra, se sentissem atingidos por eventuais abusos da imprensa.

— E isso ainda é necessário? — indagam os congressistas. — Afinal, contra a imprensa e os jornalistas já existe um verdadeiro arsenal, configurado na Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Código Penal Civil, Código Penal Militar, Código Nacional de Telecomunicações e o Decreto-Lei número 1.077.

Como alternativa imediata, diante da constatação de que a luta pela liberdade de imprensa é a mesma luta pela democratização do país, a conclusão dos jornalistas de Brasília é que as entidades de representação da categoria devem apoiar e participar da campanha que vários setores da sociedade e os partidos de oposição estão preparando contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa.

O Congresso de Brasília também esclareceu que os jornalistas não desejam impunidade absoluta. Ao contrário, eles acham que os crimes de imprensa devem ser punidos. Mas pela aplicação da lei comum, através do Código Penal Civil, e não por uma lei de exceção, como a Lei de Imprensa. Eles propõem ainda que se inicie a discussão de um código de ética que fixe a responsabilidade social do jornalista.

Ao 18º Congresso Nacional dos Jornalistas, que se realizará em agosto, também na Capital Federal, o Sindicato dos Jornalistas de Brasília, com base nas discussões do 1º Congresso da categoria, levará a debate uma série de conceitos a partir dos quais pretende-se definir o comportamento dos jornalistas na luta pela liberdade de imprensa e as alternativas possíveis para o jornalismo ser livre no Brasil. Eis alguns desses pontos:

— O fenômeno da informação constitui-se num fato comum a todas as atividades humanas e, portanto, é inseparável da luta de classes, pelo uso privilegiado que fazem dela os que detêm o poder político e econômico.

— A formação do profissional jornalista é uma questão absolutamente política.

— A Universidade é onde, teoricamente, torna-se possível a formação de um pensamento crítico e organizado sobre o fenômeno da comunicação de massa.

— A informação é sempre usada politicamente. E no caso da maioria dos órgãos da imprensa brasileira, esse uso funciona de acordo com os interesses dos que detêm a propriedade dos veículos de comunicação, que muitas vezes são os mesmos interesses da classe dirigente.

— Deve-se buscar alternativas para o jornalismo, para que ele se torne um agente de intervenção e transformação da sociedade em função dos interesses da maioria da população.

ARIOSTO TEIXEIRA

O Coojornal faz a cabeça da Elis.



Faça como a Elis: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.

12 edições por apenas Cr\$ 440,00

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre - 90.000 - RS.

Cupom de assinatura
Coojornal

Nome: _____
End.: _____ N.º _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____

Senhor, livrai-nos do boato!

O golpe de estado virá depois que o Papa voltar ao Vaticano, diziam as negras previsões que grassaram em Brasília por alguns dias antes que João Paulo II chegasse ao país. E, por todos os cantos da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, o golpe, ou pelo menos o endurecimento, foi o principal assunto. As condições favoráveis ao golpe estão presentes, segundo seus previsores: crise econômica, inflação a 100%, radicalização dos movimentos populares, crescimento da oposição de esquerda ao regime. É claro, diziam, que o golpe não poderia ser dado antes da visita do Papa — mesmo porque ele poderia acabar não vindo. Depois, porém, seria irreversível.

Bastou que João Paulo II começasse sua peregrinação pelo país para que os rumores golpistas cessassem. Reunindo multidões como ninguém, em tempo algum, jamais reuniu, e fazendo sua pregação em favor dos postulados universais da Igreja, em favor da paz e da justiça social, o Papa praticamente calou os que falavam em endurecimento. Na verdade, o Papa criou um anticlima para qualquer expectativa neste sentido por sua própria presença no país, independentemente do que disse. Não fez concessões à direita ou à esquerda, exatamente como se esperava dele — mas formulou definições claras quanto a questões básicas do momento político, deixando nítido que reprovava o marxismo e soluções violentas, como também reprovava a ordem vigente, especialmente no que se refere à justiça social e aos direitos humanos.

Enatural que uma visita do peso que teve esta do Papa João Paulo, com tudo o que ele e a Igreja Católica representam para o país e sua população, desencoraje qualquer tentativa golpista que vise arrastar o país à negação frontal do que o Pontífice andou dizendo pelas cidades onde passou. Mas obviamente não é por causa disso que as expectativas de golpe, ou endurecimento, goraram. É que, pelo menos por enquanto, o golpe não tem apoio de ninguém: não é assunto entre as Forças Armadas e não tem base social a apoiá-lo. Hoje, um endurecimento não contaria com o apoio dos empresários, ligados ou não às multinacionais e ao capital estrangeiro. Muito menos com o apoio da chamada classe média. Ou seja, as condições de 1964 e 1968 não se repetem.

Para os setores representados pelo regime, a abertura gradual, controlada, ainda é a melhor solução.



Abrem-se, com todo cuidado, canais para aliviar moderadamente a pressão, e isso basta. Os militares, por sua vez, não estão dispostos a voltar ao começo, a suportar o negável desgaste de uma nova intervenção direta no poder. A institucionalização do poder militar de acordo com o figurino atual, que ainda tende a evoluir para algo mais aperfeiçoado, ainda é para eles a melhor solução. Existem os que (empresários e militares) querem um golpe, mas esses são ainda minoritários, amplamente minoritários nos setores que integram.

São esses justamente, que encabeçam a onda em torno do golpe. Para eles, interessa criar o clima favorável a uma medida de endurecimento. Mas no próprio Governo existe um interesse pelo alarma golpista, muitas vezes um instrumento eficiente para intimidar os que querem avançar mais, atemorizar a

oposição, reduzir o ímpeto dos movimentos populares. O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, por exemplo, quis intimidar os parlamentares quando, como quem não quer nada, lembrou que havia um risco de voltarmos à 1968 — quer dizer, à possibilidade de fechamento do congresso por não terem os deputados concordado em conceder ao Governo licença para processar o então deputado opositor Márcio Moreira Alves.

O golpe, apesar de tudo isso, não está na ordem-do-dia dos quartéis. O Governo trabalha para evitá-lo procurando fórmulas para se livrar da crise econômica e da inflação, a última das quais, ao que tudo indica, será substituído o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, que por sua vez será substituído pelo embaixador Roberto Campos. Se-

tores de oposição, de postura mais conservadora ou liberal, tentam evitar o golpe acenando com a possibilidade de uma Constituinte com Figueiredo, maneira de reordenar as coisas sem mexer com o poder, saída que poderá ser no futuro aceita sem maiores problemas pelo próprio Governo. Enfim, o quadro efetivamente não está para golpe de direita (e muito menos de esquerda, claro).

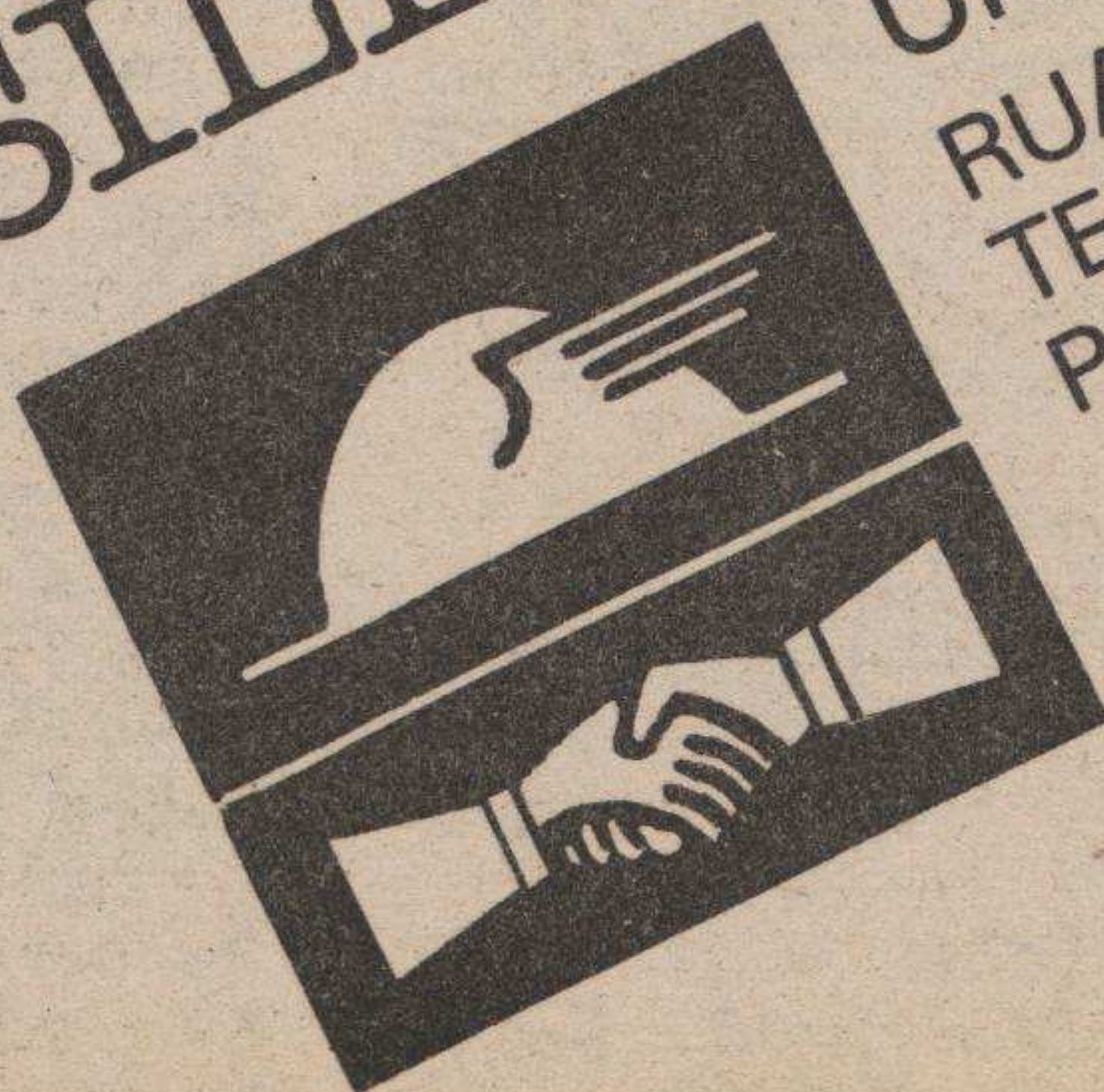
Ainda perdida diante do novo quadro político, a oposição fragmentada em quatro partidos desistiu de reunificar-se em uma só legenda. A idéia voltara a ser levantada por parlamentares, especialmente do PMDB, mas também alguns do PP, que temem por suas sortes eleitorais em 1982, caso a oposição apresente-se dividida. A tese da fusão ganhou corpo em alguns setores do PMDB e do PP, mais no primeiro do que no partido de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, mas encontrou forte reação do PDT e no PT. Passou-se então a cogitar de uma frente única de oposições em torno da Constituinte — tese rejeitada pelo PT, que considera as atuais formulações de constituinte insatisfatórias e não quer nem ouvir falar em Constituinte com Figueiredo, fórmula que o PP, o PDT e muita gente do PMDB aceita.

Em todos os partidos opositoristas, no entanto, há uma carta guardada: se o Governo apertar a legislação eleitoral, estendendo a sublegenda a todos os níveis, ou instituindo o voto distrital, há uma tendência de se formar uma frente eleitoral para concorrer ao pleito de 1982. Mantendo sua identidade e organizações próprias, PMDB, PP, PDT e PT se reuniriam formalmente em um partido, especialmente para concorrer às eleições. Atualmente, a impossível fusão das oposições não preocupa o Governo, mas às vésperas das eleições, dependendo de quem seja majoritário nessa composição (pois, entre os opositoristas há os que o Governo até gostaria de ver eleitos), uma frente de oposição poderia alterar substancialmente o equilíbrio que o regime tanto procura.

O golpe, de qualquer jeito, será sempre uma especulação e o bom senso indica que não se despreza uma perspectiva nesse sentido para o futuro. Afinal, a situação evolui, muda, e os que detêm o poder não vão querer perdê-lo. Os que querem criar o clima favorável para o golpe e os boateiros em geral, passada a visita do Papa, disporão de nova e inevitável data: quando Ronald Reagan for eleito presidente dos Estados Unidos.

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
**HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A
 FAMÍLIA BRASILEIRA.**



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
 TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
 PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

Ed Mort morreu. Mas seu diário não foi encontrado

Veríssimo acha que o diário pode ter incríveis revelações

O tiro, apesar de ter outra direção, foi direto, frontal. Entrou por uma tampa e nem se sabe por onde saiu. O corpo, presume-se, rodopiou e caiu ao chão formando uma pequena poça de sangue no umbral da porta. Segundo as poucas testemunhas notava-se, no rosto do cadáver, um sorriso um tanto enigmático, quase vencedor. Do enterro, não se sabe detalhe algum.

No dia 12 de junho, os milhares de leitores da coluna diária que o cronista Luís Fernando Veríssimo mantém no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, foram surpreendidos pelo brutal assassinato do detetive particular Mort, Ed Mort, um de seus mais famosos e admirados personagens. Contratado, como sempre, por uma bela mulher que desconfiava do marido, o intrépido detetive acabou sendo atingido por um tiro na cabeça ao

tentar separar a briga entre sua cliente, "mais nervosa do que gata em dia de faxina", e o marido, surpreendido de cuecas na casa da amante pelo próprio Mort. E se as 117 baratas e o rato Albino Voltaire, com os quais Ed Mort dividia seu minúsculo escritório, ficaram radiantes com a morte do detetive, o mesmo não se pode dizer dos admiradores que o personagem — cujas aventuras também eram publicadas no *Jornal do Brasil* — tinha pelo país inteiro. Para estes, restará o consolo de acompanhar Mort nos quadrinhos de Miguel Paiva (veja box).

— Ed Mort morreu porque era um personagem muito limitado — sentencia Veríssimo, cujo telefone tocou várias vezes nos dias seguintes à morte do herói, transmitindo as mais diversas mensagens de indignação e protesto contra o falecimento tão precoce e inesperado do detetive.

— A paródia, em si, é um gênero literário muito limitado — continua Veríssimo. — E o Ed Mort era apenas uma paródia do investigador policial americano, aquele tipo bem urbano, meio angustiado, como o Phillip Marlowe e o Raymond Chandler. Eu gosto bastante

desse tipo de romance e decidi criar o Mort, de quem, aliás, eu também gostava bastante.

PEQUENA ESPERANÇA

Mort, Ed Mort, detetive particular formado por correspondência, surgiu pela primeira vez no segundo semestre de 1978, nas páginas da Revista de Domingo do JB. Na verdade, havia um Ed Mort carioca e outro gaúcho. O carioca tinha um escritório na Avenida Prado Jr, em Copacabana, próximo ao Beco da Fome. Havia nascido na Penha. O gaúcho, era natural de Canoas e seu escritório era no centro de Porto Alegre, presumivelmente na Galeria do Rosário. Na primeira de suas aproximadamente 20 aventuras, Ed Mort envolveu-se na caça aos maridos que iam em massagistas particulares.

— Ed Mort era o único íntegro em meio a um mundo sujo — conta Veríssimo. — Era bastante ingênuo e se admirava muito. Tinha uns 40 anos mal-vividos, era bastante magro e nada fleumático.

No dia 19 deste mês, Veríssimo embarca para Nova York. A morte de Ed Mort, segundo ele mesmo admite, talvez esteja relacionada com o início de uma nova fase em sua carreira. Mas para as viúvas mais inconsoláveis do sagaz Mort, Veríssimo dá uma esperança. Uma pequena esperança:

— Talvez um dia, em alguma mudança ou na demolição do edifício onde era seu escritório, alguém encontre os diários secretos do Mort... — e sorri enigmáticamente.

CESAR PENTEADO



ED MORT

O cartunista Miguel Paiva apresenta sua visão do detetive Ed Mort: "Um Phillip Marlowe tupiniquim"

Agora, Ed Mort em quadrinhos

De início, o encontro foi um pouco constrangedor. Miguel Paiva, cartunista de 30 anos, seis anos de experiência em Milão, na Itália, dono de um espaço diário no *Jornal do Brasil*, aproximou-se do cronista Luís Fernando Veríssimo, mostrou-lhe um papel e disse, um pouco sem jeito:

— Te apresento o teu Ed Mort.

A reação de Veríssimo ao ver o primeiro desenho de seu personagem foi a melhor possível: "Mas é perfeito, era exatamente assim que eu o imaginava". As palavras de Veríssimo causaram um alívio muito grande em Paiva, ilustrador da Revista de Domingo do *Jornal do Brasil* e responsável pela tarefa nada fácil de desenhar, pela primeira vez, a cara e o tipo físico de Ed Mort.

— Eu me sentia como um intrometido — recorda Paiva. — Afinal, além de desenhar esplendidamente, o Veríssimo poderia ter imaginado o Ed Mort de outro jeito. Ainda bem que ele gostou do meu desenho. Acho que eu acertei o tipo porque também faço parte da máfia que cultua o romance policial americano. Tentei criar uma espécie de Phillip Marlowe tupiniquim e me dei bem.

Paiva gostou tanto do personagem que decidiu criar uma história em quadrinhos com Ed Mort. Os originais da primeira história — que têm quatro páginas e seguem fielmente o texto de Veríssimo — já estão prontos, faltando apenas decidir quem vai publicá-las. A morte prematura de Ed Mort não muda os planos de Paiva:

— Agora vai ser possível publicar uma história com começo, meio e fim. Acho que a morte dele deve ser considerada natural — diz, com ironia. — Afinal, ele viveu e morreu como um verdadeiro detetive. Morrer de velhice sim é que é terrível.



SOCIEDADE MACHISTA

5) *Se fosse tão ruim assim, elas sairiam de casa* — Por uma questão de formação dentro de uma sociedade machista, muitas vezes as mulheres simplesmente não têm condições de se auto-sustentarem, não sabem fazer nenhum tipo específico de tarefa ou não têm coragem para deixar o lar.

6) *Espancamento só ocorre em famílias problemáticas* — O que é uma família problemática? É aquela que já teve contato com os serviços sociais? Cada vez mais mulheres aparecem nos refúgios sem nenhum tipo de contato anterior com estes serviços.

7) *O álcool provoca os espancamentos* — Os maus tratos às vezes ocorrem quando o homem bebeu ou está bebendo. Mas, nesses casos, o álcool age apenas como um catalizador da violência, não é a causa.

8) *Algumas famílias apenas perpetuam o ciclo da violência* — Muitos homens que espancam suas mulheres vêm de famílias sem nenhum registro anterior de violência física; e muitas famílias onde a violência ocorre não produzem espancadores.

Uma das principais vitórias da Federação de Amparo às Mulheres foi conseguir um mandato que obriga os homens, judicialmente, cessarem os espancamentos a suas esposas.

Mas as mulheres ainda continuam agindo timidamente: dos 288 casos de violência registrados pela polícia na cidade de Bedfordshire, entre fevereiro e julho do ano passado, 184 mulheres preferiram não processar seus maridos. Em 104 casos (36%) houve a prisão dos agressores. E nos restantes, o problema foi solucionado temporariamente.

JACÓ FILHO

Que saudades de Jack, o Estripador!

Na Inglaterra, uma em cada 100 mulheres apanha do marido

Cem anos depois dos horrendos crimes atribuídos a Jack, o Estripador, a Federação Nacional de Amparo às Mulheres da Inglaterra divulga dados surpreendentes: hoje em dia, as mulheres inglesas estão mais seguras nas ruas — nevoentas ou não — do que em suas próprias casas. Segundo pesquisas realizadas pela Federação, fundada em 1975 por um grupo de mulheres ativistas, uma em cada 100 mulheres da Inglaterra é espancada por seu marido, 25% dos crimes violentos registrados anualmente são espancamento a mulheres, e uma média de 100 mulheres por dia procuram a polícia com marcas de violência deixadas por seus maridos. O número de mulheres que são espancadas e que escondem essas agressões é incalculável.

Preocupada com esses dados alarmantes, a Federação Nacional de Amparo iniciou, em 1976, a construção de abrigos e refúgios para mulheres espancadas. Hoje, existem mais de 100 desses refúgios espalhados por todo o país. Esse número e as condições de funcionamento, porém, estão muito longe do ideal. Segundo as conclusões de um Comitê Governamental para o Estudo da Violência no Casamento, deve ser providenciado, pelo menos, um abrigo em cada cidade de 10 mil habitantes. Isto significa dizer que deveriam existir no mínimo mil abrigos na Inglaterra e no País de Gales. Atualmente, os refúgios existentes vivem superlotados e com precárias condições de atendimento. Há preferência para as mulheres grávidas e acompanhadas de crianças ou pessoas idosas. Os abrigos são totalmente gratuitos e as mulheres espancadas podem ficar lá até sentirem-se seguras ou arrumarem um emprego.

Até pouquíssimo tempo, a maioria das mulheres sequer admitia publicamente a existência de maus tratos no casamento. As marcas da violência eram sempre justificadas como sendo um acidente qual-

quer. Só depois da criação da Federação de Amparo é que o problema tomou dimensão pública. "Mesmo assim — dizem os panfletos distribuídos pela Federação por toda a Inglaterra — os jornais, o rádio, a televisão e até mesmo o parlamento, a polícia e os tribunais continuam vendo a questão da violência contra as mulheres de uma forma estereotipada e irreal".

DERRUBANDO OS MITOS

Os folhetos catalogam e contestam os principais mitos que cercam essas ocorrências:

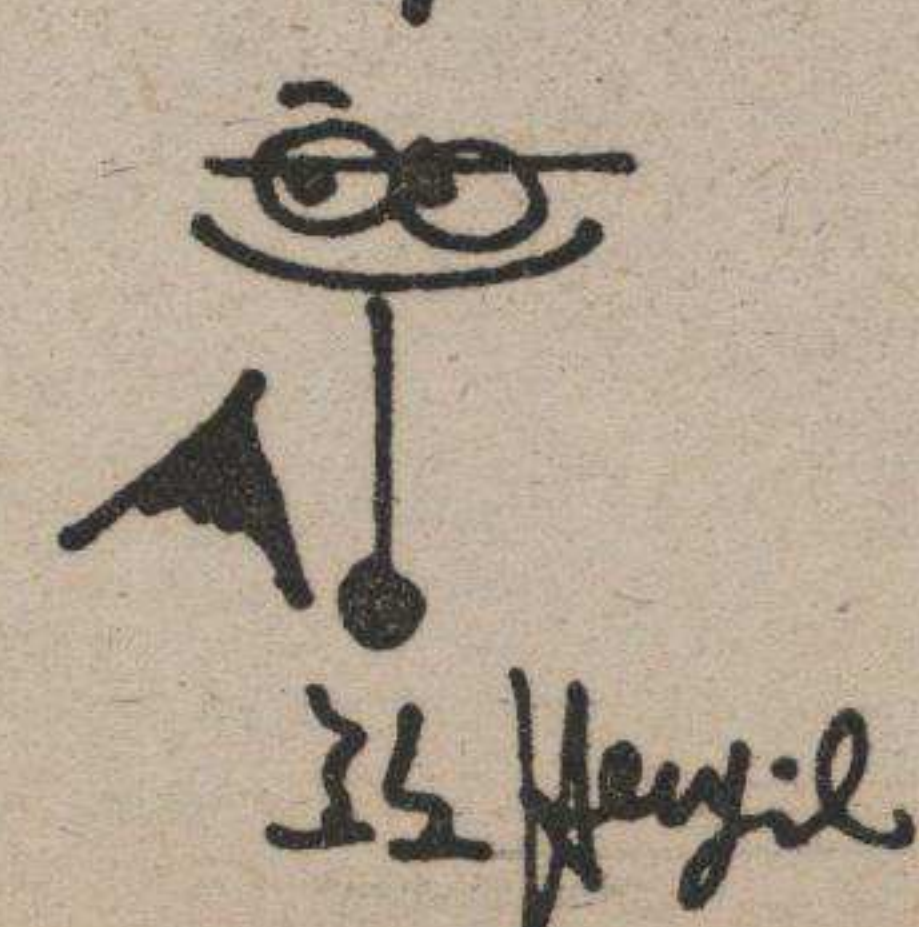
1) *O espancamento é apenas uma questão doméstica* — Considerar o espancamento a mulheres como sendo uma mera disputa doméstica é como esconder o lixo debaixo do tapete. As mulheres que procuram os abrigos, geralmente já foram espancadas mais de 10 vezes e os maridos usam armas brancas, armas de fogo, cassetetes ou soqueiras. Na maioria dos casos, o ato de violência não é isolado: vem acompanhado por humilhação moral e violência psicológica.

2) *Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher* — 25% dos crimes violentos são contra mulheres casadas. As mulheres estão desprotegidas das leis criminais dentro de suas próprias casas?

3) *Esse é um problema só das classes trabalhadoras* — É certo que nas famílias das classes operárias, os espancamentos são mais frequentes. Mas cada vez mais mulheres que procuram os refúgios são casadas com médicos, advogados, professores, homens de negócio. Geralmente estas mulheres de classe média têm mais facilidade em encontrar abrigo, mas, em compensação, têm um problema mais grave: de um modo geral nunca trabalham e enfrentam dificuldades para arranjar emprego.

4) *Elas pedem/gostam/concordam* — Esse é o mais reacionário de todos os mitos que cercam o espancamento às mulheres. Muitas esposas se submetem à violência de seus maridos simplesmente porque temem uma violência ainda maior em caso de alguma reação, ou porque não têm nenhum lugar onde possam ir.

ASSINE O COOJORNAL!



33 Heryil

Santo Padim Ciço, ainda sem as bênçãos do Papa

A população de Juazeiro do Norte, pequeno município do Vale do Cariri, no interior do Ceará, tinha esperança de que a visita do Papa João Paulo II ao Brasil pudesse significar a reabilitação do seu padroeiro, o padre Cícero Romão Batista. Mas isso não aconteceu. A posição da Igreja Católica, em relação ao padre Cícero, continua sendo a mesma de 1921, quando ele foi proibido de rezar missa e ameaçado de excomunhão.

Os motivos de tais punições são os chamados *Milagres de Juazeiro* que teriam ocorrido em 1889. Conforme a lenda, um grupo de beatas preparava-se para receber a comunhão e quando chegou a vez de Maria de Araújo, a hóstia transformou-se num coração em sangue, cena que repetiu-se muitas vezes durante aquele ano. A Igreja, no entanto, condenou os milagres.

Mesmo assim o *padim Ciço* é considerado um santo para os milhares de romeiros nordestinos que anualmente participam das festas de Nossa Senhora das Dores, no Vale do Cariri. Sua figura está presente em redomas, medalhinhas e imagens espalhadas por todo o nordeste e seu nome identifica lojas, farmácias, bares e cinemas de Juazeiro. No alto da Serra do Cotelé, foi construída uma estátua do padre com 25 metros de altura.

A professora Amália Xavier de Oliveira, 76 anos, é considerada a biógrafa oficial do padre Cícero. Ela escreveu um livro chamado *O Padre Cícero Que Eu Conheci*, editado pela primeira vez em 1968. Dona Amália ainda mora em Juazeiro, na casa que era de seus avós. Nesta entrevista aos repórteres Flavio Deckes e Ieda de Abreu Deckes, ela relembra sua convivência com o padre:

Quando a senhora conheceu o padre Cícero?

— Conheci-o quando tinha apenas seis anos de idade. Foi ele quem fez a minha primeira comunhão e, mais tarde, celebrou meu casamento. Tinha muita amizade com a minha família e costumava freqüentar nossa casa. Fiquei durante seis anos estudando no internato do Colégio Coração de Jesus e, quando voltei, tive que trabalhar. Portanto, não pude privar muito do contato com ele. Mas assisti à sua morte, no dia 20 de julho de 1934.

Dizem que ele não tinha muita cultura.

— Ele era um homem inteligentíssimo. Naquela época, não davam muita cultura nos seminários. Pegavam o rapaz que lia corretamente e sabia as quatro operações e davam ensino teológico. Mas ele era um homem versado, que assinava as revistas daquele tempo, como a *Ilustração Brasileira*. Além disso, tinha uma memória angélica e gravava tudo que as pessoas falavam.

Quais as transformações que ele trouxe para Juazeiro?

— Quando o padre Cícero chegou, encontrou trinta e poucas casas, uma capelinha e muito pouca gente, cerca de duzentas pessoas. Entre essa gente, a maioria era de escravos que viviam na maior promiscuidade, bebendo, jogando, praticando o samba e fazendo desordens. Pois ele acabou com tudo isto. Acabou ensinando a doutrina, rezando, celebrando todos os dias à noite e reunindo o pessoal na igreja. Ele veio para Juazeiro em 1872 e cinco anos depois houve uma grande seca. Ele saía pelo mato junto com o povo em busca de comida. E resolvia qualquer situação até entre casais que queriam se separar. Isso tudo foi atraindo o povo que tem, por ele, grande respeito e amizade. Não tem nada de fanatismo.

Como se deram os milagres?

— Eu sou católica apostólica romana, obedeço a Igreja em tudo que ela manda. Ela não aprovou os milagres. O padre Cícero disse que se a Igreja não aprovou,

não se podia aprovar. Mas tem gente que jura que viu a hóstia se transformar em sangue várias vezes. Minha mãe viu e meu pai também. A ciência justifica atribuindo o fato à histeria da beata Maria de Araújo. Alguns dizem que foi alguém que ensinou ela a fazer um truque. Mas nem que ensinasse, ela não aprenderia, porque era uma negra sem nenhuma inteligência. Era muito boa, muito virtuosa, dirigida por ele desde que nasceu, mas não era capaz de fazer essas coisas.

O que aconteceu depois disso?

— Dizem que ele foi desobediente, mas não sei por quê. Proibiram ele de celebrar aqui em Juazeiro e permitiram que ele rezasse missa noutra capela, distante duas horas. Ele ia. Continuava assistindo à missa enquanto teve vista. Quando ficou cego, rezava o rosário diariamente. Ele foi a Roma, convidado pela Santa Sé, prestou seus juramentos, pediu licença para retomar seus ministérios, mas o bispo não permitiu e ele acatou.

E a beata Maria de Araújo?

— Quando ela morreu, o padre Cícero mandou que a enterrassem na capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, mas fizeram um túmulo muito feio, parecia um fogão. Quando chegou o segundo bispo da diocese do Crato, quis que a capela fosse benta, para rezar missa. Então mandou derrubar o túmulo. Dizem que carregaram tudo, que viram um sapato e um pedaço de crânio da beata, mas eu não vi. Tenho pesquisado mas nada encontrei.

Ele costumava contar seus sonhos?

— São João Bosco vivia de contar sonho, Santa Terezinha de Jesus, também. O padre Cícero não pode ser condenado por isto. Eu mesma o vi contar sonhos. Tinha um que vinha o coração de Jesus com os 12 apóstolos. Chegavam, os apóstolos sentavam na mesa e ele não podia nem se levantar. Ouviu o coração de Jesus dizendo que estava cansado de lutar pela conversão da humanidade e que os homens não queriam converter-se. Então o coração voltava-se para ele e dizia: "Tu, Cícero, toma conta desse pessoal". Tinha outro sonho que eu não ouvi pessoalmente, mas tem gente que conta. Uns molequinhos muito alegres, esfarpados e batendo palma para a bola do mundo com as garras do satanás arrancando o lado da Rússia. Esse sonho foi antes do comunismo.

"Missionário, milionário e revolucionário"

Por volta de 1892, o *coronel* Rocinha, inimigo do padre Cícero, profetizou: "O padre Cícero começou como missionário, breve estará milionário e acabará como revolucionário". De fato, Cícero Romão Batista chegou a Juazeiro como simples missionário. À medida que crescia seu prestígio, passou a acumular riquezas. Quando morreu, em 1934, possuía em seu nome 31 sítios, 17 prédios, cinco fazendas de gado com benfeitorias, quatro quarteirões de casas, vários terrenos de plantação e uma mina de cobre de Coxá.

A atividade política do padre Cícero foi muito intensa, principalmente após os chamados *milagres de Juazeiro*. Seu mentor foi o médico, Floro Bartolomeu da Costa, que soube utilizar-se da grande influência do padre na região, para projetar-se como um dos nomes mais destacados do coronelismo nordestino. Através dele, Cícero ligou-se francamente à oligarquia cearense. Ele chegou a servir de árbitro na famosa reunião em que os *coronéis* nordestinos firmaram um pacto para manter a oligarquia, em 1914. Filiado ao Partido Republicano Conservador, ele foi o primeiro prefeito de Juazeiro e vice-governador do Ceará.

Além disso, foi eleito deputado federal, mas não assumiu.

Já no fim da vida, o padre Cícero teve um gesto que o aproximou das profecias do *coronel* Rocinha. Enviou um extenso telegrama ao presidente Washington Luís, protestando contra a compra de terras pela Ford e outros grupos estrangeiros no Pará e Amazonas. O telegrama data de 3 de dezembro de 1927 e é uma antevisão dos dias atuais:

"Posto que no declínio da existência, vencendo a última etapa que a Providência aprovou limitar para meus dias terrenos, sou levado, não só como brasileiro, porém como político que veio do Império para o regime republicano, ao qual tenho servido com desfalecimento, e ainda e principalmente como sacerdote católico que deseja uma Pátria forte e unida, a protestar com veemência contra a indébita concessão de terras brasileiras, sob capciosos fundamentos, porém virtualmente lesivos aos interesses pátrios, constituindo um atentado criminoso à integridade territorial de nosso Brasil. Ontem, era a cessão de grande faixa de terra à Bolívia, no Amazonas, território incorporado ao país, graças ao civismo do cearense Plácido de Castro, e à alta visão

diplomática de Rio Branco; hoje é concessão com mais de mil quilômetros quadrados, feita pela Companhia de Estrada de Ferro Norte-Mato Grosso a um sindicato americano, isto com aquiescência de nossa Chancelaria e à revelia do Congresso Nacional e, finalmente, a vasta extensão ainda no Amazonas, de terras vendidas ao capitalista americano Ford.

Até à raça amarela, os japoneses, já se pretende vender ou fazer concessão de terras brasileiras! Sangra-me o coração — pois nele ainda sinto acesa a chama do patriotismo e comigo está a maioria dos brasileiros — ver o plano inclinado a que estão arrastando o Brasil na vertigem da insânia. Parafrazeando Clemenceau, acho que o Brasil também tem filhos que não permitirão sejam postos em leilão e retalhem suas terras. Seria medida de alto alcance se o Congresso Nacional, ainda este ano, votasse uma lei vetando concessão desta natureza, porque fatos desta ordem, desagregando a Nação, fermentam o espírito de revolta, dando lugar à guerra civil, único meio, triste aliás, para as grandes reivindicações. Salvemos a nossa cara terra. Salvemos o Brasil!"

A Igreja Católica, além de condenar os milagres de Juazeiro, suspendeu o padre Cícero Romão Batista



Romaria no Cariri: atraindo fiéis mesmo sem o reconhecimento da Igreja



Antes de conseguirem encontrar-se com o Papa, em Porto Alegre, elas foram separadas da multidão

- Locas de dolor!

Por EDUARDO BUENO

A história das mães de Plaza de Mayo, um grupo de mulheres que comove o mundo à procura de seus filhos

Para os 30 mil fiéis que se aglomeravam na Praça da Matriz, bem no centro de Porto Alegre, aqueles eram momentos inesquecíveis. A plenos pulmões, milhares cantavam em louvor a Cristo e ao Papa. Eram rimas e cânticos improvisados que falavam, também, no amor e na fraternidade entre os homens. Os sinos da catedral badalavam e, vez por outra, alguém desmaiava de emoção. Por todos os lados, trocavam-se desejos de paz e de felicidade. O Papa João Paulo II, cuja chegada era aguardada a qualquer momento, era confundido com o próprio Cristo. Vinha para salvar o mundo.

Neste mesmo instante, a uns 30 metros dali, na esquina da praça com a Rua Duque de Caxias, no terraço do edifício Catedral — um refinado prédio de 10 andares, com entrada de mármore — elas lutavam contra três corpulentos agentes de segurança. Choravam e gritavam, mas seus gritos eram abafados pelos cânticos da multidão e pela altura do prédio. Os policiais tentavam rasgar a faixa branca de 36 metros ou, pelo menos, jogá-la para baixo. Elas protegiam-na com o próprio corpo. Quando a faixa finalmente desapareceu do topo do edifício, poucos que estavam na praça notaram a sua ausência. Aproximava-se a hora da chegada do Papa e os cânticos aumentavam de intensidade.

De repente, começa uma agitação incomum no quinto andar do mesmo edifício. Há gente demais ali, mesmo que seja dia de ver o Papa. Surge, então, uma nova faixa. Menor, com letras feitas a mão e às pressas. Mas bastante clara: — **Las Madres de Plaza de Mayo Piden Socorro al Papa.** Da praça, os holofotes especialmente colocados pelas emissoras de tevê focalizam a faixa. Os fotógrafos procuram o melhor ângulo para fotografá-la, os agentes de segurança blasfemam. O Papa está quase chegando, anunciam as

rádios. Rapidamente, os policiais sobem até o quinto andar. Forçam a porta, fazem ameaças, planejam uma invasão. O deputado Aldo Pinto, do PDT, dono do apartamento, recusa-se a abrir a porta.

No terraço, as 18 mães de desaparecidos na Argentina — um pequeno contingente do grupo conhecido como Las Locas de Plaza de Mayo que conseguiu dinheiro para vir até Porto Alegre — continuam chorando. Só que agora, de emoção. O Papa está chegando na praça. Certamente enxergará a faixa. As fotos serão publicadas nos jornais, as imagens transmitidas pela televisão. De certa forma, a cara e cansativa viagem desde Buenos Aires já está justificada.

O que as mães de Plaza de Mayo não poderiam imaginar, naquele vitorioso entardecer de sexta-feira, dia quatro, é que elas conseguiriam muito mais do que isso. No dia seguinte, sábado, cinco de julho — apesar de todos os obstáculos impostos pelos órgãos de segurança gaúchos — elas falaram com João Paulo II. Foi um encontro relativamente longo: 10 minutos, na saída do ginásio Gigantinho, do Inter, onde elas puderam fazer suas denúncias e ouvir as promessas do Papa. Um encontro repleto de angústias e de esperanças, que pode mudar radicalmente toda a história do grupo, até hoje feita apenas por decepções, temores; seqüestros e desconfiança. Mas, sobretudo, por muita coragem.

A história das Locas de Plaza de Mayo, o único grupo que jamais deixou de fazer manifestações e de criticar abertamente o regime militar do general Jorge Rafael Videla, começa numa tarde nublada de fins de abril de 1977. Um grupo de mães de desaparecidos, vestindo trajes escuros, cansadas de tantas noites em claro e desiludidas por dezenas de tentativas infrutíferas junto aos quartéis e órgãos de segurança argentinos, estava reunido na capela Stela Maris, nos arredores de Buenos Aires. Tentavam falar com monsenhor Gracelli, um religioso progressista que, talvez, pudesse ajudá-las. Foi quando uma delas, Azucena Villafior de Vincenti, de 54 anos, hoje desaparecida, sugeriu que todas passassem a se encontrar semanalmente. Os encontros foram marcados para a Plaza de Mayo, bem em frente à Casa Rosada, sede do governo militar.

No sábado seguinte, 30 de abril, 14

mães estavam na praça. Um pouco descontraídas, sem saber direito o que fazer. "E como era um sábado — recorda Hebe Maria Pastor de Bonafini, de 51 anos, atual presidente da Comissão das Mães de Plaza de Mayo e líder do grupo que veio a Porto Alegre — não havia quase ninguém na praça e, muito menos, na Casa Rosada. Então decidimos que, na semana seguinte, viríamos na sexta-feira".

Na sexta-feira seguinte, 6 de maio, já eram 18 mães. Mas, de repente, alguém se lembrou que sexta-feira é dia de bruxas. Então, o dia mudou novamente, e desta vez para sempre: quintas-feiras, três e meia da tarde, o dia e a hora em que a presença e os protestos das mães dos desaparecidos jamais deixaram de perturbar a consciência de todos aqueles que cruzavam pela Plaza de Mayo. Em fins de julho, o movimento já era fortíssimo: uma média de 200 mães reunia-se semanalmente para reclamar por seus filhos.

Nessa época, elas já eram chamadas de Las Locas. Mas não por causa das manifestações silenciosas e ordenadas da Plaza de Mayo, onde ficavam sentadas, bordando os nomes de seus parentes desaparecidos em lenços que, depois, seriam usados nas manifestações. O apelido surgiu no Ministério do Interior, onde elas eram obrigadas a formar extensas e improdutivas filas. Eram cenas dignas dos livros de Franz Kafka: os parentes de desaparecidos deveriam formar essas filas para receber fichas com números que lhes permitissem pedir uma audiência. Nessa audiência, lhes diriam que nada se sabia sobre seus parentes. Isso, depois de horas, semanas e meses de espera.

— Sabíamos que a espera era infrutífera. Mas não formávamos as filas porque éramos locas, não. Formávamos filas para chamar a atenção — conta Hebe Bonafini. — Nessa época, a repressão era duríssima e tudo o que poderíamos fazer eram essas longas e desesperançadas filas.

No dia 14 de outubro, a repressão desaba também sobre elas. Era um dia muito especial: duas mil e quinhentas pessoas estavam na praça para entregar um documento à Comissão de Assessoramento Legislativo. A polícia chegou, com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. Todos saíram correndo

menos as mães. Eram 350, que começaram a caminhar pela rua Callao, aparentando calma.

— Mas os carros da polícia vieram, com sirenes ligadas, por cima das calçadas e nos cercaram — recorda Haydée de Ramirez Abella, de 49 anos. — Parecia coisa de filme, mas era real. Fomos levadas todas para a delegacia. Fotos de frente, fotos de lado. Ficamos até tarde da madrugada. Sempre com o delegado pedindo que o ajudássemos a passar por aquele mau momento.

A quinta-feira seguinte foi terrível, todas se lembram. Eram apenas 18 mães na praça, cercadas por dezenas de policiais. Semanas depois, no entanto, elas já eram quase 200 novamente. O movimento já era conhecido internacionalmente e vinham jornalistas de todas as partes do mundo para entrevistá-las. O governo argentino, no auge da repressão, decide intervir. E o fazem com a brutalidade característica dessa época.

No dia oito de dezembro de 1977 duas mães francesas e 13 parentes de desaparecidos — entre os quais, duas mães paraguaias que ajudavam as mães da Plaza de Mayo — foram seqüestradas no pátio de uma igreja em Buenos Aires. Dois dias depois, em 10 de dezembro, Azucena de Vincenti também desapareceu. Ela estava a uma quadra de sua casa, caminhando pela calçada: um carro sem placas parou, dois homens desceram rapidamente, golpearam-na na cabeça e a levaram.

— Testemunhas dizem que ela foi levada com os pés para fora do carro, desmaiada — conta Bonafini. — Temos muitos temores em relação a ela, às mães, às mães paraguaias e os outros desaparecidos nessa data. Fontes mais ou menos seguras nos garantiram que eles foram todos mortos antes do final de 1977.

Hoje, o marido de Azucena de Vincenti é o único homem que pode participar das reuniões das mães da Plaza de Mayo. Ele as acompanha a todos os lugares. Só não veio a Porto Alegre, por que não pode deixar o seu emprego e tem pouco dinheiro. "As vezes, há mais de 300 mães reunidas e um único homem", diz Bonafini. "É ele, o marido de Azucena. Para nós a sua presença é simbólica e importantíssima".

— O que fazem los padres de Plaza de Mayo, em geral?

— Os pais da Plaza de Mayo são verdadeiros heróis — responde Bonafini. — Eles são obrigados a continuar trabalhando, de boquinhá calada, para que não percam seus empregos e tragam dinheiro para o sustento de nossas famílias e para as nossas viagens. Se os pais agissem como nós, as mães, estaríamos todas pedindo esmolas na porta de uma igreja.

O seqüestro de Azucena coincidiu com o dia em que foi publicado no *El Clarin* o primeiro apedido feito pelas mães de Plaza de Mayo. Foi o maior apedido feito até agora. Ocupava meia página do jornal e trazia o nome de 470 desaparecidos e das mães que assinavam o documento. Custou um preço absurdo: cerca de 10 mil dólares, mais de Cr\$ 500 mil.

— Chegamos na redação do jornal com a lista de 470 nomes escritas a mão e com uma enorme sacola contendo quase que só dinheiro miúdo — recorda Marta de Alconada, de 53 anos. — No jornal, eles botaram as mãos na cabeça e disseram que não poderia ser assim. Deveríamos trazer os nomes em ordem alfabética e batidos a máquina. Eram 11 horas da manhã. Teríamos que aprontar tudo até as três da tarde. Foi difícil, mas conseguimos.

O preço dos apedidos publicados pela Comissão das Mães da Plaza de Mayo, geralmente, é o triplo dos preços comuns. Muitas vezes, os jornais se recusam a publicá-los e, quando o fazem mudam bastante o texto original. Um texto que, elas próprias confessam, têm muita dificuldade para redigir.

— Às vezes, parece que nos nossos boletins não há propostas, não há denúncias. Mas é que o texto é escrito por todas nós juntas e, no início, não tínhamos experiência nenhuma nisso. Quem ler o que escrevemos sabendo que foi redigido por uma mãe desesperada, saberá compreender todo o conteúdo político que se encontra nas nossas denúncias — diz a incansável líder Hebe Bonafini.



"Há manhãs que ao despertar penso: 'ele tem que estar em alguma parte, tem que estar vivo'. Mas no dia seguinte, horrorizada, imagino o contrário. E assim vivo torturada, pensando

nele todos os dias, vendô-o em cada rapaz que cruza, estremeço cada vez que toca o telefone ou a campainha da porta. Sei que isso é comum aos pais que têm filhos desaparecidos" (*)

Terence Thodman, assessor para assuntos latino-americanos da Casa Branca:

Foi nos primeiros meses de 1978 — conta Marta Moreira, de 50 anos. Estávamos na praça e, momentos antes da chegada de Thodman, os policiais vieram e disseram que se nós fôssemos embora, o presidente nos receberia no dia seguinte. Algumas mães, mais inexperientes, queriam ir. Mas era mentira, é claro, e nós ficamos. Então, a polícia avançou contra nós. Chegaram bem perto e o comandante disse: "Apointar". E nós dissemos, em coro: "Fogo". Eles avançaram, tocaram com a ponta dos fuzis em nossas barrigas. Eu disse para um deles: "Que valentes são! Tantas armas para enfrentar um punhado de mães". Ele baixou a cabeça, envergonhado. Era um soldadito.

Depois de experiências como essa, vir para Porto Alegre encontrar-se com o Papa não foi difícil para as mães da Plaza de Mayo. Foi uma decisão rápida e unânime. Mas que, de início, esbarrou no problema de sempre: "Nós não temos dinheiro para quase nada", revela Bonafini. "Por isso decidimos que apenas duas ou três mães iriam a São Paulo. Mas soubemos que lá seria praticamente impossível falar com o Papa. Então, fizemos uma caixinha comum, recebemos algum dinheiro de uma organização francesa e viemos. A viagem custou 45 mil pesos (aproximadamente Cr\$ 13 mil) por pessoa. Paramos num hotel que dava café da manhã e a janta. Pedíamos o café o mais tarde possível, para não almoçarmos.

Elas chegaram a Porto Alegre às 13 horas do dia 3 de julho. Eram 18 mães: três da Província de Entre Rios, três de Mendoza e 12 de La Plata. Ao todo, representavam 34 parentes desaparecidos. Imediatamente, foram à Catedral de Porto Alegre. Pediram, foram atendidas, e pouco depois mantinham o primeiro contato com o cardeal Vicente Scherer. Conhecido por suas posições conservadoras, Scherer as recebeu, ficou um pouco constrangido, mas prometeu entregar um documento de 35 linhas ao Papa. Mais tarde ao ver que elas abriram uma faixa pedindo por seus desaparecidos, indignou-se e se retirou. Não sem antes classificar de "deselegante e inconveniente" a manifestação delas que, naquele momento, perfilavam-se na frente da Catedral com a faixa de 36 metros, com enormes letras azuis onde se lia:

— Por los Desaparecidos en Argentina. Madres de Plaza de Mayo.

No dia seguinte, pela tarde, elas foram até a Praça da Matriz, bem no centro de Porto Alegre. Ali, o Papa João Paulo II faria o seu primeiro discurso na cidade. Ao tentarem instalar-se na praça, com a faixa, é claro, foram expulsas pela polícia. Por sugestão de amigos, subiram ao terraço de um edifício próximo. Mas os policiais foram lá expulsá-las mais uma vez.

— Esse foi o pior momento que vivemos em Porto Alegre — conta Maria Luiza Stella, de 57 anos. — Uma coisa horrível: aqueles homens enormes lutando contra nós, tentando rasgar a faixa que nos dera tanto trabalho. Gritávamos e chorávamos, mas ninguém nos ouvia. Era como se estivéssemos na Argentina. Os policiais são iguais em todo o lugar: os daqui têm exatamente a mesma cara dos de lá. Parecia que estavam nos tirando os nossos filhos outra vez.

Pouco depois da perda da faixa, as mães foram amparadas pelo deputado Aldo Pinto, do PDT que ofereceu o seu apartamento, no quinto andar do mesmo edifício. Foram os próprios filhos de Pinto — meninos ainda que fizeram a nova faixa. No dia seguinte, pela manhã, elas tiveram um encontro muito importante com dom Antônio Cheuiche bispo auxiliar de Porto Alegre. Ele lhes deu credenciais para o ginásio Gigantinho, onde o Papa se encontraria com um grupo de religiosas, às 11 horas da manhã. No ginásio, policiais à paisana fizeram todo o possível para impedir que elas se encontrassem com o Papa. Mas, graças a dom Antônio, o encontro foi realizado. Longe da imprensa, numa parte do ginásio onde nenhum repórter ou fotógrafo poderia estar naquele momento.

— Foi uma coisa maravilhosa, indescritível — relata Bonafini, visivelmente emocionada. — O Papa vinha saindo do ginásio, nos viu/ alguém lhe disse quem éramos. Então, ele caminhou até nós, de



A faixa original foi tomada pela polícia. As mães mostram ao Papa uma outra, feita às pressas

As dificuldades encontradas pelas mães da Plaza de Mayo em redigir seus boletins, definir suas ações políticas e enfrentar a ditadura de Videla, são mais do que compreensíveis. Afinal, elas têm em média 55 anos. Até três anos atrás, não tinham qualquer envolvimento com política; eram conservadoras, católicas e, na maioria, de poucas leituras. Em pouco tempo, porém transformaram-se no mais, ou antes, no único grupo a contestar abertamente os horrores feitos pela Junta Militar que tomou o poder em março de 1976 na Argentina.

— Tudo o que faço hoje, é apenas uma pequena homenagem a meus filhos — conta Hebe Bonafini. — Só depois que eles desapareceram é que eu comeci a crescer. antes, quando era mais jovem eu absolutamente não era como hoje. Meus filhos me ensinaram a ver as injustiças e a pensar coisas que antes nunca havia pensado. Eles lutavam para que não acontecesse o que está acontecendo hoje: as torturas, as prisões, a repressão. Isso, os nossos filhos viram muito antes do que nós. Por inexperiência, ou pela formação que recebemos, nós não compreendíamos o que iria acontecer assim que os militares tomassem o poder. Por isso, somos — pelo menos eu me sinto assim — parte da geração culpada por tudo o que houve e está havendo na Argentina. Nós não nos preparamos como devíamos e isso foi uma falha muito grande. A Argentina sempre foi um país pouco politizado. Sei que tínhamos fama de politizados. Mas isso não é verdade. Somos os únicos responsáveis por tudo o que aconteceu.

Dois dos três filhos de Hebe Bonafini — Jorge Osmar, de 30 anos, e Raul Alfredo, de 27 — estão desaparecidos. Jorge Osmar, casado, pai de dois filhos, professor de matemática da Universidade de La Plata, foi seqüestrado em sua própria casa à uma hora da tarde do dia oito de fevereiro de 1977. Sua mulher também desapareceu e a casa foi completamente saqueada. Raul Alfredo, solteiro, estudante de Ciências Naturais, foi seqüestrado na casa de uma amiga, em oito de dezembro do mesmo ano.

São mulheres com a consciência e a capacidade de resistência de Hebe Bonafini que fazem a força do movimento das Mães da Plaza de Mayo. E elas são obrigadas a lutar contra tudo e todos. Têm que enfrentar o desprezo de muitos transeuntes que lhes acusam de "dar uma má imagem do país". Têm que ouvir declarações como as do ministro do Interior, que lhes disse que "seus filhos estavam por aí, com alguma *chica*" e elas, "preocupando-se à toa". E, sobretudo, têm que enfrentar constantemente a repressão. Como na visita do americano



Marta Moreira, Hebe Bonafini, Haydée Ramirez: reclamando pelos filhos



A incansável Hebe Bonafini, presidente do grupo de mães da Plaza de Mayo

braços abertos. Parecia um sonho. Falou com cada uma de nós. Nos beijou e abençoou. Disse que sempre falou, fala e falará sobre os desaparecimentos. Disse que já manteve vários contatos com autoridades argentinas e que continuará fazendo isso. Creio que esse deve ter sido o seu encontro mais emotivo no Brasil: afinal, eram 18 mães que choravam, que faziam suplicas idênticas, que tinham um problema que deve tocar a todos aqueles que falam em direitos humanos. No final, ele disse que nós voltaríamos a ver nossos filhos.

Semanalmente surgem cadáveres não identificados nos arredores das grandes cidades argentinas. As mães da Plaza de Mayo sabem que, apesar das palavras do Papa, muitas delas jamais voltarão a ver seus filhos. Eles estão mortos. Mas isso não as fará desistir da luta:

— Lutamos para que não se repita em lugar nenhum o que aconteceu na Argentina. Que nenhum governo queira fazer o que o nosso fez. Que nenhuma mãe da América Latina passe o que nós passamos. Mas também queremos, acima de tudo, saber a verdade. Onde e como estão os nossos filhos? Se eles estão mortos, quem os matou? E por quê? Além da verdade, queremos justiça. Só ela pode nos conduzir à paz.

A busca da verdade e da justiça tem sido bastante difícil para as mães da Plaza de Mayo num país onde essas duas palavras parecem ter sido definitivamente esquecidas. Por isso, elas têm sofrido muitas decepções. Decepções "a cada dia, a cada hora, em todos os minutos". Mas algumas delas classificam como as maiores:

— O relatório preparado pela Comissão da OEA que visitou recentemente a Argentina foi uma delas — conta Bonafini. — Não o relatório em si, que tinha 400 páginas datilografadas e era bastante preciso. Mas os resultados. Todos na Argentina esperavam que, com a chegada da comissão, houvesse alguma coisa. Não houve nada e todos se abateram bastante. A outra grande decepção

“As mães dos militares sabem o que seus filhos fazem? O que pensará a esposa de Videla, achará que seu marido é justo? Que garantias temos ao deixar nossos filhos cumprirem o

serviço militar? O governo tem o direito de destruir meu lar com o desaparecimento de meu filho? Por que nossos governantes invocam Deus em seus discursos? Como podem viver com tanta culpa?”(*)



foi quando Ricardo Balbin, presidente da União Cívica Radical, declarou, na Espanha, que “não existem desaparecidos na Argentina e sim mortos”. Como ele pode dizer isso? No mesmo momento lhe regidigimos uma carta acusando-o de ser, no mínimo, cúmplice desses assassinatos.

Em compensação, o movimento já lhes propiciou momentos de inesquecível alegria. “Uma foi bastante recente — conta Bonafini. — “E nos causou um grande impacto: um grupo de estudantes alemães vendeu 64 litros de seu próprio sangue e nos enviou o dinheiro. Pretendiam lutar por nós, dar seu sangue pela nossa causa. Mas como estão longe demais, só puderam fazer isso. Ficamos emocionadas”.

Outros momentos de emoção, as mães vivem a cada momento que a sua indicação para receber o Prêmio Nobel da Paz vai se tornando mais concreta. No dia 10 de julho, em ato público realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, elas foram indicadas pela cidade de Porto Alegre. Essa indicação juntou-se a outras já feitas na Espanha, na Itália, no Canadá, na Dinamarca, na Suécia e na própria Noruega.

— Mas nós não merecemos o prêmio — diz Bonafini, entre tímida e envergonhada. — Há gente mais importante para recebê-lo. Sabemos que o Papa é um dos indicados para o prêmio. E quem somos nós para concorrer com o Papa?

(*) Estes textos fazem parte de um livro com depoimentos, poemas e pensamentos das integrantes do grupo das mães da Plaza de Mayo da cidade de La Plata.

A maior vitória do movimento

Nenhuma das 18 mães da Plaza de Mayo que vieram a Porto Alegre duvida que o encontro com o Papa João Paulo II foi a maior vitória do seu movimento até hoje. Todas elas têm certeza de que, com o encontro, o movimento ficará mais forte, muitas mães que estavam temerosas vão participar mais e, sobretudo, “talvez se passe a respeitar mais a voz de tantas pessoas desesperadas”.

Essa tentativa vitoriosa foi a quinta que as mães da Praça de Maio fizeram para encontrar-se com o Papa. A primeira delas foi em novembro de 1978. Paula Mignone, Maria Rosário Cenutti e Hebe Bonafini foram a Roma, mas o padre estava ocupado demais para recebê-las.

— Na verdade, foi muita inexperience nossa — admite Bonafini. — Pegamos um avião de Buenos Aires e fomos a Washington. Chegamos lá sem saber direito o que fazer. Pegamos toda a comida que havia no avião e fomos para uma praça, comer. De repente, alguém nos levou até o Departamento de Estado. Em pouco tempo, já estávamos falando com o secretário de Jimmy Carter. Ele disse que procuraria por nossos filhos, os filhos das que estavam lá. Dissemos que isso não nos interessava. Queríamos que se preocupasse por todos os desaparecidos. Ele respondeu: “Então, que Deus lhes acompanhe”. Nós respondemos: “Meu senhor, Deus tem nos acompanhado sempre. Viemos aqui para que os homens também nos acompanhem”.

No dia seguinte, as três embarcaram para Roma. Chegaram lá e o Papa estava tendo um encontro com religiosas de todo o mundo e não pôde recebê-las. Dormiam num apartamento vazio, no chão, enroladas em cobertores. Em abril de 1979, a segunda tentativa: Paula Mignone, Nora Cortina e Maria Cenuti foram a Puebla, no México. Mas tudo o que conseguiram foi jogar uma carta dentro do carro do Papa. Em julho e novembro de 79, voltaram a Roma, igualmente sem sucesso.

Em fevereiro deste ano, fizeram outra viagem internacional. E uma das mais importantes. Foram a Genebra, Hebe Bonafini e Adela Gard. — Chegamos lá e fomos falar com o embaixador argentino, Francisco Hoz. Dissemos que vínhamos para tratar do problema dos desaparecidos e ele respondeu: “Vocês vêm para tratar disso. E eu estou aqui para que não se trate”. Foi então que decidimos que deveríamos dar nossos nomes e mostrar as nossas caras. Até aquele dia, nunca nos identificávamos e não deixávamos nos fotografar. Eu achei que era hora das mães da Praça de Maio deixarem de ser uma sombra. Era preciso ter um rosto, um nome. A partir deste dia, o movimento ganhou ainda mais força”.

Na Argentina, mesmo depois de identificadas, elas continuaram a ser chamadas de *las locas* “Se estamos loucas? Talvez, loucas de dor. Ou, quem sabe, de amor”.

O LIVRO!

HENFIL NA CHINA

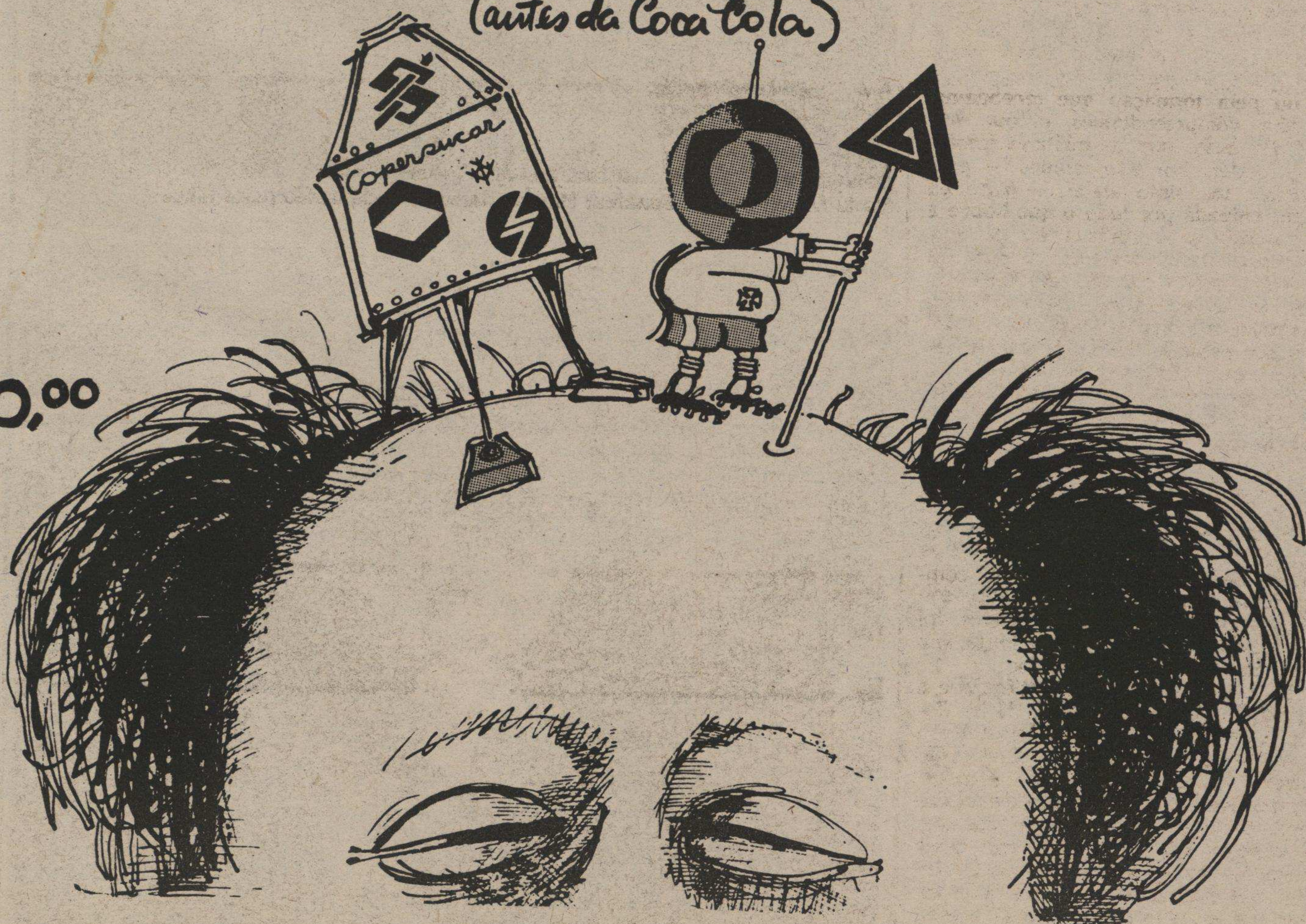
(antes da Coca Cola)

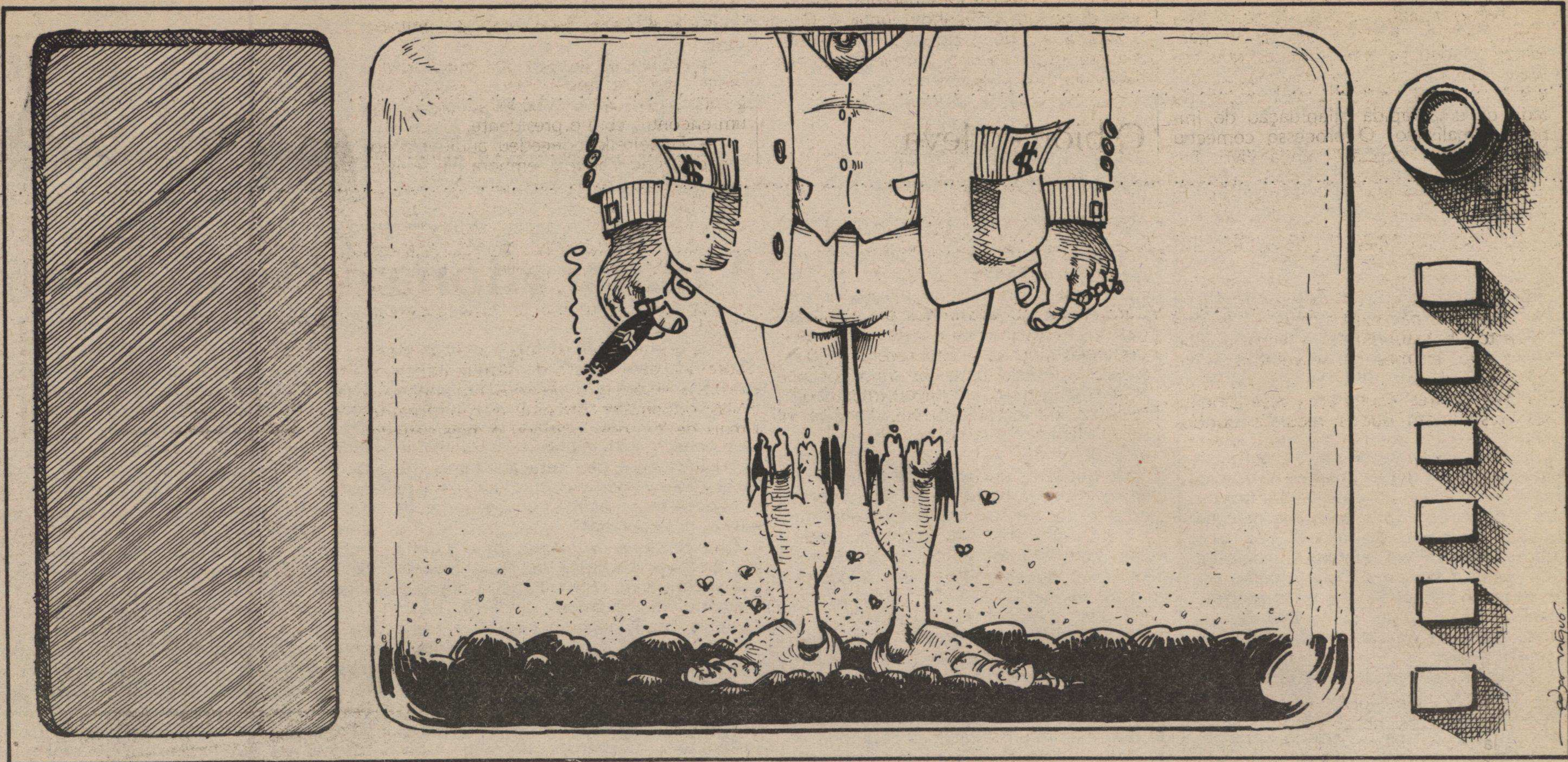
320 PÁGINAS

☆ CR\$ 320,00

JÁ (MAIO)
NAS
LIVRARIAS

☆
EDITORA COBECRI





Rede Tupi de esculhambação

Os Diários e Emissoras Associados, maior império jornalístico do país: fraudes, negociatas, corrupção, cheques sem fundo, salários atrasados e quatro grevistas mortos

Por SÉRGIO SANTIAGO

No dia dois de maio passado, ao sair de uma agência do Bradesco, em São Paulo, o operador de vídeo-teipe da TV Tupi, Benedito Batista Guimarães, o Ditinho, sofreu um colapso cardíaco e morreu. Minutos antes, Ditinho tentara receber um cheque correspondente à parte do pagamento de seus salários na Tupi, atrasados há cinco meses. Não conseguiu, pois o cheque não tinha fundos, como não tinham fundos todos os 980 cheques emitidos pela Tupi para pagar seus funcionários, todos com salários atrasados. Ditinho tinha apenas 32 anos. Era pai de seis filhos e seu coração não resistia, há meses, anos de luta inútil por um direito elementar: receber em dia o pagamento por seu trabalho. Como ele, não resistiram os corações de Aloisio de Mattos, o Felpudo, técnico de manutenção, José Aguillar, o Beija-Flor, repórter, e Walter Tasca, diretor de TV, falecidos durante o movimento dos funcionários da Tupi pelo pagamento de seus salários atrasados. Tasca saiu carregado de uma assembléia de grevistas direto para o hospital, onde morreu.

— Eu já avisei ao presidente Figueiredo que vou matar o João Calmon se meu filho ficar paralisado por falta de tratamento — ameaçou Áurea Catarina, mulher de um dos funcionários da Tupi, desesperada pela falta de dinheiro, que impede seu filho de completar um tratamento fisioterápico. Áurea enviou uma carta ao general João Figueiredo, onde diz: "Presidente, voltamos à estaca zero. Até aí, tudo bem, pois sou muito mulher para começar tudo outra vez, mas não sem antes ver punido quem nos fez isso".

Impecável diante das câmeras da Tupi, o biônico João Calmon, no tom inconvincente e cínico de um ator de fanfaria, deu sua versão sobre a crise no ramo paulista dos Diários Associados, que preside desde 1977. Atribuiu-a à voracidade da Rede Globo e "à crise geral dos meios de comunicação em todo o mundo". Fazendo um raciocínio cuja leviandade só é possível num país de biônicos, do Senado à presidência da República, passando pelos governos dos Estados, Calmon disse que a Tupi estava

à mingua por causa dos métodos de gangsterismo da Rede Globo.

Que métodos seriam esses, dignos da Chicago dos anos 20? "Oferecer salários três vezes mais altos aos grandes artistas da Tupi, pagando em dia", respondeu cinicamente o biônico Associado. Em seguida, acusou os grevistas de "minoría radical", interessada em destruir o patrimônio construído por Assis Chateaubriand.

Com esse raciocínio, Calmon pediu uma audiência a Figueiredo, na tentativa de conseguir algum dinheiro para salvar a Tupi da "minoría radical" e dos gangsters. Não levou, mas encontrou guarida no governo de São Paulo, onde Paulo Maluf liberou entre 11 e 16 milhões de cruzeiros mensais à Tupi — um empréstimo pelo qual as Associadas não precisarão desembolsar um só centavo, pois ele será pago através de anúncios do Banespa e da Vasp.

O diretor da televisão, Leori Moura, que caiu na asneira de achar que o dinheiro liberado por Maluf destinava-se a pagar os salários dos empregados — e por isso emitiu os cheques sem fundo — recebeu o merecido castigo: foi demitido. Afinal, se pagasse os funcionários, a Tupi ficaria sem dinheiro para completar as pontuais retidas pró-labore do biônico Calmon, que chegam a Cr\$ 4 milhões mensais, em 17 empresas Associadas.

"O doutor Assis gostava de lidar com canalhas"

Fome e desespero de um lado; cinismo e estelionato de outro, este é o quadro atual dos Diários Associados em São Paulo, no momento em que a TV Tupi completa 30 anos de pioneirismo na televisão brasileira. É difícil saber se o desenlace da crise na Tupi, tão problemático como a possibilidade de se recuperar a Rede Associada através de novos proprietários, acabará com o drama vivido por seus 980 funcionários. Seja



Adhemar de Barros, Chateaubriand (deitado), Calmon e Monteiro (de costas): uma perfeita idiotice .

qual for a solução, contudo, a história recente da cadeia fundada por Assis Chateaubriand é um exemplo acabado de impunidade.

A trajetória do biônico Calmon é típica. Em 1937, ele conheceu Assis Chateaubriand, caiu em suas graças não se sabe porque, e foi nomeado diretor do *Correio do Ceará*. Maneirado, cresceu dentro da empresa até chegar a diretor geral dos Diários e Emissoras Associados — 32 jornais, 24 estações de rádio, nove canais de televisão —, em 1955. "O doutor Assis Chateaubriand adorava os meliantes", lembra o ex-repórter David Nasser. "Gostava de lidar com canalhas. Uma vez, declarou ao *Times* que seu império jornalístico se apoiava no fato de ser dirigido por três indivíduos que não se davam: o biônico, o Edmundo Monteiro e o Leão Gondim de Oliveira". Preocupado em manter a integridade de suas empresas, Chateaubriand resolveu transformá-las num condomínio inalienável e indivisível. Em 1959, doou 49% das ações a 22 de seus empregados mais leais. Em 1962, doou os restantes 51%.

— Eu seria um perfeito idiota se quisesse entregar os Diários Associados apenas a meus filhos — escreveu ele ao

justificar as doações. — Porque os Diários Associados escapam de tal forma ao controle de minha família natural, que seu comando só poderia caber à minha família cívica, constituída pelos meus companheiros de trabalho.

Em função disso, e com o auxílio dos juristas Vicente Rao e Nehemias Guerreiro, montou tal quebra-cabeças para evitar o desmembramento dos Associados que acabou, ao contrário do que imaginava, plantando a semente da destruição de suas empresas. Foi uma perfeita idiotice. Segundo os termos de constituição do condomínio, seus proprietários são donos das ações mas não podem vendê-las nem deixar de herança; não podem vender nenhum bem patrimonial das empresas a não ser para pagar dívidas de algumas delas.

Dessa forma, deixou de interessar aos condôminos, ou pelo menos a alguns deles, a manutenção de um império jornalístico que só lhes forneceria bons salários enquanto eles estivessem vivos ou fizessem parte do condomínio. Mais fácil e mais lucrativo era sugar dos Diários Associados, através das artimanhas mais variadas, o máximo possível — afinal, para que manter um patrimônio

que não poderiam vender ou deixar de herança para seus familiares?

Chateaubriand, como lembra seu filho Gilberto, gostava de dividir para reinar, e logo os três inimigos que colocou na direção dos Associados iniciaram uma luta feroz pelo poder, ao lado de uma rápida dilapidação do império jornalístico. O processo começou com o "velho capitão" ainda vivo. Em 1961, a *troika* convenceu Chateaubriand a vender o Laboratório Schering por um milhão de dólares, porque a revista *O Cruzeiro*, dirigida por Leão Gondim de Oliveira, precisava de dinheiro.

— O dinheiro da Schering entrou em *O Cruzeiro* em outubro e no dia 14 de novembro não existia mais —, lembra Gilberto Chateaubriand. — Um trabalho de 45 anos de meu pai se volatilizou em 45 dias.

Os dólares sumiram rapidamente como sumiriam outros recursos obtidos pelos Associados, muitos deles teoricamente destinados ao pagamento de dívidas ou de salários atrasados dos funcionários.

É difícil saber qual dos três foi mais fundo na tarefa de desmontar a maior cadeia jornalística do país. Após a morte de Chateaubriand, o espólio foi dividido em três: Condum de Oliveira ficou com *O Cruzeiro*, Edmundo Monteiro com as empresas associadas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e Calmon com o resto do país. *O Cruzeiro*, até hoje um fenômeno inigualado no jornalismo brasileiro — chegou a vender 750 mil exemplares —, definiu rapidamente até fechar e seu título ir a leilão judicial. Já neste época, a *troika* se esmerava em faturar o máximo possível, com um mínimo de despesa. "Para Calmon, a crise da Tupi é culpa da TV Globo. Desculpa de mau pagador", afirma Humberto Mesquita. "Basta perguntar-lhe se antes de 1965, antes da inauguração da TV Globo, se ele e seus colegas dirigentes pagavam Imposto de Renda e INPS". Não pagavam. Só a dívida com o INPS, segundo declaração do ministro Jair Soares a David Nasser, subiria a mais de Cr\$ 4 bilhões.

Calmon oferecia seus jornais a quem pagasse melhor

Com Chateaubriand ainda vivo e preso a uma cadeira de rodas, começaram as grandes negociatas e os Associados foram *riçados* a quem estivesse disposto a pagar bem pelo apoio de suas empresas jornalísticas. David Nasser lembra que em 1963, quando a cadeia associada fazia tenaz campanha contra o governo João Goulart, Calmon propôs um *negócio* ao então Presidente da República: apoio incondicional em troca de perdão das dívidas e da concessão de novos empréstimos. "Num minuto de dignidade, o governo Jango recusou", lembra Nasser.

Inconformado, Calmon deu uma guinada para a direita e tentou vender ou alugar as empresas e a opinião dos Associados aos americanos, sob o pretexto de que o Brasil ia cair na subversão. Pediu 100 milhões de dólares, em cinco parcelas. As negociações chegaram a Washington, com o governo americano e as cadeias NBC e CBS. Mas o acordo acabou não saindo.

À exceção de Castello Branco, todos os governos seguintes dariam dinheiro aos Associados, de Costa e Silva a Ernesto Geisel. "O Geisel deve ter posto mais de Cr\$ 2 bilhões em cima desse saco sem fundo", garante Nasser. Enquanto se acumulavam as dívidas com o INPS, Imposto de Renda, fornecedores e funcionários, o condomínio aumentava suas pontuais retiradas mensais. Calmon alegou possuir uma carta de Chateaubriand, autorizando-o a retirar 5% do faturamento bruto das empresas, independentemente do fato de elas darem ou não lucro. Assim, era comum, segundo Gilberto Chateaubriand, a Tupi fazer um contrato de publicidade, por exemplo, de Cr\$ 500 mil, para a apresentação de um artista qualquer que lhe custaria Cr\$ 800 mil. O contrato dava prejuízo à empresa. Mas Calmon retirava os 5% sobre o faturamento bruto da publicidade.

Em São Paulo, Edmundo Monteiro descascava o condomínio com rara habilidade. Certa vez, conta o filho do "velho capitão", Monteiro vendeu um terreno dos Associados por Cr\$ 20 milhões, para pagar dívidas. No dia seguin-

te, o comprador revendeu-o por Cr\$ 40 milhões à Construtora Guarantã, que um mês depois o empenhou junto à Caixa Econômica Federal por Cr\$ 50 milhões. Alguém ficou com a diferença de avaliação do preço do terreno.

O biônico leva o dinheiro. E o gerente cai de porre

Outra negociata denunciada por Gilberto Chateaubriand é o contrato para transmissão no Brasil dos programas do pastor norte-americano Rex Humbard. Segundo Gilberto, a Tupi receberia 30 mil dólares mensais para transmitir os programas do pastor. Ele pagou, mas não há registros da entrada desse dinheiro na contabilidade da empresa.

Em 1977, Calmon conseguiu livrar-se de seu inimigo paulista. Até hoje não se sabe ao certo se Edmundo Monteiro foi derrubado pelo biônico ou abandonou o posto porque não havia mais o que rapinar na fatia dos Associados que ele comandava. Gilberto Chateaubriand prefere acreditar que Monteiro simulou um ataque cardíaco — internou-se na Unicor, pronto-socorro que seria de sua propriedade —, pediu aposentadoria e abandonou o cargo com uma renda mensal de Cr\$ 250 mil. Hoje, esta aposentadoria paga pontualmente, estaria por volta de Cr\$ 600 mil mensais.

No comando da Tupi, o biônico Calmon ainda tentou simular projetos de renovação, para faturar mais dinheiro com o golpe dos 5%. Passaram sucessiva e inutilmente pela Tupi, Mauro Salles, Carlos Alberto de Oliveira, o Guga, Sérgio de Souza e todos implantaram projetos de vida curta. Afinal, era impossível levar adiante planos de renovação em empresas cujo presidente drenava para seus bolsos todos os recursos de publicidade disponíveis.

— Numa véspera de Natal — lembra o ex-repórter David Nasser, — estava sendo envelopado o 13º salário do pessoal, quando o presidente do condomínio passou pela tesouraria. Perguntou quanto havia de dinheiro, mandou retirar tudo dos envelopes, botou no bolso e foi embora. O gerente saiu direto para o bar Lidador, tomou um litro de uísque, inteiro, e acabou internado no Prontocor. Outra vez, ele mandou despedir a orquestra do velho maestro Calazans, da Rádio Tupi, sem indenizar ninguém. Alguém comentou com ele que todos iriam bater às portas da justiça. O presidente do condomínio disse que não tinha importância, porque não sobreviveriam até a decisão final. A morte se encarregaria de rescindir os contratos.

Com 120 pedidos de falência na praça de São Paulo, o biônico Calmon não só sobrevive na presidência do condomínio, como no auge da crise, em junho passado, foi reeleito para o cargo pela unanimidade dos condôminos reunidos no Rio de Janeiro. Um mês antes, seus vencimentos sofreram a modesta majoração de 80%, o que lhe possibilita um rendimento mensal de Cr\$ 4 milhões. Entre os vários processos a que a Tupi responde, existe um que vedaria aos dirigentes do condomínio o recebimento de qualquer salário, antes de uma decisão judicial.

— Segundo o artigo 368 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — afirma Alberto Freitas, presidente do Sindicato dos Radialistas de São Paulo — fica proibida a retirada de *pró-labore* dos diretores de qualquer empresa que esteja em débito com seus funcionários.

Mas a lei não é cumprida, pois o biônico continua a receber suas retiradas mensais. Quando interessa, porém, os diretores do condomínio são zelosos cumpridores da legislação. Segundo o decreto-lei 236, de fevereiro de 1967, está vedada a uma mesma empresa possuir mais de cinco canais de televisão em todo o país. Os Associados possuem nove. Até agora, todos fizeram vistas grossas à irregularidade. No momento em que a crise passou a indicar como melhor solução a venda da Tupi de São Paulo, cinicamente o presidente do condomínio disse que seus diretores resolveram "pedir enquadramento" no decreto-lei 236. Esperam eles, com a venda da Tupi, arrecadar dinheiro suficiente para poderem viver com tranquilidade na direção das outras empresas no resto do país. Tal decisão foi tomada depois que, na au-

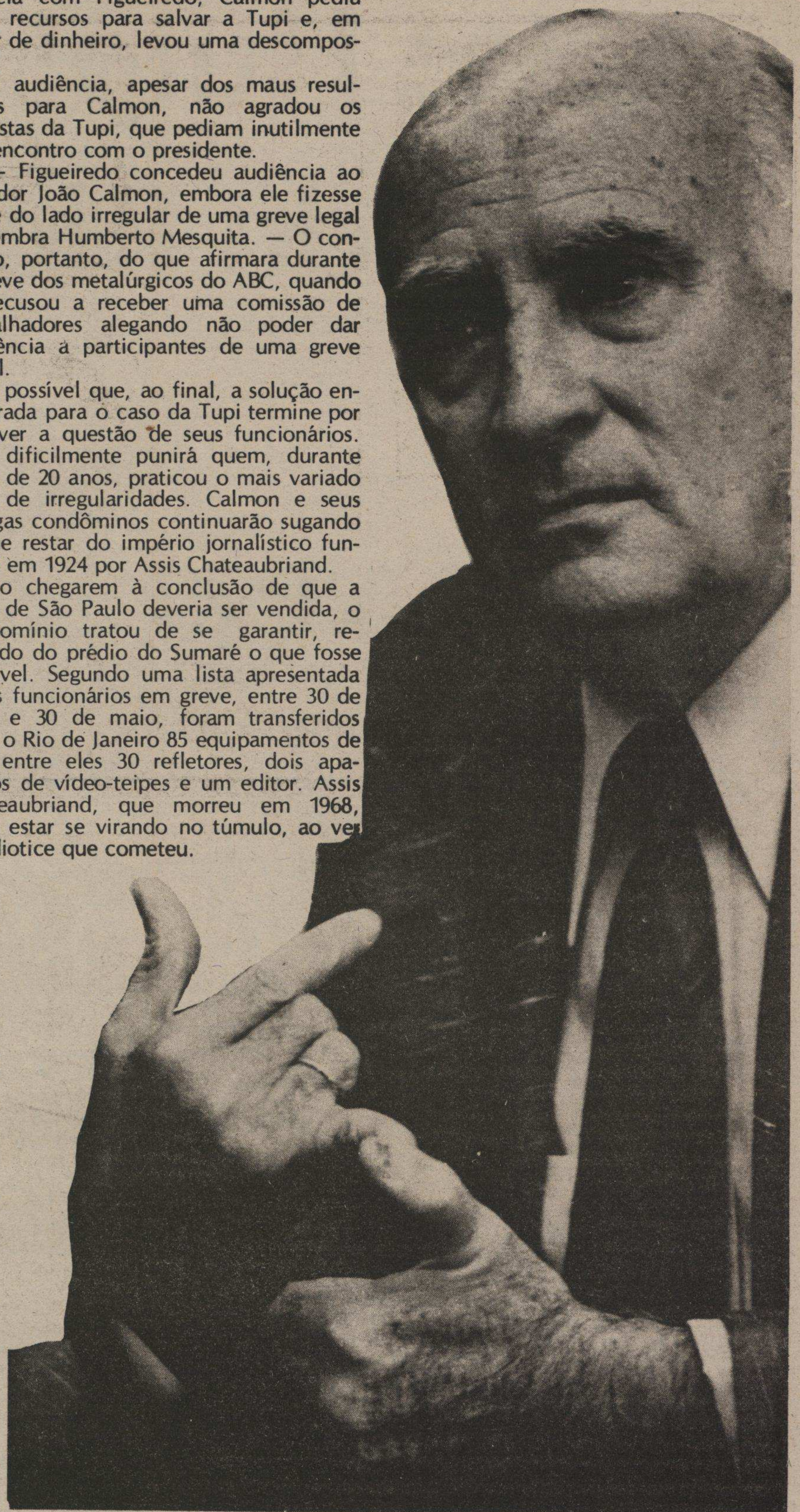
diência com Figueiredo, Calmon pediu mais recursos para salvar a Tupi e, em lugar de dinheiro, levou uma descompostura.

A audiência, apesar dos maus resultados para Calmon, não agradou os grevistas da Tupi, que pediam inutilmente um encontro com o presidente.

— Figueiredo concedeu audiência ao senador João Calmon, embora ele fizesse parte do lado irregular de uma greve legal — lembra Humberto Mesquita. — O contrário, portanto, do que afirmara durante a greve dos metalúrgicos do ABC, quando se recusou a receber uma comissão de trabalhadores alegando não poder dar audiência a participantes de uma greve ilegal.

É possível que, ao final, a solução encontrada para o caso da Tupi termine por resolver a questão de seus funcionários. Mas dificilmente punirá quem, durante mais de 20 anos, praticou o mais variado tipo de irregularidades. Calmon e seus colegas condôminos continuarão sugando o que restar do império jornalístico fundado em 1924 por Assis Chateaubriand.

Ao chegarem à conclusão de que a Tupi de São Paulo deveria ser vendida, o condomínio tratou de se garantir, retirando do prédio do Sumaré o que fosse possível. Segundo uma lista apresentada pelos funcionários em greve, entre 30 de abril e 30 de maio, foram transferidos para o Rio de Janeiro 85 equipamentos de TV, entre eles 30 refletores, dois aparelhos de vídeo-teipes e um editor. Assis Chateaubriand, que morreu em 1968, deve estar se virando no túmulo, ao ver a idiotice que cometeu.



Salomon Cytynowicz — Abril

O biônico João Calmon: retirando pontualmente Cr\$ 4 milhões mensais

AULUS Promoções apresenta

Grupo Corpo em:

Maria Maria

De 22 a 27 de Julho

&

Último Trem

De 29/7 a 3 de agosto

TEATRO LEOPOLDINA

Ingressos na Sua Carteira de Poupança

SULBRASILEIRO e no local.

Promoção: Folha da Tarde

Coord. Local: OP II

Oferecimento Carteira de Poupança

SULBRASILEIRO

ASSESSORIA E PROMOÇÕES LTDA

Hulp! Hulp! A PM do Rio ataca outra vez!

Por DÊNIS DE MORAES

Um soldado e um coronel contam porque a Polícia Militar carioca bate tanto e como é o treinamento recebido pelo batalhão de choque para reprimir manifestações de rua

O Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro tem 800 soldados. Nenhum deles com menos de 1,80m de altura. São homens preparados para bater e reprimir, sempre que seus comandantes julgarem necessário. Foi assim na manifestação contra a demolição do prédio da UNE, na Praia do Flamengo, no mês passado. Jogaram jatos d'água nos estudantes, parlamentares e jornalistas. Depois marcharam contra a multidão que cantava o Hino Nacional e bateram à vontade. Entre muitos feridos, um caso que ganhou destaque nos jornais: o do deputado José Eudes, do PT fluminense, que teve de ser levado a um hospital e levou 12 pontos na testa.

Mas a violência não é exclusividade da PM carioca. Ela é traço dominante de quase todas as polícias militares, em geral, e dos batalhões de choque, em particular. Há muita curiosidade em torno dos homens que compõem estes batalhões de choque: quem são eles, por que batem, que instruções recebem, como se sentem quando saem às ruas para reprimir manifestações? São sensíveis às críticas feitas à sua violência e selvageria? Que tipo de formação possuem?

Na verdade, a resposta para estas perguntas começa em março de 64, quando os militares assumiram o poder e implantavam no país a chamada doutrina de Segurança Nacional. Segundo a doutrina, arquitetada ao longo dos anos em debates e conferências na Escola Superior de Guerra (ESG), as polícias militares estaduais deveriam também integrar-se no cordão da defesa da segurança nacional, desempenhando papel importante na repressão à "guerra psicológica adversa" desenvolvida nos grandes centros urbanos. Não só o policiamento e a preservação da ordem pública seriam as suas tarefas: as PMs deveriam também reprimir passeatas, greves e manifestações de rua, preservando o Exército dessa missão desagradável, antipática e prejudicial à imagem das Forças Armadas.

Sem contar o fato de que, submetendo-as aos mesmos conceitos da doutrina de Segurança Nacional — onde já se enquadravam Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Civil e a comunidade de informações —, eliminava-se um perigo latente e constante, que sempre repercutiu mal psicologicamente entre os militares: um possível confronto entre Exército e PM em questões regionais controversas, como já ocorrera durante o episódio da Legalidade, em 1961, no Rio Grande do Sul, ou na chamada revolta constitucionalista de 1932, em São Paulo.

Em 1965, por exemplo, a Polícia Militar de São Paulo contava aproximadamente 30 mil homens bem treinados e equipados, ultrapassando o efetivo do

Exército naquele estado. Em 1961, durante a campanha da Legalidade, a Brigada Militar gaúcha, com 15 mil soldados fiéis e sensíveis aos apelos do então governador Leonel Brizola, representou uma ameaça iminente para as tropas do III Exército. Na revolução de 30, que levou Vargas ao poder, ocorreu o mesmo com palavras de ordem do tipo "gaúchos não lutam contra gaúchos". Quando ocorreu o levante, o III Exército não se mobilizou a favor do governo federal e muitos de seus contingentes chegaram mesmo a unir-se aos revolucionários.

Antes de 64, tanto os Secretários de Segurança estaduais quanto os comandantes das polícias militares eram nomeados diretamente pelos governadores — um poder considerado excessivo demais para os formuladores da doutrina de Segurança Nacional.

As Secretarias de Segurança e os comandados das PMs, depois de 64, passaram a ser ocupados por militares do Exército, nomeados pelo Poder Federal, da estrita confiança do ministro do Exército e após terem seus nomes aprovados pelo SNI. Os soldados passaram a receber noções de segurança nacional, os quartéis ganharam equipamentos e armas sofisticados e os batalhões de choque tornaram-se divisões altamente treinadas para o trabalho de repressão às manifestações públicas envolvendo grande número de pessoas.

De lá para cá, a população acostumou-se a ouvir relatos fantásticos sobre a violência policial, especialmente aquela praticada pelos soldados das PMs. Destas, a que ganhou maior notoriedade foi a do Rio de Janeiro. O coronel da Reserva da PM e deputado estadual pelo PP fluminense, Murilo Maldonado, ex-chefe do Estado-Maior da Polícia Militar carioca e ex-comandante de vários batalhões, é um crítico severo desse envolvimento da PM pelo Exército e pela doutrina de Segurança Nacional. Ele condenou na tribuna da Assembléia do Rio o recente episódio da demolição do prédio da UNE, afirmou que tudo aconteceu por incompetência dos comandantes — "são amadores" — e disse:

— Essa PM que comete uma violência dessa ordem não é a minha PM. A minha PM não tem o ranço do SNI.

A seguir, duas entrevistas: uma com o coronel-deputado Murilo Maldonado e outra com um soldado da PM carioca, ao qual foi garantido sigilo como condição para que prestasse o seu depoimento. Ele conta como um soldado é treinado para agir em manifestações, e dá sua opinião sobre questões como greves, abertura, imprensa, democracia, crise econômica e eleições.

Amicucci Gallo/Abri



Fala o soldado:

"O povo está mais agressivo do que a polícia"

Aquele homenzarrão apareceu de repente na minha frente e quase gritou o seu nome, ao se apresentar. Era um mulato alto (mais de 1,90m), sisudo e com os olhos semi-escondidos pelo quêpi. Prefiri cumprimentá-lo com a cabeça. Afinal, um aperto de mão de um brutamontes daqueles provavelmente me deixaria com dor nos dedos. O homenzarrão baixou os olhos e só olhou para mim, de cima a baixo, quando o oficial mandou que ele conversasse comigo.

— Responda a tudo o que o rapaz perguntar. Não quero nenhuma pergunta sem resposta. Certo? — disse o oficial, um tipo gordo, mas não tão sisudo quanto o soldado.

Despedi-me do oficial, que seguiu por um dos sombrios corredores daquele quartel da Polícia Militar. Havia várias salas próximas e o soldado me guiou segurando a arma que se agitava na cartucheira à medida que ele apertava o passo. Entramos numa sala refrigerada, com duas mesas entupidas de papel e ordens de serviço. Sentei-me no sofá; o soldado permaneceu de pé. Pedi-lhe que se sentasse. Ele hesitou um pouco, não tirou o quêpi e, finalmente, se acomodou na beira da poltrona.

A menos de um metro de mim, estava agora um soldado treinado exaustivamente para reprimir — para bater em quem vai à rua reivindicar, algumas vezes, por um mundo melhor do que esse que aí está. Um soldado da Polícia Militar. Ambos estávamos tensos. Para descontraí-lo ambiente, brinquei com ele:

— Ser policial não deve ser mole, né?

Ele esboçou um leve sorriso no canto da boca, apertou os dedos e respondeu:

— Deve ser igual ao que dizem ao senhor sobre a sua profissão. Todas elas são difíceis.

Foi então que percebi que o soldado era bem jovem e tinha dentes quase perfeitos, alvos. Não deve ter mais de 27, 28 anos. Combinamos — eu e o oficial — não mencionar a idade do rapaz, para evitar problemas futuros. Ele está na PM há cinco anos.

Expliquei-lhe rapidamente o tipo de

entrevista que iria fazer. O soldado não se incomodou muito e reagiu como se desejasse livrar-se logo. Mas as suas respostas seguintes foram pausadas, por vezes meditadas em segundos.

— Entrei na corporação através de um concurso. Havia uma prova escrita. Eles chamam isso de exame intelectual. Depois, fiz o psicotécnico para testar os reflexos do cidadão. No fim de tudo, fazemos o exame médico. Ah! tem o exame físico também.

O homem falava certinho e desconfie que ele era um dos soldados que cursavam universidade, como havia me informado o coronel-deputado Murilo Maldonado. Só que ainda não era universitário — chegou a se preparar para o vestibular, mas desistiu. Hoje, faz um curso técnico de eletrônica, à noite. Dá tempo?

— Dá. Aqui, nós trabalhamos em regime de prontidão. O elemento trabalha 24 horas e folga 48 horas, podendo ficar mais um dia em casa. Ele vem ao quartel no terceiro dia para saber se precisa entrar de prontidão. Tudo depende de como está a coisa lá fora.

Ele volta a contar como foi preparado para chegar até o batalhão em que está lotado hoje:

— O recruta faz um curso de quatro a seis meses no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, onde aprende noções gerais de policiamento e de higiene, e como deve proceder com o marginal na rua. Depois disso, fui destacado para servir neste batalhão. Aqui, o elemento tem que ser disciplinado, muito mais do que qualquer soldado.

— Tem que ser um recruta de bom físico?

— Se o elemento vier raquítico, fica logo forte. Temos uma hora de educação física por dia.

SEGURANÇA NACIONAL

O soldado já se descontraíu: deu um sorriso largo. Talvez já não veja o jornalista como bicho-papão ou coisa parecida. Um oficial entra na sala, me cumprimenta e nem olha para a o praça, que levantou o queixo e enrijeceu-se, como se estivesse à espera de uma ordem. Com a sala novamente vazia, ele retoma a sua história.

— Também recebemos noções de controle de distúrbios. Essa é a nossa especialidade. O nosso treinamento é para ensinar como dissolver uma manifestação sem agressividade, desde que a recíproca seja verdadeira (ele ri). O elemento segura o escudo na mão direita e o bastão (o chamado cassetete) na outra. Tem diversas formações para dissolver o distúrbio; o comandante do pelotão é quem decide. Quando ele dá o grito de avançar, o elemento tem gritar: hulp! hulp! É para efeito moral.

— Vocês aprendem noções de segurança nacional?

— Sim. Os responsáveis pela segurança



— No dia seguinte, os jornais abriam manchetes condenando a violência policial. Lê jornais?

— Leio, quando o dinheiro dá, o *Jornal do Brasil* ou *O Globo*.

— Não sentiu nada de especial lendo as críticas à PM?

— Os jornais sentem prazer em malhar o aparelho policial, seja a PM, a Polícia Federal ou a Polícia Civil. Deve vender mais jornais.

QUEM BATE PRIMEIRO?

Antes que eu terminasse de anotar esta declaração, ele interrompe e diz que não tem nada contra os jornalistas. Desculpa-se:

— A imprensa é importantíssima.
— Você já reprimiu outras manifestações estudantis?
— Para dizer a verdade, sim. Se não me engano, esta, a da UNE, foi a terceira vez. Mas houve outros trabalhos: greve dos motoristas... Ali, houve muito vandalismo por parte deles. Viraram carros em frente ao QG do Exército.

Novamente ele interrompe a entrevista. Sério, pergunta:

— O seu trabalho é sobre violência policial, não é?

Respondo que sim.
— Pois devia ser também sobre a violência pública. O povo está mais agressivo do que a polícia.

— Qual é a razão disso? — indago.
— É o sistema de evolução. O pessoal não está preparado para evoluir. A evolução é a responsável pela violência. Do dia em que entrei na PM até hoje, a violência pública aumentou demasiadamente.

— Por que, então, a polícia bate?
— Não é só a PM que bate. A polícia, quando chega a reagir, é porque houve vandalismo do outro lado. O inimigo ataca primeiro. Nós reagimos para nos defender.

— Um soldado que vive de bater não fica traumatizado?

— O elemento tem que ter personalidade muito forte. Já imaginou se eu chegasse em casa aborrecido por causa dos marginais? Minha mulher e minha filha não me agüentariam.

— Você participou da operação na UNE. O que é a UNE?

— É a União Nacional dos Estudantes. Aquele prédio, pelo que li nos jornais, foi emprestado aos estudantes para a instalação da UNE. O Governo Federal precisou do terreno. Nada mais justo do que pedir ele de volta. A UNE, pelo que entendo, foi uma entidade com o fim de unir os estudantes para os seus devidos fins.

— Tem alguma coisa contra os estudantes?

— Absolutamente, eu sou estudante. O que ocorre é que tudo aquilo que houve lá não aconteceria com um funcionário da Comlurb (Companhia de Limpeza Urbana) ou com um médico, porque eles são mais maduros. O estudante é mais baderneiro, quer agitar.

"A GREVE ERA JUSTA"

Entra na sala o mesmo oficial de antes. Conversa rapidamente comigo, coisa sem importância. Arrisco uma olhadela para o soldado. Ele está paralisado, olhando para um ponto fixo no ar. Pergunto:

— Há pouco, você falou em greve dos motoristas. O que é a greve para você?

Ele não sabe se responde ou se espera uma ordem do oficial, que sai em seguida.

— Greve é a arma que o povo tem para reivindicar os seus direitos.

— No entanto, você reprimiu a greve dos motoristas.

— Estava no cumprimento do dever.

— A reivindicação dos motoristas era justa?

— Era.

— Então, por que reprimir?

— Naquele caso, não houve atentado. Era só garantir a ordem. Quando chegamos ao local, não havia qualquer manifestação. Mas se houvesse ordem para reprimir, nós reprimiríamos. Sei que os motoristas estavam certos, mas tinha que cumprir ordens.

— Os oficiais da PM fizeram recentemente um movimento para exigir melhorias salariais. Era justo?

— Era.

Desta vez, ele sorriu, levantou-se e deu uma volta em torno da poltrona. Sentou-se de novo e disse:

— Com esse tipo de pergunta, o senhor vai me botar na rua.

Foi então que decidi levar a entrevista para o lado político. Logo na primeira pergunta, ele repetiu o que dissera:

— Essas coisas de política são fogo.

Tranquilizei-o lembrando que seu nome ficaria sob sigilo. Ele sorriu e topou falar sobre a abertura:

— Não entendo muito de política. Parece tudo tão confuso.

— Algum dos novos partidos políticos lhe agradou?

Ele disse que nunca simpatizou com qualquer partido, mas desconfio que gosta do PT de Lula.

— O Lula — disse o soldado — é um lutador pelos ideais dele e de sua classe. Está procurando reivindicar os seus direitos.

— Você gostaria de votar?

— Sinceramente que não. Política não é o meu forte.

— O que acha do presidente Figueiredo?

— Olha essas perguntas políticas... Bem, o presidente é um homem que está cumprindo o que prometeu quando era candidato.

— Que promessas ele cumpriu?

— Por exemplo, a anistia, o apoio à agricultura. O produtor está sendo ajudado pelo Governo, eu li no jornal. Ah! Ele inaugurou a rodovia Rio—Juiz de Fora, que vai permitir uma economia de combustível.

— O Brasil é uma democracia?

Ele se aproxima de mim e diz, baixinho:

— Uma democracia relativa.

Dá uma gargalhada e pede para eu não anotar isso. Depois, quase ditando, responde:

— Sim, o Brasil é uma democracia. O elemento, aqui, tem livre arbítrio para fazer o que quer dentro de seus direitos. A anistia que o presidente concedeu a dezenas de presos políticos, puxa, é um fato que pode considerar o Brasil uma democracia.

— Há crise econômica no Brasil?

— Gravíssima.

O soldado ganha Cr\$ 15 mil mensais, mora num longínquo bairro suburbano e tem mulher e filha para sustentar. Seu salário é justo?

— É razoável. Minha mulher trabalha fora. A gente vai levando.

— Você seria capaz de citar uma medida que ajudaria a superar a crise?

— O ideal seria acabar com os carros de passeio nos dias de semana. A nossa crise, pelo que sei, se deve ao aumento do preço do petróleo, não é mesmo? Se as autoridades proibissem o carro particular de circular nos dias de semana, seria uma solução viável.

— Gostaria que o presidente da República fosse um civil?

— O presidente Figueiredo, segundo uma declaração dele que li outro dia, vai botar na agenda de 82 a eleição para a escolha de um presidente civil.

"ARROCHOZINHO"

Corrijo a informação: ainda não temos sequer a certeza de que poderemos eleger os governadores pelo voto direto, em 82. Eleição direta à presidência não tem nem data cogitada explicito.

— Ah, estou por fora mesmo. Como fui confundir uma coisa com a outra? Um civil teria a mesma força de um presidente militar? Os civis devem se sentir mais protegidos com um presidente militar.

— O que foi a chamada Revolução de 64?

— Aprendi o seguinte: com a elevada

inflação que havia, os militares tiraram os civis do poder e controlaram as coisas. Houve várias revoltas estudantis, greves e saques comerciais. Logicamente, os militares sentiram a necessidade de ficar no poder.

— Você fala em inflação alta, mas a de agora está em 100%.

— É o tal negócio: a inflação está alta porque o Brasil compra petróleo lá fora. Cada vez que sobe o dólar, a dívida do Brasil aumenta. É isso mesmo? Só existe uma solução para isso, mas não estou falando a sério. É a terceira guerra mundial, para acabar com esses países prepotentes.

— Sabe quem é Luiz Carlos Prestes?

— Sei mais ou menos. Foi anistiado pelo presidente Figueiredo. Foi um dos líderes de 64 ou de 68. Sei pouco sobre ele.

— O que entende por comunismo?

— Comunista é aquele elemento que atenta contra o progresso, contra a evolução. É um elemento antinacionalista.

— E Leonel Brizola?

— Foi governador do Rio Grande do Sul, não é isso? Dizem que ele é um cara que pensa muito. Será difícil ele conseguir os ideais dele, por causa de seu passado.

— O que aconteceu no Brasil em 1968?

— As coisas estavam meio desorganizadas. Foi criado o AI-5 para poder limitar o que as pessoas faziam e falavam. Agora, li que o ministro da Justiça poderá criar um novo AI-5.

— E o Brasil precisa de um novo AI-5?

— Pessoalmente, acho que não. Basta um arrochozinho do presidente e tudo se resolve. Os problemas que estão aí são culpa, pelo que se comenta, dos parlamentares.

— Da Oposição?

— Parece que sim.

— Você sabia que houve guerrilha no Brasil?

— Houve, sim. Li alguma coisa. Um colega me contou que, naquela época, fizeram uma barricada aqui perto do quartel. Era para proteger a área dos inimigos. A revolta era geral. Alguém podia jogar uma bomba no quartel.

O soldado já estava cansado. Não sei por que ele se levantou, tirou o quêpi e indagou:

— Por que o senhor me pergunta tanta coisa sobre política?

Supteendo, expliquei-lhe que desejava conhecer o que pensa um soldado da PM.

— Não é por nada, não. É que política nunca dá bom negócio. Falo muito e acabo indo para a rua (ele ri).

Brinco com ele e insisto nas perguntas.

— Você é católico?

— Sou.

— O que a igreja deve fazer por seus adeptos?

— Ajudar um pouco os pobres e dar tranquilidade de espírito aos seus adeptos.

— O que você espera da vida?

— Se não houver uma terceira guerra mundial até o fim do ano, espero terminar o meu curso de eletrônica e conseguir uma promoção. Gosto de ser militar.

— Algum dia, você não conseguiu dormir, depois de ter dissolvido uma manifestação?

— Nós quando chegamos a utilizar a força é porque nos combatem com a força. Não temos motivos para arrependimentos ou remorsos.



Soldados da PM: treinados para bater



José Eudes (de óculos) foi defender o vereador Antonio Carvalho...



...e também foi agredido pelos policiais, tendo de ir para o hospital

Fala o deputado: "Não diziam nada, não gritavam. Batiam muito"

Ainda com doze pontos na testa, o deputado estadual José Eudes, do PT fluminense, deu o seguinte depoimento ao **Coojornal** sobre a agressão que sofreu dos soldados da Polícia Militar, durante a manifestação contra a demolição do prédio da UNE:

"Perto dos jardins do Parque do Flamengo, bem em frente ao prédio da UNE, estavam aglomerados os estudantes, os jornalistas e nós, parlamentares. A manifestação era pacífica. Ninguém seria ingênuo de tentar invadir o prédio. Por dever de ofício, fui até lá.

"Tinha procurado saber quem comandava a operação policial. Esse comando não se identificava. Sabíamos que havia agentes da Polícia Federal por ali. E veio o primeiro jato d'água sobre os manifestantes. Nós fomos até lá, na área considerada de segurança, próxima ao prédio e cercada por cordas. O cara que chefiava os federais — pelo menos, supúnhamos que fosse o chefe — era baixinho e moreno. Os soldados

obedeciam ordens de um tenente, baixo, de revólver em punho, que viria a participar do espancamento. Esse homem parece um chinês, moreno. Eu o reconheceria. Ninguém da polícia aceitava a conversa.

"Eu estava na chamada área de segurança quando veio a ordem de reprimir. Quando os soldados se aproximaram, puxei a minha carteira de deputado, mas foi em vão. Um elemento civil me deu um empurrão, caí no chão. Uns 10 soldados começaram a me bater de todo lado. Foram pontapés, socos, pauladas. Uma delas me acertou aqui na testa. Depois, sangrando muito, me arrastei até a mureta dos jardins. A violência foi tanta que a essa altura os estudantes já tinham sido dissolvidos. Nesse momento, apareceu o deputado Raimundo de Oliveira e me socorreu.

"Mas, logo depois, veio um novo grupo de policiais em nossa direção. Entre eles, estava o que mais me bateu, um cara magro, alto e moreno, de bigode. E nós dois apanhamos mais ainda. Eles não diziam nada, não gritavam. Batiam — e muito. Eu não parava de gritar: "Sou deputado, sou deputado". Parece que eles se irritavam mais.

"Só me saí porque o meu carro oficial encostou próximo e o motorista veio me socorrer. Os soldados foram embora. Entrei no carro, com o terno coberto de sangue e só me lembrei de alguma coisa quando o médico limpou meu rosto sujo de sangue no Hospital Souza Aguiar".

Fala o coronel: "A minha PM não tem o ranço do SNI"

Costumam comparar o coronel-deputado Murilo Maldonado com o coronel-deputado Erasmo Dias. É uma comparação imprópria. Erasmo é ultradireitista, Maldonado é opositorista, embora da corrente do governador Chagas Freitas. O coronel Erasmo foi secretário de Segurança em São Paulo num período de aguda repressão política. O coronel Maldonado gostaria de ser secretário de Segurança do Rio de Janeiro, mas em tempo de abertura.

Estranho deputado, esse Murilo Maldonado. Homem de confiança do governador Chagas Freitas, é, na bancada estadual do PP fluminense, o parlamentar de melhor diálogo com a esquerda do PMDB e do PT. Chaguista, é um cáustico crítico de alguns secretários do governador.

Tem 56 anos, 40 dos quais vividos na Polícia Militar, onde chefiou o Estado-Maior e comandou vários batalhões. Dirigiu a colônia penal agrícola da Ilha Grande (onde fica a mais temível penitenciária do Estado do Rio) e deixou saudade nos presos quando saiu. Em 1976, ainda na ativa, elegeu-se vereador na capital, pelo MDB, com mais de 24 mil votos — a maioria obtida junto às famílias de soldados e oficiais da PM. Passou à reserva e ficou famoso pelas sistemáticas críticas à administração do prefeito Marcos Tamoyo. Em 78, chegou à Assembleia Legislativa, ainda pelo MDB.

Seu nome foi insistentemente lembrado para assumir a Secretaria de Segurança do Governo Chagas Freitas, mas a sua sólida amizade com o general Sílvio Frota certamente dificultou o aval de Brasília à sua nomeação. Não gosta do atual secretário de Segurança, general Edmundo Murgel, nem tampouco do comandante da PM, coronel Aníbal Henriques — segundo ele, "dois amadores". Da tribuna da Assembleia, já pediu várias vezes a exoneração de ambos.

— Deputado, a Polícia Militar tem sido personagem ativo em freqüentes cenas de violência, como recentemente ocorreu na manifestação em frente ao prédio da UNE, no Rio. Por que a PM age assim?

— A PM à qual servi durante 40 anos é aquela voltada a dar segurança ao indivíduo e às autoridades. É a PM que sobe o morro à procura do marginal, mata e morre, em defesa da sociedade. Ocorre que a grande maioria das Polícias Militares, após a Revolução de 1964, perdeu os comandados próprios, à exceção das PMs de Minas Gerais do Rio Grande do Sul. Além disso, perdeu a economia salarial com as Forças Armadas. Este foi o prêmio que a Revolução deu à Polícia Militar do Rio, que, ao lado da mineira, foi a que teve a maior participação naqueles episódios. Não nos esqueçamos de que foi a PM que defendeu o Palácio Guanabara, quando os fuzileiros navais comandados pelo almirante Aragão ameaçavam partir para lá e arrasar com o Lacerda. Se a PM tivesse continuado sob o comando de seus oficiais, com uma doutrina eminentemente policial e apenas noções essenciais de ordem militar para o combate à subversão e preservação da segurança interna, muita coisa que hoje, lamentavelmente, ocorre não estaria se verificando.

— O senhor já disse o que é a sua PM. E a atual?

— A polícia do acontecimento específico do prédio da UNE é a polícia do coronel Aníbal Henriques, que é um coronel do Exército imposto ao comando da Polícia Militar do Estado do Rio. O secretário de Segurança é o general Murgel, imposto à Secretaria de Segurança do Estado do Rio. Como são impostos todos os comandantes de Polícias Militares e os secretários de Segurança, após 64. Eu me orgulho de a PM ter sido comandada por ilustres generais do Exército, como o Duque de Caxias, Odilo Denny e Fiúza de Castro. Mas todo profissional que se preza quer ter o direito de se comandar,



Maldonado: "os comandos são amadores"

de se dirigir, para que os acertos e os erros da Polícia Militar sejam exclusivamente seus. O general Murgel, o coronel Aníbal e o coronel Abreu, comandante do Corpo de Bombeiros, são oficiais até brilhantes, mas foram preparados para as missões de segurança nacional, e não para a segurança pública, que é uma coisa para profissionais e não para amadores, é preciso que se diga. E esses brilhantes oficiais, no que concerne à segurança pública, são amadores.

— No episódio da UNE, nem os parlamentares foram poupados pela PM. O senhor é capaz de explicar por quê?

— O soldado da PM tem um treinamento específico para a atividade policial. Então, a gente sintetiza isso num exemplo de fácil entendimento: o treinamento do soldado comum, do policiamento de trânsito, da rádio-patrolha, não requer agressividade. Por isso, dizemos que um soldado comum ao atravessar uma rua na faixa, se levar uma pisada, diz para quem o pisou: "O meu chapa, cuidado com o meu calô" já um soldado treinado para o Batalhão de Choque reage de maneira diferente: o reflexo dele é dar um murro em quem o pisou.

— Como são preparados esses soldados que reprimem manifestações de rua?

— É simples. Na educação física, quando um camarada erra, o instrutor diz: dez flexões! Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Está cansado? Não, responde o soldado. Então, mais dez flexões! Isto desenvolve a agressividade. No treinamento do saco de areia, joga-se o saco para a frente e o fulano tem que rechacá-lo com o cas-setete. E há técnicas de controle de tumulto.

— O que é isso?

— Imagine uma passeata não-autorizada pela autoridade competente e que começa a depredar uma praça. A tropa tem os seus dispositivos e é aconselhável dividi-la. A trolha dividida dissolve a massa em duas. E bloqueia determinadas ruas para que haja apenas uma por onde ela possa se encaminhar. A tropa torna a dividir a massa em duas, até dispersá-la definitivamente.

— Como é preparado psicologicamente esse policial?

— Ele é treinado para cumprir ordens. Já o soldado comum tem que ter muita iniciativa. O soldado preparado para agir sob comando recebe outro tipo de treinamento. O comando diz: frente para a direita! Todo mundo vira. Deita! Levanta! E, automaticamente, eles passam a cumprir as ordens do comandante do pelotão.

— Recebem ensinamentos da doutrina da segurança nacional?

— Há lições da doutrina da segurança nacional, sim. Mas não se prega para eles baterem no povo, nos estudantes. Isso, não. O que há é o seguinte: eles são doutrinados para obedecerem às ordens de reprimir uma turba de anarquistas, de desordeiros, que estão contrariando a ordem pública e desobedecendo as autoridades. Se houver uma ordem para dissolver, eles vão lá e dissolvem. Primeiro, através de megafones. Depois, com jatos d'água. Se houver reação, eles estão preparados para regir com a mesma intensidade. Normalmente, com um pouco mais de intensidade, para poder subjugar. Existem os gases lacrimogêneos, os jatos d'água e até coisas mais sofisticadas, para se tentar evitar a violência propriamente dita.

— O que difere o recrutamento de um soldado comum do Batalhão de Choque?

— O recrutamento é todo comum e a instrução na Escola de Recrutados, também. Todos recebem um pouco de instrução policial, um pouco de noções de trânsito, prática e doutrina. Depois, quando o soldado vai para o Batalhão de Choque, sofre uma instrução especializada.

— **Quem decide se o soldado deve ir para o Batalhão de Choque?**

— Normalmente, procura-se aquele que melhor se caracterizou como atleta, pelo físico, pelo porte. Esta é a pré-seleção; depois, ele ingressa no Regimento de Choque.

— **Qual é o perfil psicológico desse soldado?**

— Bem, na verdade, eu nunca fiz um estudo sobre isso. O soldado do Batalhão de Choque é muito disciplinado, bem postado e cumpridor de ordens. É preparado — repito — para cumprir o que lhe determinam. É preciso preparar também quem vai dar a ordem, porque a ordem que esse soldado receber, não tenha dúvida, ele vai cumprir. Foi assim, no caso da UNE. Ah, é dissolver a manifestação? Então, vamos lá. Por isso, é fundamental que quem exerce o mando sobre essa gente saiba dar a ordem correta.

— **A abertura vai mudar a chamada "linha dura" da PM?**

— Não considero que haja uma linha dura na PM. O que ocorre é que, antes da Revolução, a Polícia Militar seguia a orientação dada por seu Estado-Maior. E havia um intercâmbio muito grande das coisas boas da PM de um Estado para outro. Com a Revolução, criaram a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), que quis dar uma doutrina única para as PMs. Começou bem com o general Meira Mattos, que entendeu as diferenças culturais entre os vários Estados. Depois o Exército achou que os ex-comandantes de Polícias Militares é que deveriam dirigir a IGPM. Esses oficiais

tinham enfoques deformados, pois comandaram apenas policinhas em pequenos Estados e tentaram padronizar as suas experiências em todas as PMs. Ora, isso gerou muita preocupação.

— Efetivamente, na contra-revolução de 1968, as Polícias Militares não estavam preparadas para enfrentar a quase guerrilha urbana. Estavam voltadas muito mais para a parte policial, e muito menos para a repressão daqueles acontecimentos. Aqui no Rio, a PM foi surpreendida em 68. Aliás, creio que o próprio Exército também foi surpreendido. Perguntava-se: por que o Exército não intervém diretamente? Afinal, ele é preparado para as missões de segurança nacional. Dispunha da PE (Polícia do Exército), que, embora destinada a finalidades diferentes, poderia ser acionada para o controle de distúrbios. O problema é que tinha efetivos pequenos (ainda hoje, só conta com 1.200 homens, no Rio). Ai então começaram a se desenvolver os equipamentos para o controle de distúrbios. Nasceu, paralelamente, a instrução para o controle de distúrbios, e isso dá reflexos. É necessário haver um regimento treinado para atividades, mas, como já disse, ele apenas cumpre ordens, o que torna fundamental saber quem dá as ordens. Para dar a ordem, tem que ser profissional. Polícia não pode ser de amador. O profissional sabe qual é a profundidade de sua ordem à tropa. Se ele grita: acabem com essa concentração de qualquer jeito! Os homens vão lá e acabam com a coisa de qualquer jeito. Quem está no meio apanha também. Eles não querem saber quem é comunista, democrata, militar, parlamentar ou ministro. Quem estiver na frente entra no pau, porque o objetivo da tripa de choque é dissolver a manifestação.

— **Para ocupar uma área com tropas policiais, quais são os custos que a PM tem?**

— Não são necessários nem grandes efetivos; uma vez que o Batalhão de Choque, sozinho, tinha condições de impedir a realização daquela manifestação da UNE. Com antecedência, você mobiliza todo o efetivo da Polícia Militar em 24 horas. Normalmente, pode-se fazer isso em 18 horas. Se você fizer uma concentração do efetivo da Polícia Civil, você vai pagar horas extras, de acordo com a legislação que regula as suas atividades. O policial militar, não. Ele não ganha nem um centavo a mais para ficar três, sete ou 30 dias no quartel. Não há custo de alimentação, pois o soldado é arranchado. Então, conclui-se que não há despesas a mais com o pessoal e a alimentação. Mas é numa circunstância como essa que o amador se revela: não coloca toda a tropa de prontidão e cria problemas terríveis para mobilizar os soldados de uma hora para outra. Então, o cara é tirado de casa e deixa a mulher sem dinheiro para pagar o gás. E fica psicologicamente voltado contra aqueles que estão determinando o seu afastamento súbito de casa. Ele vai perder o jogo de futebol, vai ter que faltar à aula de noite — e suas faltas normalmente não são abonadas.

Além disso, evidentemente, há despesas extraordinárias. Se você mobiliza, por exemplo, o Regimento de Cavalaria para participar da operação policial, os cavalos são transportados em carros, se for apenas uma companhia. Mas, se a operação requer o regimento inteiro, os cavalos têm que ser transportados de trem. Isso custa dinheiro, porque a Rede Ferroviária cobra, sem falar na gasolina dos carros.

— **A manutenção de um Batalhão de Choque é mais dispendiosa do que a de um regimento comum?**

— Sim, o equipamento de choque é muito mais caro. O Governo Federal tem fornecido às Polícias Militares um

equipamento da melhor qualidade. É uma fortuna, realmente. Você vê que os escudos, que antigamente eram de chapa de ferro, hoje, para dar visão ao homem do que tem na frente, são de fibra, que resiste a pedradas e até a uma bala. O capacete é de fibra, muito resistente. Os primeiros foram importados do Japão; depois, começaram a ser fabricados aqui. Em 68 e 69, houve importação de equipamentos do Japão, onde tem a polícia repressiva mais bem equipada. Lá também há estudantes e dificilmente há um tiro, porque a polícia procura conter o distúrbio com meios enérgicos mas não violentos.

Muitos oficiais brasileiros tiraram cursos sobre essas técnicas de contenção de distúrbios nos Estados Unidos, na Alemanha e na França. Antes da Revolução, já era assim; após, o número de oficiais mandados para o exterior aumentou. Essas técnicas não têm evoluído muito. O que surge, às vezes, é um equipamento mais sofisticado, como o gás paralisante. Eu pego um spray e jogo sobre você o gás. Você desmaia. A PM tem isso. Eu, por exemplo, trago sempre na minha pasta um tubinho de gás paralisante. Nos Estados Unidos, esse material é vendido em casas de comércio. Se ocorrer uma manifestação daquelas de 68, com a Avenida Rio Branco toda tomada, hoje existe um equipamento gerador de grandes colunas de fumaça de gás lacrimogênio, e não apenas uma simples bombinha.

— **O soldado do Batalhão de Choque é o pior da PM?**

— Não, pelo contrário, é muito selecionado. Soldado ruim não fica no Regimento de Choque. É uma tropa de elite, de alta categoria, adestrada, qualificada. Mas é um pessoal que você não pode colocar no policiamento comum, a não ser depois de um período de desaquecimento.

**A Cotrijuí
vai comercializar
com a
segurança
do
Cooperativismo
e da
policultura.
Pense nas
vantagens que
isso trará.**

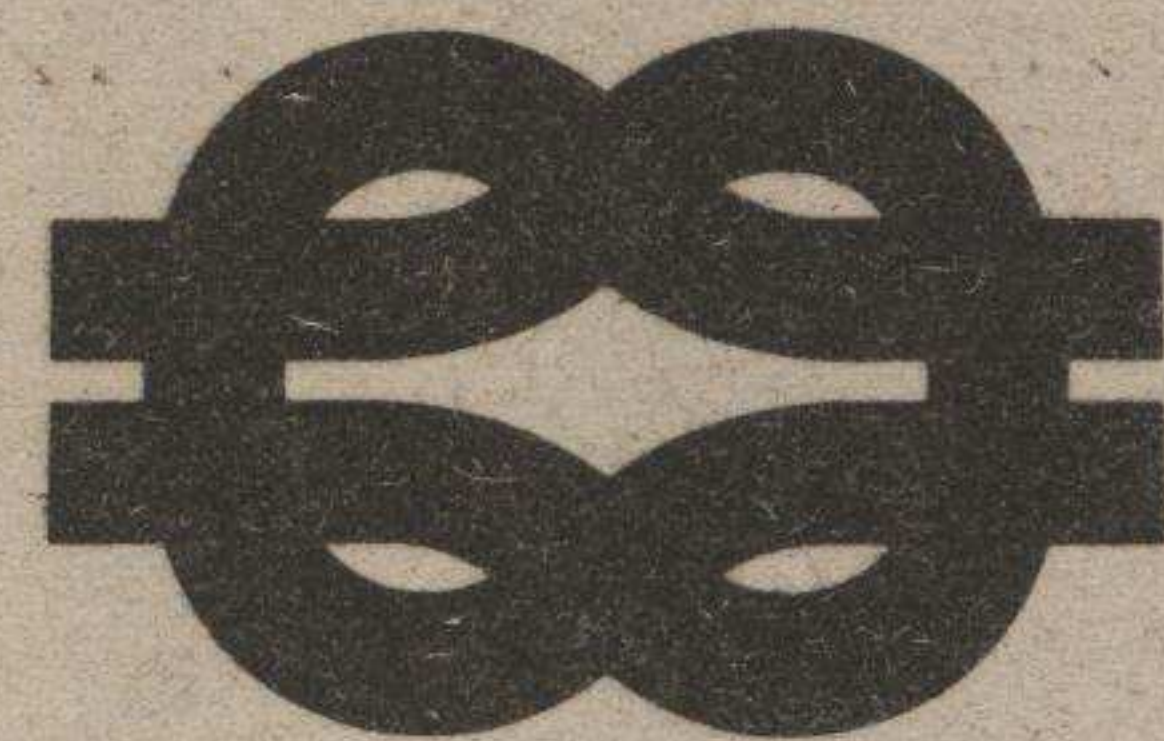
Está na hora de um grande passo para o futuro deste País: a união da segurança cooperativista com a segurança da policultura.

A Cotrijuí está expandindo seu sistema de comercialização para aumentar ainda mais a oferta do melhor preço médio.

Sem intermediários, a rentabilidade cresce e aparece, com garantia de colocação de qualquer produção.

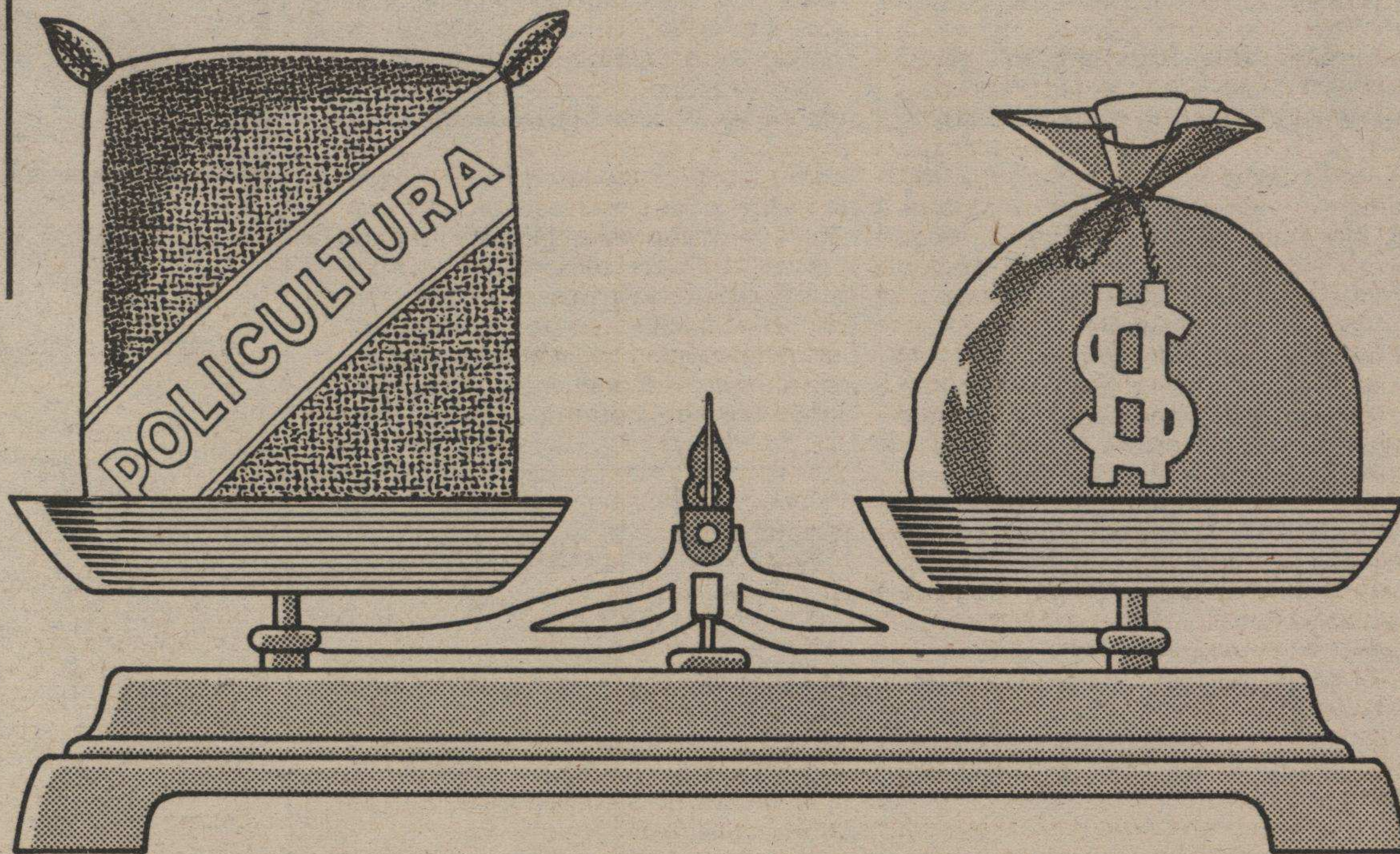
Vamos todos trabalhar na implantação da policultura, em nossos objetivos de diversificação, e nos benefícios que isso dará ao Brasil.

Se a segurança do Cooperativismo é grande, imagine com a da policultura. Reflita conosco. Plante conosco.



**COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.**

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro.
Policultura é Isso.





O dia-a-dia no Rio Peixoto de Azevedo: o ouro levou a insegurança e os homens passeiam armados

"Aqui basta jogar a terra pra cima, lavar e vem ouro pra enriquecer qualquer um". As margens do Paranaitá — dizem os garimpeiros — enriquecer é fácil. Suas águas correm no extremo norte do Mato Grosso e testemunharam um genocídio até hoje impune e praticamente desconhecido da opinião pública brasileira: o Massacre de Paranaitá, um episódio para ser anotado entre as despesas da ocupação amazônica. Conta-se que trezentos garimpeiros foram roubados, torturados e finalmente assassinados. É uma história com todos os ingredientes do Novo Brasil que estamos construindo na Amazônia: tem corrupção, aventura, saque, arrivismo, violência. É também uma história de terror.

Dias de massacre

Por AUGUSTO ROCHA

Com 52 anos nas costas, muitos deles na vida dura do garimpo, o baiano Adalberto custa a acreditar nos próprios olhos: "O que se passou por ali não parecia ser coisa do Brasil, um país que todo mundo diz que é de paz". Adalberto Silva é uma das testemunhas do Massacre de Paranaitá, promovido pela colonizadora paulista Indeco S.A. e que somente agora — 11 meses depois — é conhecido nos seus detalhes. Dois mil garimpeiros foram expulsos, torturados e roubados pelos jagunços do latifundiário Ariosto da Riva, assessorados pela polícia estadual do Mato Grosso. Trezentos deles teriam sido assassinados. Hoje, quando deputados, senadores e a Igreja aprofundam as investigações, fala-se na descoberta de verdadeiros cemitérios de garimpeiros.

Os dias da matança chegaram na entrada de agosto passado, mas a história iniciou bem antes. As margens do rio Paranaitá habitavam até 1974, os *Krain-a-Kore*, a tribo de índios gigantes contatada pelos irmãos Villas-Boas em 1972. Logo depois os *Krain-a-Kore* perdem sua terras e são removidos para o parque do Xingu. Abre-se a rodovia Cuiabá-Santarém e, por ela, começam a chegar os garimpeiros, geralmente nordestinos. Em maio de 1978, eles estão na área da Indeco, onde correm as águas ricas em ouro aluviônico do Paranaitá, do Apiacas e do Juruena.

A beira do Paranaitá, cresce em poucos dias um vilarejo com duas mil pessoas. Para promover seu comércio de subsistência, esta população teve que desaguar em Alta Floresta, a cidade mais próxima, atraindo a atenção dos homens da Indeco. A represália não demorou. Primeiro, foi montada um barreira entre a cidade e o garimpo: quem passava por ali deixava todo o ouro, como conta o maranhense Sebastião Ferreira Alves, de 42 anos: "Me confiscaram 350 gramas de ouro, deram uma surra e quebraram uma costela..."

Alegando que a atividade do garimpo prejudicava seus colonos, a Indeco foi ainda mais drástica: os jagunços da empresa atacaram o garimpo — sempre apoiados por policiais — e forçaram a

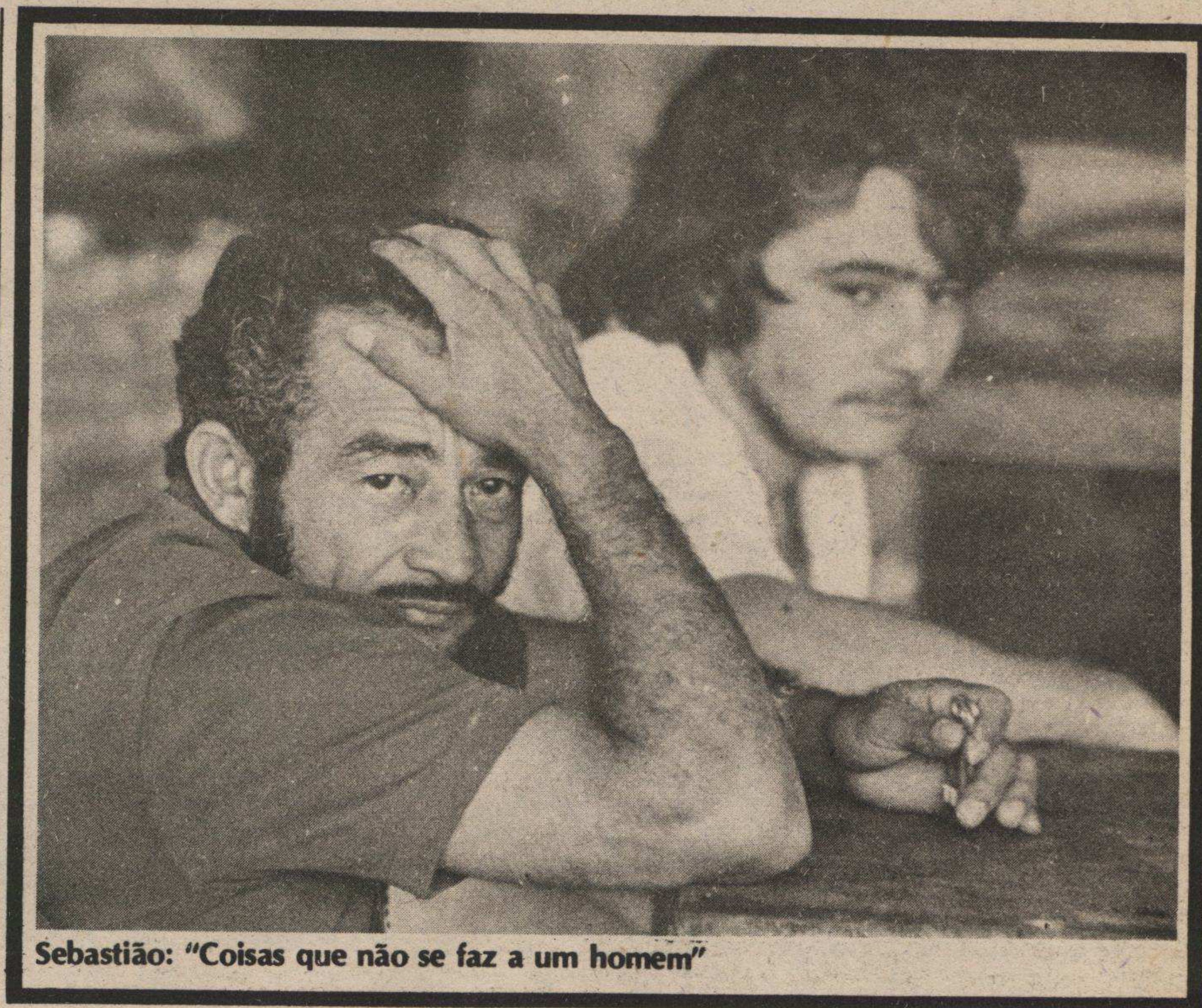
saída dos migrantes. Armaram um esquema para que o abandono do acampamento fosse feito em grupos, de modo que o segundo nada sabia do que tinha ocorrido com o primeiro e assim por diante.

"À medida que os garimpeiros saíam da mata, eram apanhados pelos jagunços e policiais, estes comandados pelo delegado de Sinop, José César Conte", relata um documento da Comissão Pastoral da Terra, vinculada à CNBB. E continua: "Os documentos pessoais eram queimados a pretexto de que, sendo de outros Estados, nada valiam em Mato Grosso. Em seguida, as vítimas eram deitadas no chão, quem não obedecia, morria ali mesmo. As mulheres eram violentadas pelos policiais diante dos maridos. As grávidas eram tratadas com pontapés no ventre".

Mas o pior estava por vir. "Os policiais colocavam os garimpeiros inteiramente nus, para que, ajoelhados, colhessem arroz e feijão com a boca imitando porcos, espancando quem se recusasse. Ainda despidos, eram obrigados a jogar futebol e, a cada falta cometida, a punição significava tiros e espancamento, como conta o deputado Paulo Nogueira, do PMDB mato-grossense. Nogueira arriscou-se a visitar Alta Floresta quando a luta da Indeco e seus colonos contra os garimpeiros estava mais acirrada. Tentou uma conciliação mas foi agredido e expulso da cidade. No entanto, conseguiu colher muitos depoimentos com os quais elaborou um relatório macabro:

**Jogavam gasolina nas mulheres
E botavam fogo...**

"A maior barbaridade foi a obrigação da prática de atos sexuais entre os garimpeiros. Aqueles, que por impotência não



Sebastião: "Coisas que não se faz a um homem"

conseguissem a relação, tinham cabos de vassoura enfiados no ânus... A um velho de 50 anos fizeram praticar atos dos mais degradantes para a dignidade de um homem, obrigando-o ao sexo oral com os companheiros. Após muito espancamento, soltaram-no mata a dentro, baleando-o e provavelmente matando-o". Ainda segundo Nogueira, os policiais gritavam "ninguém mais é dono de si", enquanto queimavam os documentos.

Algumas mulheres tiveram sorte pior. O relatório da Comissão Pastoral da Terra denuncia que muitas delas tiveram gasolina jogada em suas vaginas. A seguir, os policiais aproximavam um fósforo... Das suspeitas de conduzirem ouro arrancavam as roupas para uma revista de tal violência que muitas abandonavam o interrogatório com hemorragias.

"Fizemos um trabalho de mais de dez dias — explica o padre José Pedro Meira,

da Pastoral da Terra — com centenas de conversas com garimpeiros e moradores de Alta Floresta, Paranaitá e rio Peixoto de Azevedo. Isto permitiu que o material fosse absolutamente verdadeiro, muito embora, pela crueldade que contém, possa até parecer ficção".

As dificuldades mencionadas pelo padre Meira significam o silêncio que se mantém na região, inclusive por parte das vítimas. Ninguém fala facilmente a respeito do que sofreu, com medo de que o interlocutor seja um policial. Entre os poucos que se atrevem a abrir a boca está Sebastião Ferreira Alves: "Aquilo acabou comigo. Quando penso no que aconteceu, sinto uma coisa que não dá pra explicar. Além de me baterem, roubarem, fizeram coisas que não se faz a um homem. Ainda acredito que aqueles caras vão pagar..."

Adalberto Silva é outra exceção: "Eu

digo e assino embaixo. Muita gente foi assassinada quando saiu do garimpo. Se vier uma polícia de confiança eu levo mesmo aonde tem muitos corpos. Quando começou aquela greve, aquela revolução, as pessoas eram obrigadas a sair em grupos, não deixando que quem ficasse pra trás soubesse do que estava acontecendo. No grupo em que eu saí vi um maranhense ser morto com um tiro de 38 na testa. É só querer que eu mostro o lugar onde está o corpo.”

É quem é o responsável pelo chamado Massacre de Paranaitá? Muita gente, segundo os deputados pemedebistas Paulo Nogueira e Márcio Lacerda. Os dois estão reunindo documentação para buscar na justiça uma resposta para o genocídio, descartando desde já a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito ao nível do legislativo matogrossense. Lacerda e Nogueira entendem que isso de nada adiantaria “pelo comprometimento da maioria governista com a Indeco e outras firmas que operam na região”.

Simon: “É tudo contrabando e o governo não vê nada”

Ao nível do Congresso Nacional também pode ocorrer uma resposta imediata. Dois senadores do PMDB, José Richa, do Paraná, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, visitaram o extremo norte do Mato Grosso e voltaram impressionados com o que viram e ouviram. “Vamos chamar alguém do governo ao Congresso para que nos diga algo sobre o que está acontecendo, provavelmente o ministro de Minas e Energia”, adianta o senador gaúcho. Simon está espantado sobretudo com a evasão de ouro e diamantes para o exterior. “É tudo contrabandeado. Sai da mão do garimpeiro para o contrabandista e o governo não vê nada. Não existe uma só agência do Banco do Brasil para segurar este ouro”.

A única intervenção do governo foi a instauração, através da polícia militar, de uma comissão para apurar a expulsão dos garimpeiros — os que sobram foram atirados em caminhões e jogados às margens do rio Teles Pires com a ordem de não voltar. A investigação policial concluiu que tudo ocorreu sem qualquer violência. A certa altura, acaba acusando os garimpeiros de provocarem a Indeco com “atos de vandalismo”, que teriam motivado a “operação despejo”.

No inquérito policial, entre tantos depoimentos de garimpeiros, aparece o de Ariosto da Riva, dono da Indeco, todo poderoso senhor de Alta Floresta e Paranaitá. Para os trabalhadores não há dúvida: Ariosto da Riva é o principal responsável por tudo que lhes aconteceu em Paranaitá. Sua história é uma sucessão de fatos interessantes, a maioria deles ligados à corrupção e violência.

No início da década de 60, ele requereu uma grande área no município de Barra do Garças, formando um ambicioso projeto agrícola composto com as fazendas Suiá Missu — 660 mil hectares, roubados dos índios Xavante — e Guanabara, nada menos que um milhão de hectares. Tal façanha foi recompensada com o título, dado pela Associação dos Empresários da Amazônia, de “Pioneiro da Ocupação Territorial do Nordeste do Mato Grosso”. Banidos de suas próprias terras, milhares de índios morreram no êxodo, vitimados por epidemias.

Logo após a abertura da rodovia Cuiabá—Santarém, até hoje um atalho só. Riva comprou, a preços quase simbólicos, a área onde estão hoje seus projetos agrícolas de Paranaitá e Alta Floresta. Mandou abrir uma estrada de 70 quilômetros partindo da rodovia federal até os núcleos de colonização e passou a vender lotes conseguindo lucros fantásticos. Basta dizer que o hectare comprado a Cr\$ 50,00 era transferido para colonos gaúchos ou paranaenses a razão de Cr\$ 6 mil. Apenas um lucro de 12 mil por cento...

Apesar de preço tão alto, Ariosto da Riva não cede totalmente o controle da terra. A exploração do subsolo ele reserva para si mesmo, segundo prova a listagem divulgada pelo Departamento Nacional da



A alegre chegada de um garimpeiro

Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, no ano passado. “É um absurdo o poder deste homem — acusa Márcio Lacerda — ele consegue praticar as maiores barbaridades, como matar e torturar sob a proteção do Estado.”

Ariosto da Riva, o delegado José Cesar Conte e a matança de Paranaitá não são assuntos agradáveis para o coronel Santa Rita d’Athaide, secretário da Segurança Pública. Ele não fala à imprensa, preferindo dizer, através de seu chefe de gabinete, que “se forem provadas as acusações os responsáveis serão punidos com o rigor da lei”, referindo-se ao delegado Conte e seus assessores em Sinop, a maior cidade do extremo norte, a 300 quilômetros de Alta Floresta. Ele nada diz sobre a afirmação da Comissão Pastoral da Terra que recolheu depoimentos sobre a descoberta de dezenas de corpos em estado de putrefação.

Quem saiu vivo da operação despejo refugiou-se às margens do rio Peixoto de Azevedo. Os primeiros 50 derrubaram a mata de um terreno do Inca e construíram barracos para dormir. Isso foi em setembro passado. De lá para cá, o crescimento do povoado — também chamado Peixoto de Azevedo — disparou. Há dias em que chegam mais de 100 forasteiros para garimpar ou comerciar.

Quinze mil habitantes, duas mil prostitutas

Atualmente, o vilarejo tem 15 mil habitantes. São dezenas de bares, armazéns, compradores de ouro e nada menos do que 19 farmácias. Nelas são expedidas receitas para os males da floresta, especialmente a malária. Outras necessidades são atendidas por um exército de prostitutas, cerca de duas mil que invadiram Peixoto de Azevedo em busca do ouro que os garimpeiros descobrem à razão de 20 gramas ao dia — a grama de ouro é avaliada em Cr\$ 420,00. “Um garimpo muito fraco se comparado com Paranaitá”, dizem.

Os homens anônimos que sobrevivem garimpendo no local acalentam por isso um sonho básico: voltar para Paranaitá e recolher todo o ouro que puderem. Eles confiam numa reviravolta, que possam explorar o Paranaitá garantidos pela justiça. Para pleitear isto chegaram a formar uma comissão que expôs o caso às autoridades de Brasília. Mas fizeram tudo errado: não anotaram o nome do fun-



cionário que os atendeu no Ministério da Justiça, ficaram sem cópia dos documentos e hoje ninguém do governo federal diz conhecer a solicitação.

Sem muita esperança de que a situação venha a se alterar, Heloísa Pinto Pinheiro é dona de uma vendinha em Peixoto de Azevedo. “Quando começou o garimpo do Paranaitá — conta — eu e meu marido enriquecemos de uma hora para outra. Depois, sem aviso, tudo acabou. Os homens do delegado Conte invadiram minha casa e quebraram tudo...”

Nem todos, porém, fazem da volta para o Paranaitá um motivo para ir vivendo. É o caso do gaúcho José Klintz: “Estou aqui para ganhar algum dinheiro e seguir para São Paulo. Quem puder fazer por si que faça agora, porque depois não vai ser mais possível. Isto aqui já foi terra de índio, agora é de garimpeiro. Depois vão ser as empresas. É a vida, meu irmão”.

Ditão deixa o lucro do ouro em noites de orgia

Em Peixoto de Azevedo deságua quase todo o ouro apurado na região. dali é negociado com compradores de São Paulo ou Pará, seguindo depois, geralmente, para o exterior. Existem quatro mil garimpeiros no local que movimentam cerca de Cr\$ 30 milhões por semana. Mas se o dinheiro entra fácil, sai ainda mais depressa do bolso do garimpeiro. A história do paraibano Ditão é exemplar: depois de fechar o cabaré Saramandaia e ordenar a todos que bebessem por sua conta, Ditão mandou dois carros para

levá-lo à Cuiabá—Santarém, um para ele e outro para seu chapéu. Outro mostrou duas garrafas de Coca-Cola cheias de ouro aos amigos e anunciou: “Vamos a São Paulo nos divertir. Depois eu volto para pegar mais”.

Não é só o garimpo que dá dinheiro grosso. Quem negocia com garimpeiro também pode ficar rico. Um piloto de táxi-aéreo enriqueceu transportando mulas. Como os garimpos ficam em locais de difícil acesso, distantes vários dias a pé das estradas mais próximas, o piloto passou a comprar mulas em Sinop por Cr\$ 2 mil e vendê-las, cada uma no rio Peixoto de Azevedo a Cr\$ 60 mil. Para embarcar o animal no avião, aplicava-lhe uma forte dose de anestésico. Para se prevenir de algum contratempo em pleno vôo, levava um menino munido de uma marreta pra desacordar a mula com uma pancada na cabeça.

Os comerciantes vendem fiado a qualquer garimpeiro que aparecer porque sabem que é bom pagador. Baseado em sua vivência, o botequeiro Antônio Matias conta: “Esses coitados saem daqui cheios de ouro, vão para os grandes centros e são depenados. Voltam em poucos dias sem dinheiro até para comer. Pedem um crédito, vão pro garimpo e quando voltam pagam dobrado. Fiar pra garimpeiro é ótimo negócio”.

Quem vê os preços de Peixoto de Azevedo não se surpreende com os gastos dos garimpeiros. Lá, um quilo de arroz é vendido por Cr\$ 150,00. O mesmo preço é pedido por uma garrafa de cerveja. A garrafa de cachaça pode custar até Cr\$ 800,00 e a dose Cr\$ 50,00. Um quilo de feijão não sai por menos de Cr\$ 180,00, enquanto qualquer refrigerante custa Cr\$ 100,00.

As torturas e mortes promovidas pela operação despejo não causaram tanta revolta quanto a apreensão do ouro. Acontece que, na lei do garimpo, roubar é o crime mais grave, quase sempre punido com a morte. Costuma-se dizer que, no garimpo, pode-se deixar dinheiro no chão que ninguém apanha.

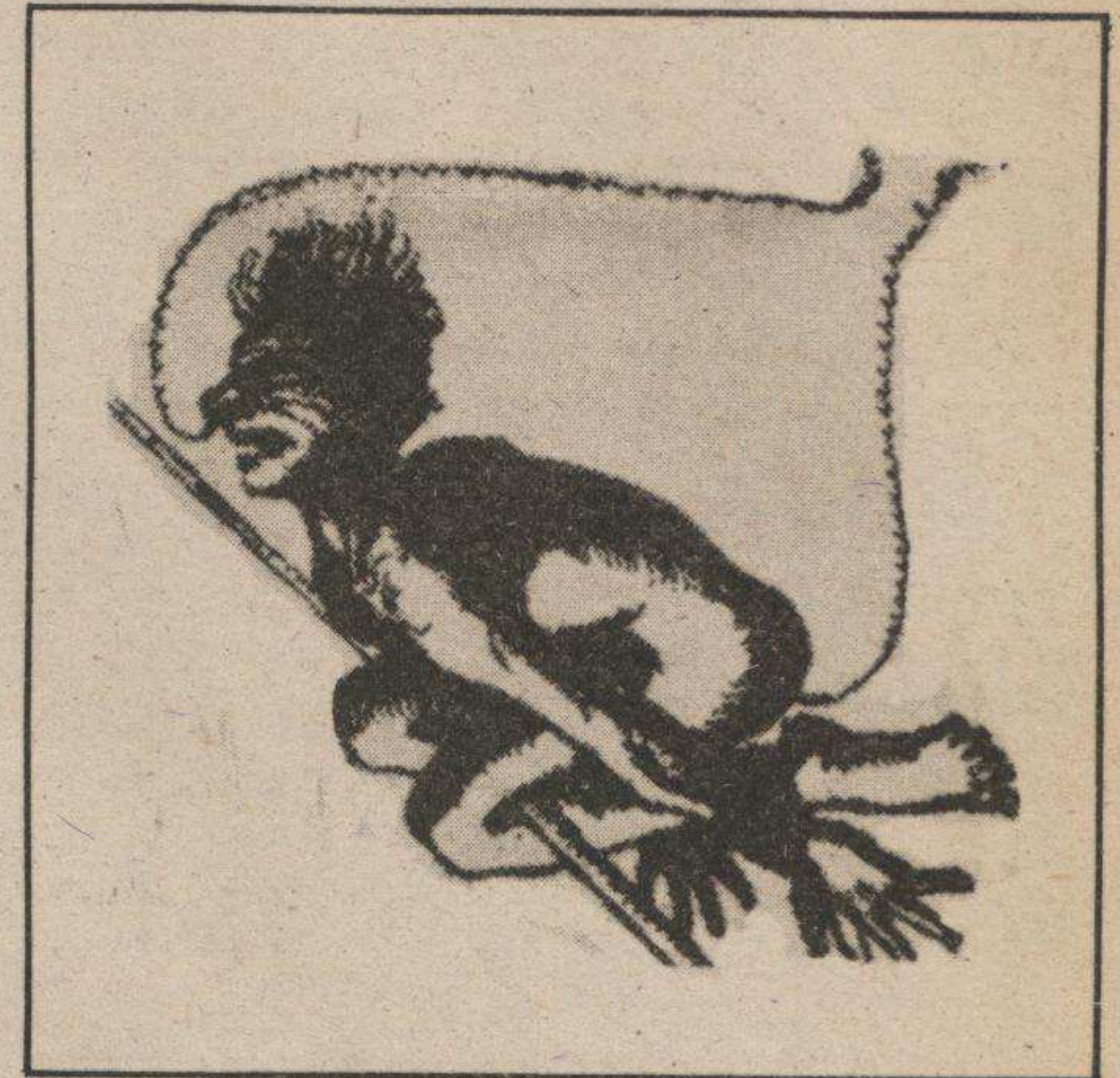
O fato é que existe uma grande diferença entre o total registrado como apreendido em Paranaitá pela Secretaria da Fazenda de Mato Grosso — menos de três quilos — e aquele reclamado pelos banidos. Cada garimpeiro deixa-se de ter sido despojado de uma quantidade de ouro que oscila entre 200 gramas e meio quilo. E eles eram dois mil... “O que foi não volta mais”, diz desolada Heloísa Pinto Pinheiro, membro da comissão que foi a Brasília pedir uma intervenção do governo federal. “A gente — comenta — sabe que muitos enriqueceram à custa do nosso trabalho. Agora é confiar na justiça de Deus, já que na terra ninguém pagou pelo mal cometido”.



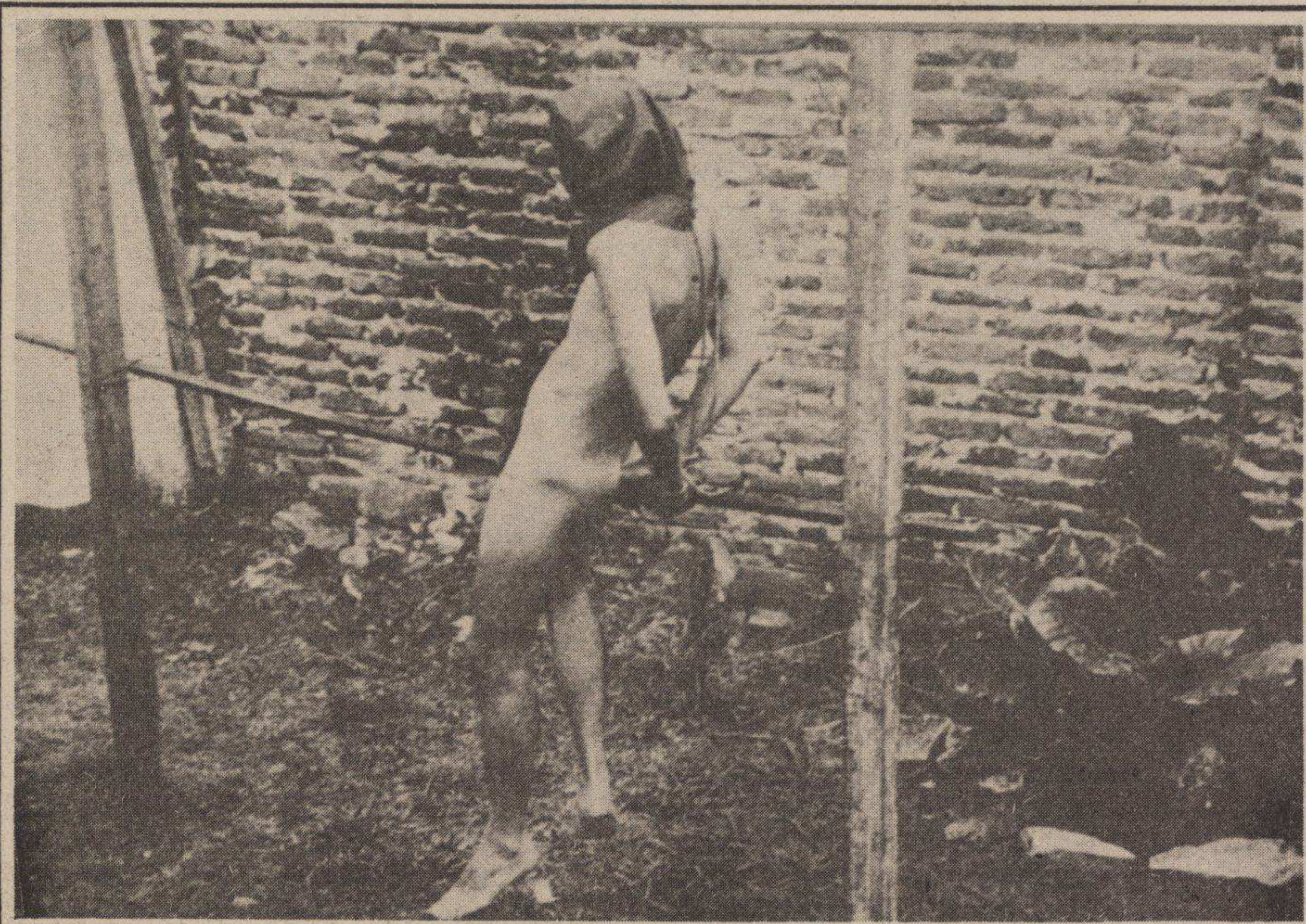
Todos são culpados

Por JACÓ FILHO/AYRTON CENTENO

Irritando Carter, Brezhnev, Idi Amin, Khomeini, Reza Pahlevi, Pinochet, etc., a Anistia Internacioal faz um trabalho sistemático pelos direitos humanos



Pau-de-arara: tortura no Brasil



Uruguai: espancamento na rua e método de tortura de presos políticos.



Rodésia: cena de prisão, com o auxílio de um cão pastor amestrado

Quem seria capaz de colocar na mesma trincheira o dissidente Alexander Soljenitzin e o presidente soviético Leonid Brezhnev? Pior que isso: fazer o aiatolá Khomeini e o xá Reza Pahlevi encontrarem afinal um ponto de vista comum? Ou unir o primeiro-ministro racista John Vorster, da África do Sul, ao poeta da negritude, o presidente senegalês Leopold Senghor? E ampliar todas estas alianças com as adesões dos militares uruguaios e tchecoslovacos, bolivianos e búlgaros, brasileiros e ugandenses? A fonte de toda a irritação destes governantes — e de muitos outros — está no prédio 10, da Southampton Street, em Londres. É onde funciona a *Anistia Internacional* que nada mais é do que “um instrumento do comunismo terrorista”, segundo a revista brasileira *O Cruzeiro*, ou “um raio de esperança na noite do nosso desespero”, na opinião do *Jornal Novo*, de Lisboa.

A verdade é que, desde sua fundação, a *Amnesty International* tem despertado rancores de vários calibres. Desde uma lamúria como a da primeira-ministra Indira Gandhi — “faz uma campanha de ódio à Índia” — até a ofensa pura e simples: “Chantagista”, vociferou o ex-presidente ugandês Idi Amin, em 1975.

A idéia da *Anistia Internacional* partiu do advogado inglês Peter Benenson que em 1961 — através do artigo *Os Prisioneiros Esquecidos*, publicado no *The Observer* — lançou um apelo para que as pessoas se organizassem e ajudassem os prisioneiros da consciência — punidos por suas convicções políticas ou religiosas ou ainda em razão de raça ou idioma.

Ao final do primeiro mês, Benenson já recebera milhares de ofertas para financiar a coleta e divulgação de informações e contatos com governos. No último dia do mês seguinte, representantes de cinco países estabeleciam os princípios da *Anistia Internacional*, entre eles a independência e imparcialidade.

OS ADOTADOS

O primeiro artigo dos estatutos da *Anistia* deixa bem clara sua condenação — sem considerações políticas — à violência dirigida contra as pessoas em razão de sua ideologia, religião, cor, raça, sexo ou idioma. A organização costuma também adotar prisioneiros políticos que nunca usaram ou defenderam o recurso à violência. Para a *Anistia*, estes são os *prisioneiros da consciência*, aos quais dedica atenção total, incluindo desde o protesto pelas más condições carcerárias, passando pela designação de advogados para acompanharem os julgamentos, até a assistência financeira aos familiares do adotado. Duas outras bandeiras: julgamentos limpos e abolição da pena de morte e da tortura.

Hoje, 19 anos depois, a *Anistia* fez progressos. Pulou dos cinco países fundadores para 123 onde mantém correspondentes e colaboradores. Trinta e nove

países já possuem sucursais. O crescimento da *Anistia* é marcante especialmente na década de 1970: um salto de 30 mil integrantes em 1969 para 200 mil no começo de 1980.

Nada mau também o desempenho financeiro. “Numa década, o orçamento da organização aumentou de 27 mil libras em 1968/69 para um milhão e duzentas mil libras em 1978/79”, assegura o secretário geral Martin Ennals. Aliás, a origem dos fundos da *Anistia* é objeto de controvérsia para os Estados criticados por este ou aquele deslize no campo dos direitos humanos: “Seus recursos vêm de Moscou”, ataca o jornal conservador *La Prensa*, de Honduras. A *Anistia* é uma arma do imperialismo, suspeitam os países do leste europeu.

A PENA DE MORTE

Mas a Secretaria Internacional retruca garantindo que o suporte financeiro vem de contribuições individuais de seus membros, taxas que variam de país a país. Além disso, a *Anistia* aceita doações, com uma restrição: O Conselho Internacional estabelece que os donativos não podem, de forma alguma, comprometer a integridade do movimento. Segundo a auditoria publicada no último relatório mundial, a *Anistia* ainda se beneficia da venda de suas publicações — informes nacionais, fascículos sobre o uso da tortura e pena de morte, fotos, etc. — e com prêmios como o *Erasmus* e o *Nobel da Paz*, este recebido em 1974 e atribuído ao seu presidente, Sean McBride.

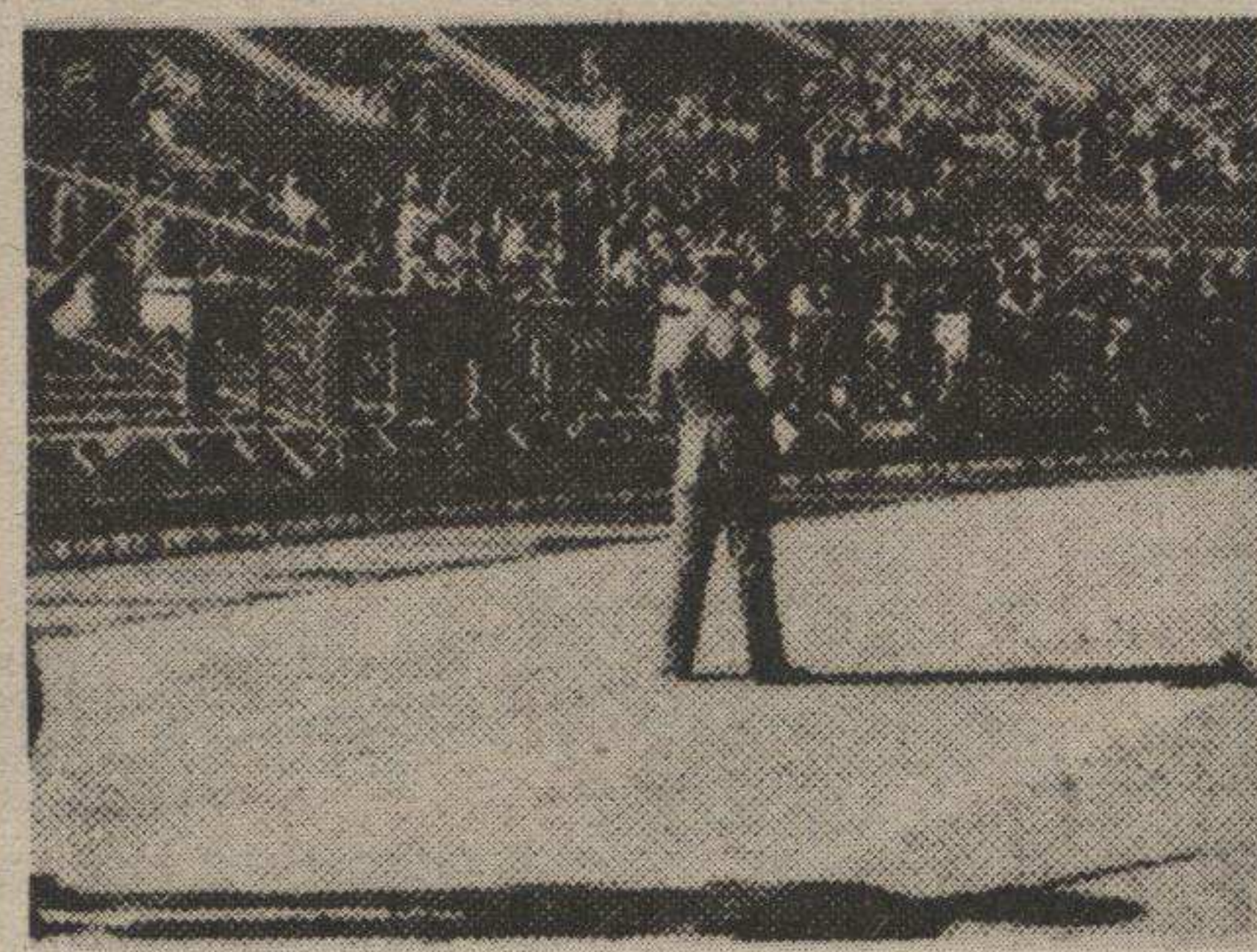
Embora seu trabalho aponte, na maioria das vezes, irrecuperáveis transgressores da Declaração Universal dos Direitos do Homem, eventualmente surgem algumas surpresas. Um exemplo: no último relatório, ao lado de velhos reincidentes — Uganda, Argentina, Chile, União Soviética, Paraguai, Líbia, Irã, Israel, Albânia — aparecem novidades como Grã-Bretanha, Venezuela, Suíça, França, e — vejam só — até mesmo os Estados Unidos, com toda a campanha em favor dos direitos humanos que serve de bandeira à administração Carter.

Os Estados Unidos atraem a atenção da *Anistia* especialmente pela aplicação da pena de morte. Atualmente, existem no país cerca de quinhentas pessoas à espera da execução. Os argumentos da *Anistia* contra a pena máxima são bastante conhecidos: é uma punição cruel, inumana, degradante, e irreversível, além de violar a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Sua oposição é sem reservas e inclui todos os casos, políticos ou criminais. São igualmente reprovadas as execuções através do Estado como as decididas em tribunais do povo. Assim, condena-se tanto o assassinato de dissidentes no Chile quanto a ação das Brigadas Vermelhas na Itália. Neste momento, a *Anistia* tenta convencer as



Argentina: Hitler/Videla, numa charge da *Cambio 16*, uma revista espanhola

Prisões na Rússia e na China eo Estádio Nacional, de Santiago, lotado de presos políticos, Cadeira elétrica nos EUA e um pelotão diante dos cadáveres na Uganda



Nações Unidas a declararem, sem qualquer ambigüidade, que a pena de morte é uma violação às leis internacionais.

Na defesa dos direitos humanos dentro do país que mais propaga esta doutrina, enfrentam-se alguns problemas. Geralmente os prisioneiros políticos são oficialmente encarados como criminosos comuns. Um caso exemplar é o de Martin Sostre. Ele foi preso em 1968 sob a acusação de traficar heroína e condenado a 40 anos de prisão. Descobriu-se depois que a acusação era falsa. Na verdade, Sostre fora sentenciado por ser ativista do grupo *Black Americans*. Adotado, Sostre recebeu anistia em 1974.

PASSIONALISMO

Este tipo de pretexto funciona contra todas as minorias raciais. De diversos estados americanos, chegam denúncias de maus tratos contra pretos, índios e *chicanos* — mexicanos que entram ilegalmente no país em busca de trabalho. Atualmente, a organização trabalha pelos prisioneiros James Earl Grant, Charles Parker, Imari Obadele — presidente da chamada República da Nova África — e os grupos conhecidos como *Três de Charlotte* e *Dez de Wilmington*, pertencentes a movimentos negros. E prepara um relatório amplo — o primeiro deles — sobre a situação do país.

Na Europa Ocidental, poucas nações escapam ao índice da *Anistia*. A França liberal é acusada de entregar refugiados bascos ao governo espanhol, enquanto a Alemanha Federal recebe críticas pelas novas leis de repressão e maus tratos aos prisioneiros políticos. Na Grécia, constata-se a perseguição às Testemunhas de Jeová por se recusarem a servir às forças armadas. Pelo mesmo motivo, cidadãos são presos na Suíça e Itália.

Mas ninguém duvida que a peça de resistência dos relatórios continue sendo as violações nos países do leste europeu e do Terceiro Mundo. A partir de fevereiro de 1971, a organização tomou a seu cargo a publicação do jornal *Crônica dos Fatos Atuais*, editado pelo Movimento de Defesa dos Direitos Humanos na União Soviética. Talvez seja o maior esforço editorial da *Anistia*. O *samizdat* — edição clandestina na União Soviética — é vertido para o inglês, circula de dois em dois meses e já passou os cinquenta números. Uma dedicação que lhe rende duros ataques da imprensa soviética: "... sabotadores ocidentais que tagarelam todo o tipo de imundície...", sentença o *Izvestia*. "A *Anistia* Internacional semeia falsidade nos países capitalistas com a esperança de que o povo acredite que os religiosos são perseguidos na União Soviética...", acrescenta o *Pravda Ucrainy*, de Kiev.

Às vezes, o passionalismo frente ao trabalho da *Anistia* gera situações engraçadas. Em 1974, referindo-se à detenção de alguns católicos por distribuírem literatura anti-soviética, um jornal da Bielorrússia registrou a intercessão

da *Anistia* em favor dos dissidentes e não perdeu a ocasião de comentar: "... defen- de anti-comunistas, mas nada faz em favor dos milhares de cidadãos desfalecidos nos cárceres chilenos, espanhóis, israelenses e sul-africanos...". Um ano depois, a rádio Moscou chamava a organização de "humanitária". A *Anistia* acabara de lançar um informe sobre a repressão na Espanha...

"MATILHA VERMELHA"

Se Brezhnev fica aborrecido com a *Anistia*, o dissidente Alexander Soljenitzin também não morre de amores pelo movimento. Durante uma conferência em Estocolmo, Soljenitzin acusou a *Anistia* de misturar alhos com bugalhos, colocando no mesmo saco os regimes militares sul-americanos e a União Soviética. Para ele, tudo é pior sob Brezhnev. Quem pensa da mesma maneira é o primeiro-ministro sul-africano John Vorster. Furioso com a intervenção em favor dos negros, Vorster recomendou ao secretário geral Martin Ennals que fosse "dar uma olhada em certos estados-membros da Organização dos Países Africanos e seus amigos atrás da Cortina de Ferro".

Sugestão que a revista brasileira *O Cruzeiro* assinaria embaixo. Em 1972, quando um relatório procedente de Londres eriçava os militares, ela publicou: "Esta *Anistia* promove campanhas em todo o mundo favoráveis a criminosos terroristas através de mentiras e difamações contra governos democráticos. Ela vem conduzindo uma campanha sistemática contra o Brasil, inventando torturas, assassinatos e atos de violência para

promover objetivos comunistas" Na época, o *Diário de Pernambuco* não ficou atrás: "Pauline Reichstul — *Silvana* — ... natural da Tchecoslováquia... da organização terrorista VSRSP... está ligada à *Anistia* Internacional colaborando ativamente na campanha de difamação do Brasil no exterior..."

Um tipo de argumentação — derubada por qualquer relatório mundial — com muitos adeptos na América Latina. "Um dos mais bravos cães da matilha vermelha treinados pelo mundo comunista e jogados contra os povos que detestam o marxismo...", observação da revista mexicana *Replica*. "A *Anistia* sistematicamente acusa os governos de países como o Brasil e o Chile... omitindo completamente os graves crimes contra a humanidade que ocorrem nos estados comunistas...", comentário da *Review of River Plate*, de Buenos Aires. A palavra do ex-presidente uruguaio Juan Maria Bordaberry, após denúncia sobre a tortura sistemática em seu país: "... existe uma campanha internacional de falsidades inspirada pelos comunistas..."

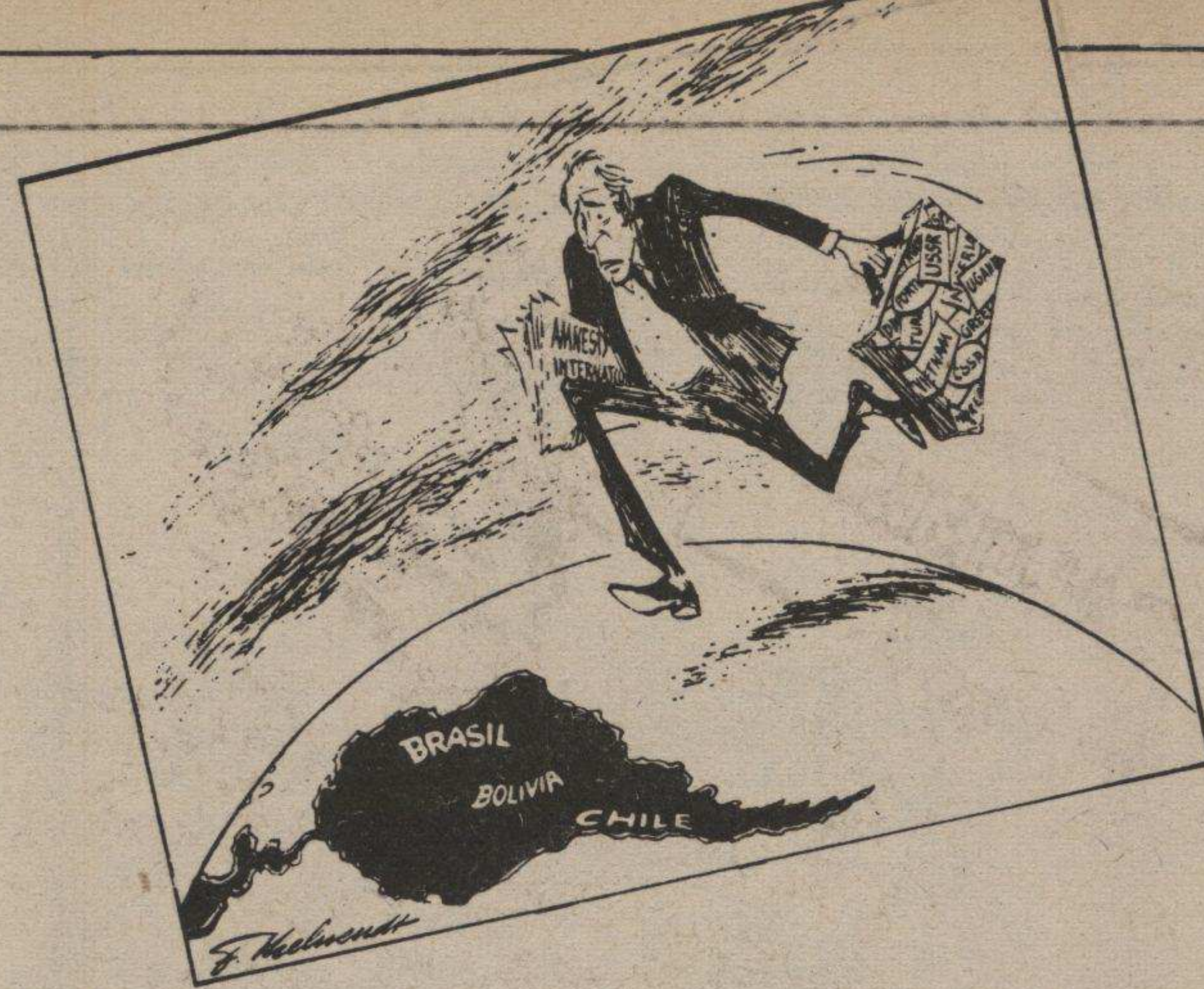
NARIZ TORCIDO

No Irã, ao tempo de Reza Pahlevi, a *Anistia* não tinha melhor conceito: "... esta agência de espionagem...", classificou-a a revista *Khandaniha*, de Teerã. Em maio deste ano, sob novo governo, o Irã voltou à carga. O aiatolá Ali Ghodossi, procurador geral do país, negou um informe que afirmava estarem os prisioneiros políticos sem qualquer assistência jurídica e impedidos de prepararem sua própria defesa, e acrescentou que aqueles que a *Anistia* considera prisioneiros políticos são, na sua maioria, "viciados em heroína..."

Ainda no Oriente Médio, um relatório sobre torturas praticadas na Síria e Israel fez os dois governos torcerem o nariz: "artificial", disseram os israelenses; "pouco objetivo", emendaram os sírios.

Em meio às acusações mais contraditórias — "colonialista", "comunista", "vinculada à liberal democracia", "racista" (opinião de Leopold Senghor), "imperialista", etc. — a *Anistia* consegue algumas satisfações. Uma delas: logo após a derrubada da ditadura na Espanha, a repórter Martha Gelhorn, do *New York Times*, visitou o país basco, onde sempre se concentraram os maiores opositores do caudilho e encontrou um profundo respeito pela *Anistia*. Descobriu que, nas aldeias mais pobres, qualquer adolescente sabia o nome da organização — único lugar onde podiam denunciar os crimes da ditadura. "Talvez fosse a única palavra em inglês que sabiam", contou Martha.

No entanto, a melhor definição sobre a atividade da *Anistia* talvez seja uma observação de Jean de la Fontaine, que abre o fascículo *A1 em Citações*: "É impossível agradar a todo mundo e mais seu pai... Sendo criticado ou elogiado/ Diga-se o que se disser a meu respeito/ Eu seguirei meu próprio caminho..."



Barcelona, na Espanha: cena de um espancamento durante uma manifestação política

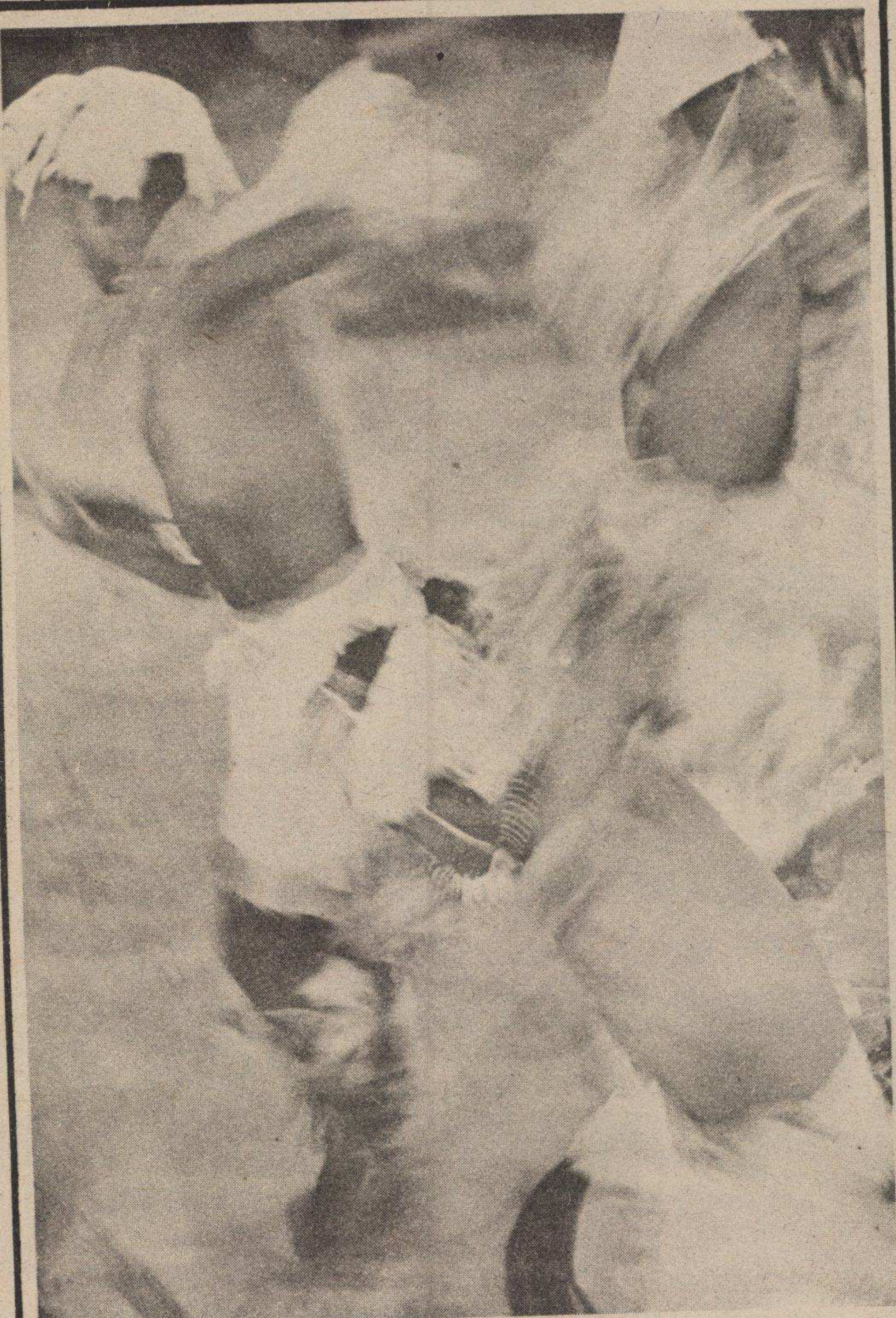


Uganda: execução em praça pública



Iraque: outro exemplo da violência

As fotos e ilustrações destas páginas foram reproduzidas de um catálogo editado pela *Anistia Internacional*, um minucioso trabalho sobre a violência contra os perseguidos políticos do mundo inteiro



Hoje, a dança faz parte do dia-a-dia



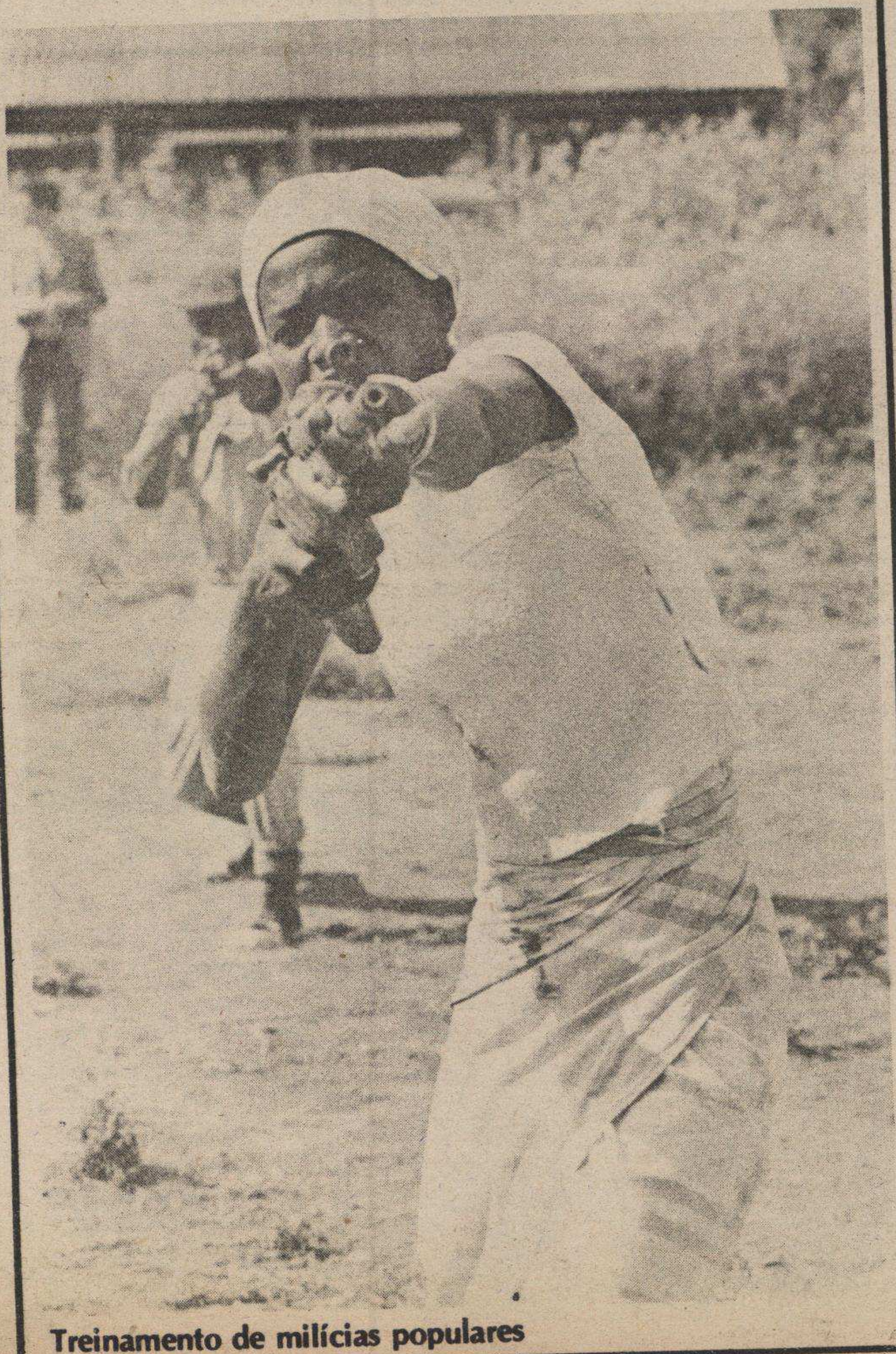
Participantes de um grupo de danças, num momento de paquera

MOÇAMBIQUE

Daniel de Andrade, fotógrafo brasileiro que passou dois anos e meio em Moçambique, expõe fotos diferentes do povo e da revolução moçambicana



Após a revolução, o esporte recebeu um grande incentivo



Treinamento de milícias populares



A educação, esquecida durante o domínio português, é agora prioritária



Jovens integrantes de um grupo folclórico

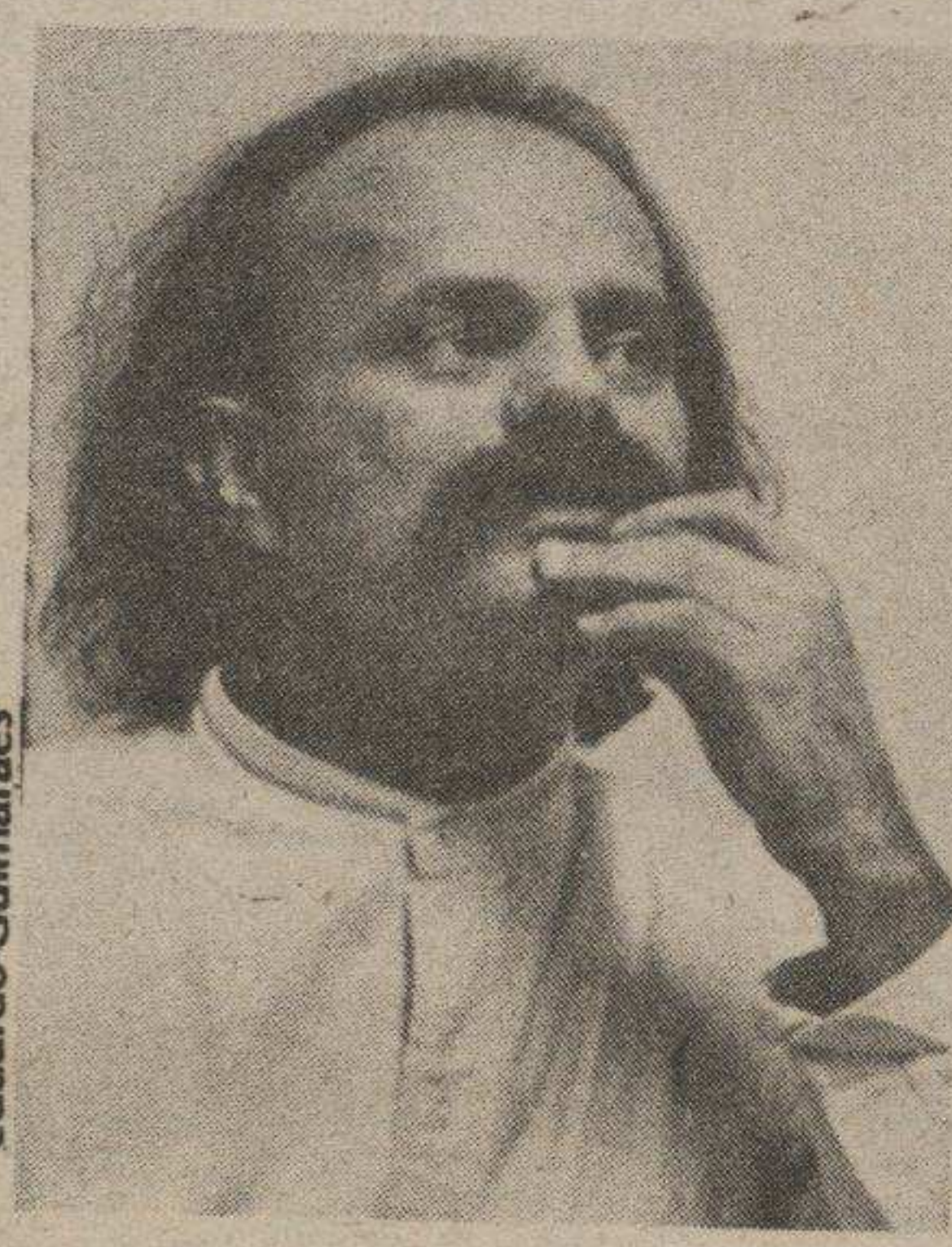


Agostinho Neto e Samora Machel, dois líderes da nova África

No início de 1977, o fotógrafo Daniel de Andrade estudava cinema e fotografia na Universidade de Vincenne, na França, e trabalhava para publicações católicas, quando recebeu um convite do ex-governador pernambucano Miguel Arraes: trabalhar em Moçambique na formação de fotógrafos. O convite soou como um desafio e Daniel não hesitou. Em fevereiro daquele ano seguiu para a capital moçambicana, Maputo. Sua primeira tarefa era cobrir o III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

Quando chegou, havia apenas quatro fotógrafos no país. Daniel ficou dois anos e meio e formou outros 28 profissionais. Além disso, editou um manual prático de fotografia, participou da edição de um livro sobre a revolução e integrou um grupo pedagógico, no qual a fotografia era usada para mostrar as frentes de guerra e o atraso do país, motivando a população na tarefa da reconstrução nacional. Trabalhou também como repórter-fotográfico na Agência de Informação Moçambicana (AIM), no jornal *Notícias* e na revista *Tempo*, órgãos do governo de Samora Machel.

Daniel, baiano de Rio Real, 32 anos, regressou ao Brasil em 1979, após a decretação da anistia, e expôs suas fotos colhidas durante estes dois anos e meio, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. As fotos mostram o cotidiano de um povo alegre e saudável, fugindo das



Eduardo Guimarães

Daniel de Andrade: Uma forma diferente de mostrar Moçambique

imagens tradicionais de um país arrasado pelo colonialismo:

— Acho que é uma forma diferente de mostrar Moçambique, um outro lado do país. Prefiro mostrar o povo como ele é, no seu dia-a-dia, dançando e praticando esportes, trabalhando. Porque estas são as imagens decorrentes da revolução: a valorização de um povo enquanto gente, a recuperação da cultura africana — explica.

Ele acredita que a experiência em Moçambique foi muito importante: "Mostrou que eu, como fotógrafo, também tinha uma contribuição na reconstrução do país". Atualmente, Daniel é um dos editores de fotografia do Coojornal.



Um velho músico do sul de Moçambique



Na cultura africana, a busca da identidade



Um operário na colheita do trigo



Marçal: afirmações polêmicas

Eduardo Guimarães

"Tudo começou com a social democracia"

A penetração da social democracia na política brasileira não é recente, pois começou no fim do século passado com a chegada dos colonos alemães ao Rio Grande do Sul. O populismo não foi introduzido no Brasil por Getúlio Vargas: ele já tinha chegado aqui em 1906, quando os social democratas alemães que controlavam o operariado gaúcho negociaram os destinos da classe trabalhadora com os burgueses e latifundiários do Partido Republicano Rio-grandense. É a social democracia alemã, através da Allgemeiner Arbeiter-Verein (Associação Real dos Trabalhadores), que se deve a arregimentação e a organização dos trabalhadores no Rio Grande do Sul.

Estas polêmicas afirmações são algumas das principais conclusões de um livro que estuda o surgimento e os primeiros passos da classe trabalhadora no Rio Grande do Sul, no período que vai de 1880 a 1920, de autoria do jornalista e radialista gaúcho João Batista Marçal — que agora pretende se lançar como historiador — e que deverá estar pronto até o final deste ano.

Marçal, nascido na cidade fronteiriça de Quaraí há 37 anos, realizava um trabalho de pesquisa histórica sobre a imprensa do Rio Grande do Sul quando se deparou com uma enorme quantidade de jornais operários das mais variadas tendências políticas.

— Foi a partir destes jornais — conta ele — que resolvi estudar o período inicial da história da classe trabalhadora gaúcha, varrida dos livros da historiografia oficial.

Pesquisar, analisar e escrever o livro foi tarefa que demorou quatro anos. Neste trabalho, Marçal entrevistou velhos líderes operários de Porto Alegre, resgatou estatutos e regimentos internos de associações profissionais do fim do século

passado e deteve-se no estudo das primeiras greves operárias ocorridas no Estado.

Jornalista e radialista há 15 anos — tendo sido antes operário, balconista, escrivão e poeta —, Marçal tornou-se popular em Porto Alegre com programas agressivos de rádio, onde além de só rodar música latino-americana, ele tece as mais severas críticas às autoridades municipais e estaduais a respeito de qualquer problema: desde os loteamentos clandestinos das vilas populares até o acordo nuclear Brasil—Alemanha, passando pelo preço do leite e a violência policial. Esse estilo, aliás, valeu a Marçal uma das mais altas taxas de rotatividade no rádio porto-alegrense, cinco processos e várias inquirições junto à Polícia Federal e ao Dops. Ele já trabalhou em quase todas as emissoras da cidade e de todas foi demitido "pela boca grande", como gosta de dizer.

— Na Rádio Capital, por exemplo, eu trabalhei apenas 15 dias. No décimo-sexto dia fui posto na rua por que citei o nome de Dom Hélder Câmara, que naquele dia estava viajando ao exterior para participar de um congresso religioso. Só que eu não fiz comentário algum apenas noticiei o fato — lembra Marçal.

Atualmente dividido entre seu trabalho como coordenador de um núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) na periferia de Porto Alegre e as gravações do programa Rio Grande-Brasil, levado ao ar todas as madrugadas pela Rádio Farroupilha, Marçal ainda encontra tempo para suas pesquisas históricas e pretende publicar dois livros até o final do ano. Nesta entrevista aos repórteres Osmar Trindade e Manoel Canabarro, ele fala das pesquisas que realizou sobre a história da classe trabalhadora gaúcha e de algumas conclusões a que já chegou:

— Como surgiu a idéia do livro?

— Bem, quando eu fiz uma pesquisa sobre a imprensa do Rio Grande do Sul, me chamou a atenção a série muito grande de jornais operários: anarquistas, comunistas, socialistas, anarcosindicalistas, populistas, etc. Isso me chamou a atenção e comecei a colecionar estes jornais e fiz — já está pronta — uma *História da Imprensa Proletária no Rio Grande do Sul* (*). E onde é que está a luta operária? A bibliografia existente sobre isso são meia dúzia de livros, então está tudo para ser contado, escrito e questionado. Então, fazendo este trabalho sobre a imprensa operária, ao natural entrou a idéia da luta operária como um todo.

— O livro já tem nome?

— O meu livro vai se chamar *As Lutas Operárias no Rio Grande do Sul ou Contribuição à História das Lutas Operárias no Rio Grande do Sul*. Porque o assunto é muito amplo e importante, pois isso tudo que está aí, a atual luta operária, o PT, o PTB, o populismo, o caudilhismo, isso tudo não está aí por acaso, não nasceu por descuido. Há um passado, há uma memória histórica do trabalhador brasileiro que tem de ser restaurada. E eu quero mexer nisso, quero revirar neste passado, ligando umbilicalmente as lutas atuais com as lutas que travaram historicamente os trabalhadores deste país — pelo menos no período que estou estudando, que vai de 1880 a 1920.

— Você já tem algumas conclusões deste trabalho?

— Eu me permiti dividir a história operária do Rio Grande do Sul em três períodos: período mutualista, período social democrata e o período anarquista. O período mais antigo das lutas operárias do Rio Grande do Sul, o mutualista, é aquele das velhas entidades de socorro mútuo, coisa que se usava muito por aqui. A primeira entidade de socorro mútuo data de 1877, fundada pelos imigrantes italianos. É difícil hoje chamar de entidade operária, mas era uma entidade operária. Chamava-se Sociedade Operária Italiana de Mútuco Socorro e Beneficência Vittorio Emanuele II. Depois desta, surgiram outras entidades semelhantes: a Sociedade Espanhola de Mútuco Socorro, a Sociedade dos Caixeiros Viajantes, que foram criadas mais ou menos dois anos depois da italiana.

— Qual era a finalidade dessas entidades?

— Eram entidades que se caracterizavam por um assistencialismo que eu diria até infantil, um assistencialismo primário, em cima de pequenas neces-



A greve de 1917 em Porto Alegre, chamada de Guerra dos Bracos Cruzados, comandada pelos anarquistas

sidades materiais das pessoas. Eram tímidas, fracas, humanóides, sem nenhuma conotação política conseqüente. Segundo a minha classificação, esse período vem até 1885. Estas sociedades de mútuco socorro não evoluíram qualitativamente, em termos políticos ao menos; elas estagnaram. Aí várias correntes organizadas internacionalmente, como a social democracia alemã, aqui acamparam, na década de 1890, e deram início a um período de suma importância.

— Qual a importância da social democracia?

— Bem, a arregimentação e a organização da classe operária gaúcha se deve à social democracia. Os colonos alemães que aqui chegaram — na grande maioria eram mão-de-obra especializada: tecelões, carpinteiros, artesãos — vinham marcados politicamente pela social democracia. Eles iniciaram todo o trabalho de arregimentação e de organização, não só aqui em Porto Alegre como

em Pelotas e Rio Grande também. E olhe, quem faz essa referência ao trabalho dos social democratas em Pelotas e Rio Grande é o senhor Edgar Rodrigues, o guru da historiografia anarquista neste país. Ele diz que quem começou a organização operária em Pelotas e Rio Grande foram os colonos alemães. Claro que ele não diz que eram social democratas, mas eram. E aqui em Porto Alegre eu tenho documentos que provam isso também.

— Como começou o trabalho dos social democratas?

— Eles fundaram aqui uma sociedade chamada *Allgemeiner Arbeiter-Verein*. Era uma organização internacional cujo nome quer dizer Associação Real dos Trabalhadores. Era o braço operário da social democracia alemã, que os colonos trouxeram para cá, na década de 1890. Eles fizeram a cabeça de alguns brasileiros, aqui em Porto Alegre, e fundaram seu primeiro núcleo de debate, discussão e arregimentação operária em torno de

um jornal, no ano de 1891. O jornal era *A Gazetinha*, fundado por um cara chamado Otaviano Manuel de Oliveira. Em torno deste jornal se entrincheiraram os alemães. O principal redator chamava-se Francisco Xavier da Costa, que era um cara que lia, falava, escrevia e discursava em alemão, por que foi educado pelos social democratas alemães.

Este cara é de uma importância capital, é ele que vai ser o guru da classe trabalhadora de Porto Alegre até 1930. Então, em 1891, em torno do jornal dirigido pelo Francisco Xavier da Costa, os alemães começaram o trabalho de catequese da classe operária gaúcha. Só para dar uma idéia da força deste trabalho: foram os social democratas alemães que fizeram a primeira comemoração do 1º de maio em Porto Alegre e

(*) *A História da Imprensa Proletária do Rio Grande do Sul* ainda está inédita, aguardando publicação.

foram eles que trouxeram a bandeira do 1º de Maio, em 1896. Quem diz isto é o jornalista Henrique Martins, no jornal *O Diário*, aqui de Porto Alegre, edição de 29 de outubro de 1911. Mas, voltando ao trabalho inicial da social democracia: em 1895, surgiu a nossa primeira grande associação operária, chamada Liga Operária Internacional, fruto do trabalho de Xavier da Costa e dos alemães reunidos em torno do jornal *A Gazetinha*.

— O que era esta Liga Operária Internacional?

— Foi a primeira e mais importante entidade de organizações da classe trabalhadora surgida aqui no século passado. A palavra *internacional* dá uma pista das suas ligações com a social democracia, com um internacionalismo proletário assim muito tímido, mas que era a realidade da social democracia. Porque há que se fazer justiça: a social democracia daquela época não era esta coisa de social democracia que está aí hoje.

A social democracia teve avanços e recuos em termos revolucionários, e a *Allgemeiner Arbeiter-Verein* levava as coisas muito a sério sem falar que era uma época de embanamento ideológico, há pouco haviam rompido Marx e Bakunin, no mundo todo começava a se questionar o pluralismo assistencialista do mutualismo e ganhava força a corrente revolucionária no meio sindical. E por incrível que pareça, a vanguarda aqui, no Rio Grande do Sul, naquele momento, era a social democracia.

Foram os alemães que conduziram as primeiras greves

— Voltamos a 1895, quando é fundada a Liga Operária Internacional em Porto Alegre...

— A social democracia fundou esta entidade como forma de arrematamento de todos os trabalhadores da época. Depois, o objetivo dessa entidade foi ampliado, mas eles continuaram a atuar junto a categorias profissionais: chapeleiros, tecelões, artífices. Cada uma das categorias profissionais ganhou uma associação, organizada pelos alemães. E a entidade que coordenava estas associações de categorias profissionais era a Liga Operária Internacional. O primeiro presidente da Liga é Francisco Xavier da Costa, mas ele ainda não tinha peso, seu nome não dizia nada na praça, ele era um garotão que ainda estava aprendendo alemão. Em 1897, aí sim, o Francisco Xavier da Costa já está com a cabeça feitinha, já lia, falava e discursava em alemão, e nesse ano ele assume a liderança no 1º de maio, que havia sido comemorado no Rio Grande do Sul pela primeira vez no ano anterior, 1896.

Nessa época, 95, 96, o Rio Grande do Sul recebe um sangue novo: os anarquistas italianos, vindos da Colônia Cecília, no Paraná, que tinha fracassado. É bom que se diga que o guru dos anarquistas, o doutor Rossi, não veio para Porto Alegre. Este cara teria feito seguramente um belo trabalho aqui, mas ele foi para Taquari, era agrônomo, ficou no interior. Então o que veio para cá foi uma corrente tímida de anarquistas, e quando chegaram aqui os alemães já tinham lançado as bases da organização operária.

— Você pode detalhar um pouco mais o que foi a Colônia Cecília?

— A Colônia Cecília resultou de uma irresponsabilidade, de um cochilo do Imperador Dom Pedro. Ele foi visitar a Itália em tratamento de saúde, por volta de 1870, e era um homem muito chegado às rodas intelectuais, era metido a poeta. E o Carlos Gomes estava lá, brilhava na Itália nessa época. Através do Carlos Gomes, em Milão, o Imperador conheceu o doutor Rossi, cientista, intelectual, teórico anarquista. Eles não chegaram a ter contatos pessoais, mas trocaram correspondência através do Carlos Gomes.

O Imperador ficou encantado com aquelas idéias anarquistas de um mundo sem fronteiras, sem dinheiro, onde o amor era livre — e ofereceu aos anarquistas um pedaço de terras no interior do Paraná, que depois veio a se chamar Colônia Cecília. Vieram centenas, duas ou três levas de anarquistas, grandes cabeças, teóricos ferozes, agitadores de primeira ordem e instalaram a Colônia Cecília — produção coletiva, amor livre, sem



Manifesto social democrata de 1904: em português e alemão

propriedades —, uma sociedade realmente perfeita, sem concorrência, etc...

— Por que ela fracassou?

— O final é folclórico, melancólico.

Os italianos mais ou menos de seis em seis meses, reuniam a sua produção e levavam para vender em Curitiba. Nesse meio tempo, eles fizeram a cabeça de alguns brasileiros da região. Bom, numa dessas, um brasileiro foi encarregado da venda da produção da Colônia Cecília, e este brasileiro fez uma fila de carroças, pegou toda a produção e fugiu com o dinheiro dos anarquistas! Até hoje não se sabe que fim ele levou! Assim fracassou a experiência da Colônia Cecília.

— E aí alguns deles vieram para Porto Alegre.

— Vieram os mais tímidos, os mais fracos. Fundaram um jornal, em 1894, chamado *A Luta dos Homens Livres*. Mas eles eram tímidos, a colônia italiana aqui ainda era muito pequena e este jornal teve vida curta, desapareceu em seguida. Continuou o domínio absoluto dos social democratas alemães sobre a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul. Eles eram muito organizados, a mesma entidade fundada aqui existia em São Paulo, com o mesmo nome, Associação Real dos Trabalhadores, e seu domínio foi muito forte até 1910.

Foram os alemães que conduziram as nossas primeiras greves, organizaram o primeiro congresso operário do Rio Grande do Sul, realizado entre um e dois de janeiro de 1898. Neste congresso o grupo de anarquistas de *A Luta* apresentou uma proposta — a primeira proposta séria que apareceu aqui no Sul — sobre a sabotagem como arma de luta. Veja só a picardia dos italianos: enquanto os alemães estavam com a bandeira das oito horas de trabalho, da proteção contra acidentes de trabalho, da assistência à mulher trabalhadora, etc., os anarquistas propõem a discussão sobre a sabotagem como forma de pressão. Quer dizer, se o patrão não paga, não dá aumento, rebenta-se a máquina do patrão. Foi uma contribuição séria, forte, mas isolada, que não pesou no contexto, porque o domínio da social democracia era absoluto, tirânico.

— A primeira greve do Rio Grande do Sul foi dentro desse período de domínio da social democracia?

— A primeira greve data de 1906, organizada pela social democracia. Ela foi de uma importância capital. Por isso eu digo que naquela época a social democracia não era como agora, não andava financiando caudilhetes na América Latina. Foi uma greve geral, que parou Porto Alegre. Todos pararam: leiteiros, padeiros, carpinteiros, pintores, sapateiros, estivadores, tecelões, entrou todo mundo, parou a cidade. Durante muitos e muito anos a imprensa operária se lembrou desta greve. Ela marcou a vida operária rio-grandense. Durou 21 dias: começou no dia primeiro de outubro de 1906 e parou no dia 21 de outubro. Eu acho que esta greve é muito mais importante, muito mais definidora do que a de 1917.

— E qual era o motivo da greve?

— Ela queria oito horas de trabalho. Especificamente, oito horas de trabalho.

Foi comandada por Xavier da Costa e seu grupo de alemães sociais democratas, com panfletos escritos em alemão, comícios feitos em alemão. Eu acho que esta greve dos 21 dias é a mais importante de todas porque foi ela que originou o populismo no Rio Grande do Sul, foi a primeira grande demonstração de pujança organizacional dos social democratas e do sufoco em que eles conseguiram manter, até esta data, os anarquistas. Tanto que o jornal *A Luta*, fundado pelos anarquistas em 1894, circulava às escondidas até no meio da classe trabalhadora, pela opressão que sobre eles mantinham os social democratas. Porque já aí os social democratas estavam se aproximando da burguesia. A social democracia é historicamente traidora, é pequeno-burguesa até a raiz dos cabelos.

“A cooptação do trabalhador começou em 1906”

— Por que você diz que o populismo começou nesta greve?

— Em 1906, esta greve arrastou para as ruas de Porto Alegre, pela primeira vez, milhares e milhares de trabalhadoras. Isto, antes de mais nada, assombrou a cidade: dois mil, três mil, cinco mil trabalhadores nas ruas gritando pelas oito horas de trabalho; passeatas homéricas no coração de Porto Alegre e nos bairros operários. Isto demonstrou claramente para a classe dominante que ali estava, em ascendência, uma força poderosa, de repente eles descobriram que havia trabalhador e que era aquela massa. Então, o que aconteceu? Bem aí a social democracia assinou seu estado de óbito. Ela controlava fortemente aquela massa, e assinou um pacto com a classe dominante.

Liga Beneficente dos Pintores

DE

PORTO ALEGRE

Fundada em 20 de Julho de 1906 e instalada em 25 do mesmo mês e ano

ESTATUTOS

Reformados e aprovados em sessão de assembleia geral effectuada em 27 de Fevereiro de 1918 e inscritos no Registro Especial do município de Porto Alegre

Patronos an socia
Luiz Dutra

Os alemães organizaram as categorias

— Que pacto era esse?

— Surgiu um negócio que a imprensa da cidade chamou de “tríplice aliança”, um supremo absurdo: aliança entre trabalhadores, federalistas e democratas. Quer dizer, as forças mais reacionárias, os federalistas — que representavam os latifundiários —, e os democratas — que eram a pequena burguesia da cidade, os comerciantes, industriais, proprietários de imóveis — todos eles reunidos no Partido Republicano Rio-grandense, aliaram-se com os dirigentes social democratas, formando o que a imprensa da época chamou de “tríplice aliança”.

Resumindo: a classe dominante, entrincheirada no Partido Republicano Rio-grandense, foi surpreendida com a greve. Por que a greve foi um sucesso. Até então, o regime de trabalho era de 12, 13 até 15 horas diárias, e eles conseguiram reduzir a jornada de trabalho para nove horas diárias. Foi um sucesso. A classe dominante achava que a classe trabalhadora era dirigida pelos anarquistas e isso, para eles, não fechava com organização. Mas eles desconheciam que ainda era muito insignificante a participação anarquista e que os alemães sociais democratas é que dirigiam — e que era uma organização poderosa. Então, diante daquela força que a greve mostrou, eles fizeram um pacto.

É por isso que eu digo que aí começou o populismo, aí a classe dominante começou a usar miseravelmente a classe trabalhadora para manter-se no poder. Começou aí a cooptação do trabalhador, na “tríplice aliança” de 1906/1908.

— Trocando em miúdos, o que era a “tríplice aliança”?

— Desde a proclamação da República, quem mandava em Porto Alegre era um velho chamado José Montauray. Ele se reelegia de quatro em quatro anos, tranquilamente, nunca houve oposição contra ele, Porto Alegre era um feudo do Partido Republicano Rio-grandense e de José Montauray, (ligado ao Borges de Medeiros) não havia quem concorresse contra ele. Mas começaram as mudanças, até os operários já estavam conseguindo coisas, como é que ia se manter o feudo de José Montauray na Prefeitura de Porto Alegre durante tanto tempo? Ai, em 1908, houve eleições em Porto Alegre e pintou a “tríplice aliança”: uma chapa de oposição a José Montauray, que recebeu o nome de “chapa popular”, encabeçada pelo doutor Antônio Gonçalves de Farias, estancieiro, ex-ministro da Agricultura, candidato a prefeito pelos federalistas, democratas e operários.

O Xavier da Costa e os alemães social democratas admitiram esta “aliança” entre classe dominante e trabalhadores. O estancieiro Antônio de Farias era candidato a prefeito, e o resto da chapa era: doutor Graciano Alves de Azambuja, fazendeiro; coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, proprietário; Edmundo Dreher, comerciante; Apelles Porto Alegre, professor; Henrique Schmit, comerciante; havia ainda farmacêuticos e outros proprietários. E no meio disso tudo, um operário: Luis Vatter. Foi a primeira vez que surgiu uma oposição ao Montauray. Quer dizer, no racha da classe dominante, quando um grupo quis abandonar o outro, os do campo contra os da cidade

Movimento Operario do Rio Grande do Sul
(Colecção do Club Imprensa Operaria)

Xavier da Costa: guru dos operários

— porque de uma certa forma era isto —, os estancieiros e a pequena burguesia da cidade, para derrubar o feudo do velho Borges de Medeiros(*), que era a prefeitura dominada pelo Montauray, foram buscar o apoio dos operários. Começou aí o processo de cooptação da classe trabalhadora, com as vistas grossas, com o beneplácito da social democracia. Entendendo o populismo, a grosso modo, antes de mais nada, como a cooptação da classe trabalhadora, então ele começou aí, com a tríplice aliança de 1906/1908. E vou repetir: isto foi o atestado de óbito da social democracia. Dois anos depois, eles eram corridos a tapa das associações operárias de Porto Alegre.

“Em 1917 já havia um comando de greve anarquista”

— E aí começa o período anarquista?

— Sim, os anarquistas fizeram um avanço, era demais, não dava mais para agüentar: a social democracia se aliava com a burguesia, usava o seu peso político no meio da classe trabalhadora para atrelar os operários à classe dominante, ao Partido Republicano Rio-grandense. E esse atrelamento é tão escandaloso, que em 1912 o Francisco Xavier da Costa, o guru da social democracia, ganhou do velho Borges de Medeiros, de presente, o cargo de vereador de Porto Alegre e ficou lá até 1930! Fecha aí, então, em 1910, o período de dominação da social democracia, porque ela apodreceu, entregou o que podia à classe trabalhadora.

— Vem então a reação dos anarquistas...

— Aí entra a corrente mais autêntica, mas respeitável e extraordinária que atuou no nosso meio, que foi a corrente anarquista. No lugar da velha Liga Operária Internacional, de 1895, havia surgido a Forgs, Federação Operária do Rio Grande do Sul. A Forgs, fundada por volta de 1905 pela social democracia, surgiu porque já estava muito queimada a imagem da Liga Operária Internacional. Até 1910, ela fica na mão da social democracia, quando os anarquistas investem furiosamente e acabam tomando a Forgs.

Eles iniciaram tomando pequenas entidades, a Associação dos Alfaiates, a dos Sapateiros, a dos Correios, e quando conseguiram a maioria nestas pequenas entidades correram os social democratas da Forgs, que era uma entidade colegiada cujos dirigentes elegiam-se com os votos das suas filiadas.

No final de 1910, começa então um período de grandes agitações. Os anarquistas e anarco-sindicalistas tomam quase todas as entidades operárias existentes, organizam as categorias até então desorganizadas, levam as massas para as ruas, em 1912, numa grande campanha contra a carestia, fazem várias greves entre 1910 e 1920 — quase todas vitoriosas —, que são pequenos prelúdios da grande greve de 1917, que ficou conhecida como “a guerra dos braços cruzados”, segundo a expressão do velho Borges de Medeiros.

É realmente um trabalho fantástico o realizado pelos anarquistas entre 1910 e 1920. Por exemplo, ao contrário do período social democrata, quando a classe trabalhadora tinha um ou dois gurus — como é o caso do Francisco Xavier da Costa —, o anarquismo nesta fase se caracterizou pelo surgimento de inúmeras lideranças. Tanto que na greve de 1917 quem dirigia era um colegiado — o que seria o comando de greve de hoje. E aqui e preciso questionar um dogma anti-anarquista: o da desorganização. Porque em 1917, eles deram um exemplo de organização, pararam a cidade inteira em todos os setores, fizeram um senhor trabalho.

(*) Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente da Província do Rio Grande do Sul de 1898 à 1908 e de 1913 à 1928, dominou a política estadual durante todo o período da República Velha. Um dos líderes do Partido Republicano Rio-grandense, foi influenciado pelas idéias positivistas de Júlio de Castilhos. Combateu a outro caudilho da época, Gaspar da Silveira Martins, durante a Revolução Federalista de 1893.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe “A”, utilize uma emissora que convive com a classe “A” nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe “A”.

Marx: a História em quadrinhos

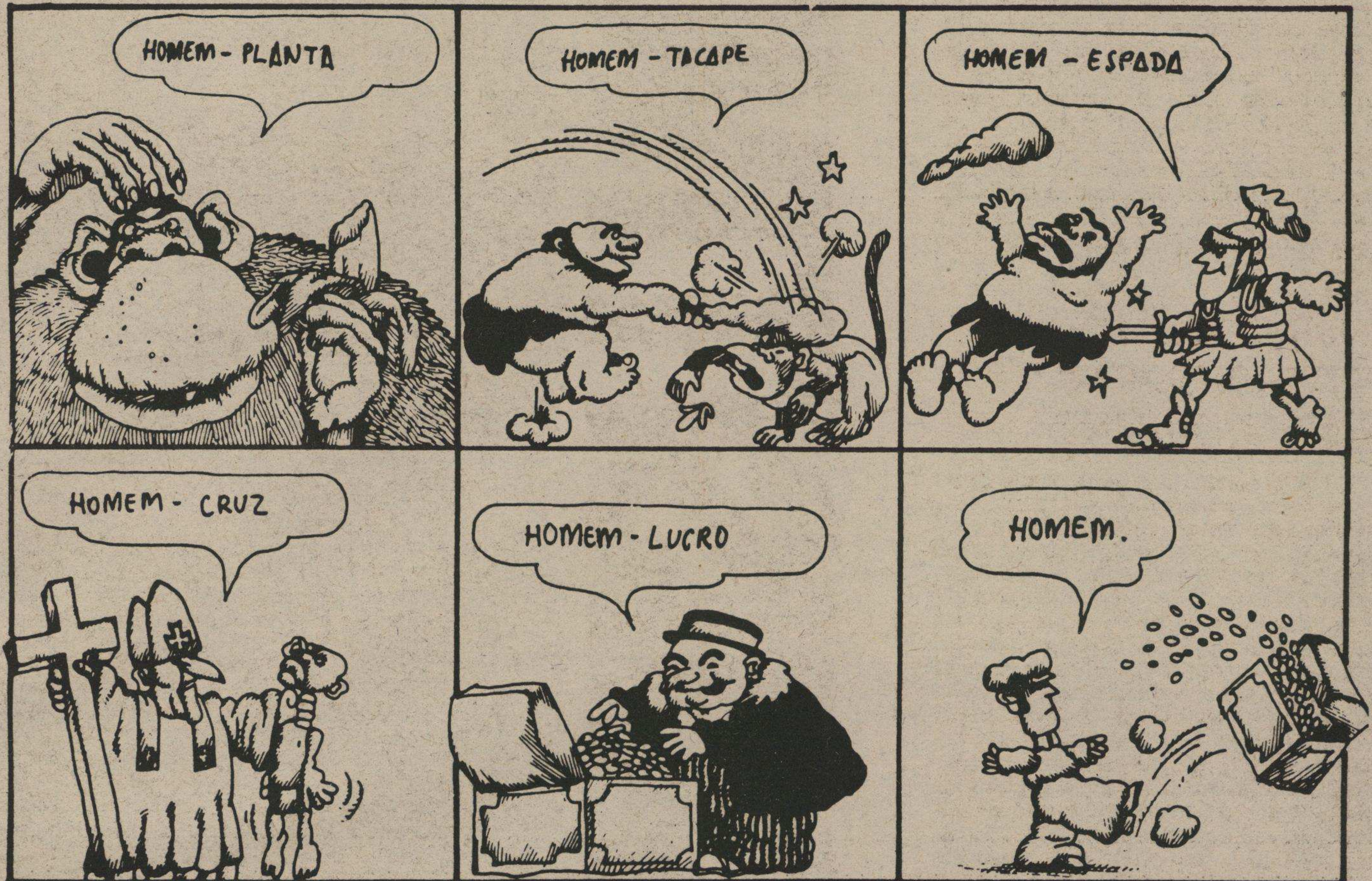
MANIFESTO COMUNISTA, de Karl Marx e Friedrich Engels, quadrinizado por Rodolfo Mercenaro, Editora Versus, Cr\$ 168,00.

O CAPITAL EM QUADRINHOS, volume I de O Capital, de Karl Marx, quadrinizado e comentado por K. Ploekinger e G. Wolfran, Editora e Livraria Escrita, Cr\$ 200,00.

São as contradições da abertura. No momento em que o poder procura aliviar as pressões da sociedade civil e é obrigado a inibir de leve a repressão para que nada se altere, aí mesmo é que as coisas acontecem. Dentro dessa feliz ironia é que pintaram os quadrinhos acima. O Manifesto veio antes: primeira edição em abril de 79 e — sucesso — segunda edição em julho do mesmo ano. O Capital já é da safra de 80.

No prefácio da edição italiana de O Capital Em Quadrinhos, Lúcio Colletti diz: "Confesso que quando você (o editor) me pediu para fazer a apresentação (...) só aceitei porque tinha a firme intenção de fazer uma crítica negativa e totalmente destruidora." E prossegue, preocupado com um possível abandono dos textos originais de Marx em favor das versões em quadrinhos, especialmente por parte dos jovens leitores. Apesar das objeções do prefaciador serem legítimas, ao fazê-las ele certamente não estava pensando no leitor brasileiro. Porque aqui o furo é mais em baixo: de que maneira o brasileiro médio — e não só os jovens — vai entrar em contato com esses textos básicos para qualquer idéia política, econômica ou social? Como apresentar Marx a um público brasileiro significativo quanto tudo o que foi feito aqui nos últimos 16 anos teve como pretexto exatamente afastá-lo? Como começar a urgente tarefa de preparar as pessoas para o confronto de idéias, nessa hora de novos partidos e coisa e tal?

A resposta bem pode ser a História-em-quadrinhos-no caso, História mesmo. Acho que, nessas circunstâncias, o valor maior dos dois trabalhos reside aí. Os quadrinhos são uma forma comprovadamente eficaz de comunicação



com um público jovem e/ou despreparado. Portanto, representam um bom primeiro passo.

Quanto aos quadrinhos em si, são trabalhos honestos. Apresentam as idéias segundo o texto original, sem buscar nenhuma interpretação que não a gráfica, evidentemente. Ex. graficamente, O Manifesto é bem melhor. Ro Marcenaro, o desenhista, trabalhou os quadrinhos criativamente, ilustrando o texto original com segurança e humor. Seu traço é detalhado e clássico, lembrando às vezes o trabalho do argentino Quino. Quer dizer, um desenho de quem gosta de desenhar e sabe o que está fazendo. Já a tradução — de Edson da Silva Coelho — parece meio insegura, revelando um medo de afastar-se do original que leva o tradutor, por exemplo, a verter literalmente expressões idiomáticas sem procurar o equivalente brasileiro e assim desconstrói o texto. Evidentemente, isso não chega a prejudicar o conjunto da HQ, que está bastante bom.

Quanto aos quadrinhos de O Capital, de autoria dos alemães Ploekinger e Wolfran, o pago é outro. É um trabalho

feito com garra e criatividade, mas não consegue atender um princípio fundamental nas histórias-em-quadrinhos: a necessidade de qualidade nos desenhos. Ambos autores têm humor, têm potencialidade e vontade, mas são evidentemente principiantes.

Em termos de ilustração, o livro tem duas partes, uma de cada autor: o primeiro — não há indicação de quem fez o que — tem um desenho bastante pessoal, mas ainda tosco e confuso; o segundo não é tão criativo, mas desenha com mais clareza, trazendo uma leve influência do cartunista francês Wolinski. Pelo menos, está bem influenciado.

Quanto ao texto, já tem uma tradução bem mais segura e tranqüila, por conta de Maria Luiza Jens. Feita essa breve avaliação, falta dizer só o seguinte: pra quem não conhece as duas obras, tá uma ótima oportunidade de começar a se instruir. É bom aproveitar. Logo! Quem é brasileiro sabe como é que são essas coisas...

EDGAR VASQUES



CRONISTA DO VIVER ABSURDO

O JORNAL DE ANTÔNIO MARIA, de Antônio Maria, Editora Paz e Terra, 142 páginas.

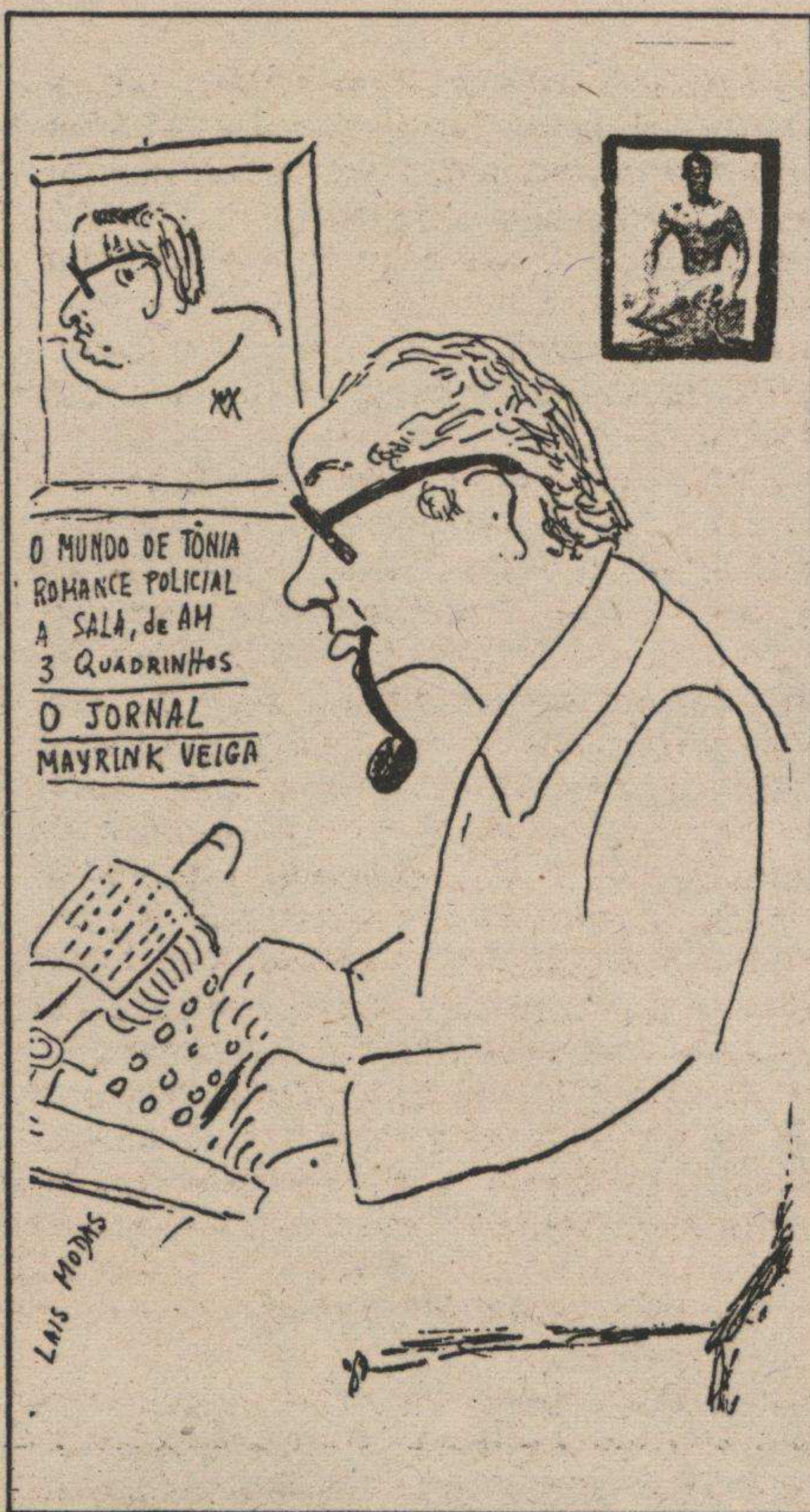
Editado originalmente por José Aparecido de Oliveira para a Editora Saga, em 1968, e rapidamente esgotado, este livro esperou 12 anos para receber uma reedição. Foi muito tempo, quase demais, as pessoas já nem lembram de Antônio Maria Araújo de Moraes, filho de um rico usineiro do Recife que veio ao Rio de Janeiro em 1940, com 19 anos, e acabou construindo em crônicas publicadas em diversos jornais cariocas uma obra literária de raro sabor.

As crônicas de Antônio Maria mostram o Rio cosmopolita através dos olhos de menino do Recife, filho de uma conservadora cultura nordestina. O gosto diferente, às vezes irônico, outras vezes sutil, mas sempre muito poético dos escritos de Antônio Maria é resultado desta simbiose entre o garoto criado na provinciana Recife e nos engenhos de açúcar com o homem do mundo baseado em Copacabana. E *O Jornal de Antônio Maria* — que foi igualmente o nome de sua coluna diária, primeiramente na *Última Hora* e posteriormente em *O Jornal* — consegue, através de uma excelente seleção de 62 crônicas feita por Ivan Lessa, transmitir perfeitamente o espírito da obra de Antônio Maria.

Desde suas reminiscências de infância à sua imaginária correspondência, passando pelos sempre divertidos casos criados a partir de anúncios classificados de jornal, a obra do Maria está linear e claramente exposta no livro, um convite ao leitor para apaixonar-se pelo cronista. Quem gosta de crônica, quem não a considera um gênero menor e se encanta com Rubem Braga, Drummond em seus momentos de prosa ou com Fernando Sabino, não vai resistir a Antônio Maria sem gostar imediatamente.

Antônio Maria cativa e emociona sempre, como neste trecho, de 1940, logo após sua chegada ao Rio: "Minha cama é diferente das outras. Só tem dois pés — os da cabeceira. Os outros dois eu os fiz, com revistas velhas, pilhas de *O Cruzeiro*. Foi assim: Teófilo de Barros Filho embarcou para o norte e levou os pés da cama, para que ninguém usasse sua cama. Habituei-me tanto a esta caminha que, quando a sinto fora de nível, já sei: Fernando Lobo tirou uma revista, para ler no banheiro. Depois, ele botou no lugar. Às vezes perco o sono e preciso ler. Deito-me no chão e leio os pés da minha cama. Eu te amo, caminha. Com um amor tocado de adultério, porque não és minha, e sim, de Teófilo. Quando ele vier, se não te quiser mais, monto casa para você, fico com você, tudo".

Antônio Maria morreu em outubro de 1964, no terceiro enfarte, embora seus amigos garantam que a causa mortis



Antônio Maria numa caricatura da época

tenha sido amor. É possível, ele estava sempre apaixonado, e apesar de sua imensa feiúra foi correspondido por algumas das mulheres mais belas do Brasil. Morreu aos 43 anos, deixando ótimas crônicas e algumas das melhores letras de música feitas no Brasil. E morreu acostumado com sua feiúra, a ponto de chegar a parodiar uma música sua, com um resignado senso de humor: "Ninguém me ama, ninguém me quer, ninguém me chama de Baudelaire".

O Jornal de Antônio Maria tem uma bela apresentação de José Aparecido de Oliveira para os textos selecionados por Ivan Lessa, prefácio de Paulo Francis e uma oração de Vinicius de Moraes.

LUIZ AFONSO FRANZ

A FUNÇÃO DO POETA É COMBATER

DIANICE DIAMANTINA, de Fritz Teixeira Sales, Editora Vega, 100 páginas.

Participante desde 1940 em todos os movimentos culturais e democráticos no Brasil, atuante em todas as gerações — razão pela qual não pode ser enquadrado em nenhuma —, Fritz Teixeira de Salles, mineiro de Santa Lúzia, presente em plena ditadura Vargas, 1945, ao lado de

Mário de Andrade no Congresso de Escritores Realizado em São Paulo, como um dos representantes de Minas, acaba de lançar, pela Editora Vega de Belo Horizonte, *Dianice-Diamantina*, bela metáfora onde Diamantina, cidade mulher, é cantada.

Trabalho arduamente elaborado, onde foram consumidos vários anos de pesquisas, vasculhados velhos baús de nossa história, em *Dianice-Diamantina*, sem peias ou compromissos a não ser com a arte e a verdade, a memória brasileira é posta às claras. Diz o autor: "Procurei mostrar os problemas que Diamantina reflete. O problema da mineração, do subsolo, do estrangeiro que domina o Brasil hoje, como dominou na época colonial".

Um dos fundadores, como Darci Ribeiro, Tarcísio Ferreira, Paulo Emílio, dentre outros, da Universidade de Brasília, da qual se desvincularam posteriormente, Fritz Teixeira de Salles, além de poeta, ensaísta e historiador, fala do papel do poeta nos dias atuais: "A função do poeta na sociedade de hoje é combater. Combater tudo que está estabelecido como norma de vida, como sistema de vida, como dever do homem. Combater pela liberdade, seja ela que liberdade for, porque cada um tem a sua. E liberdade é poesia, é você poder amar quem quiser amar, é você trabalhar, ser, desenvolver-se dentro da perspectiva individual".

Prefaciado por Aires da Mata-Machado, folclorista e historiador, *Dianice-Diamantina*, livro onde o lirismo e a história confundem-se com o amor e a mulher amada, revela poemas que, pela seiva e qualidade, pode-se identificar o autor. Memorização I, pág. 25. "Cidade em policrâmia/querida-querida muito/ouve comigo/Diamantina/ Dianice/ nos blocos deste silêncio — pedras sobre pedras no céu/ desta pedra paisagem/ onde a arquitetura é devaneio/ conchas coloridas do se morar".

Atualmente Fritz Teixeira encara a violência como "a ideologia brasileira", como o meio de vida de todos nós, e até o seu próprio. Autor de vários livros como *Geografia da Violência*, 1975, *Associações Religiosas no Ciclo do Livro*, 1963, que é uma pesquisa social sobre as Irmandades Religiosas no Século XVIII em Minas, além de *Poesia e Protesto em Gregório Matos*, 1975, este poeta traz ao leitor, com *Dianice-Diamantina*, um dos mais belos e conscientes livros dos dias atuais.

CARLOS HERCULANO LOPES

A MENTIRA CANSOU A CEGONHA

ANGÉLICA, de Lygia Bojunga Nunes. Ilustrações de Vilma Pasqualini. Livraria Agir Editora, 94 páginas, Cr\$ 180,00.

Durante a 17ª Fiera del Libro per Ragazzi, realizada no início deste ano em Bolonha, na Itália, uma autora brasileira chamou particularmente a atenção dos participantes. Era um pouco estranho, por ser praticamente desconhecida no exterior, com exceção da França onde tivera um livro traduzido. Mas não tão estranho assim, pois seu nome havia sido indicado pelo Brasil para concorrer ao primeiro lugar em algo que se assemelha a um Prêmio Nobel de literatura infantil. Seu nome: Lygia Bojunga Nunes.

No final, Lygia tirou o segundo lugar. O primeiro ficou com um autor da Tchecoslováquia. E houve quem dissesse que seria uma descortesia não premiá-lo, principalmente porque o próximo encontro internacional de literatura infantil será realizado em seu país, sendo ele um dos anfitriões.

Pois é justamente Lygia Bojunga Nunes que tem reeditado o seu *Angélica*, uma das melhores obras destinadas a crianças, segundo a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

E quem é Angélica? Quem é essa cegonha descontente com a mania da mentira e do faz-de-conta e que foge de um país distante para o Brasil? Quem é essa cegonha que uma vez quase desnasceu? A resposta passa necessariamente por outros personagens, como Porto, um porco que odiava sua porca imagem e que vai trabalhar como tabuleta de um restaurante grã-fino. E passa também pelo elefante Canarinho, muito velho para conseguir emprego, e pelo crocodilo Jurisprudência, que vendia seu couro como maneira de subsistir. Ou ainda o sapo viúvo com seus sete sapinhos.

Passa também por outras coisas. Por exemplo: por uma peça em dois atos — "o primeiro com noventa centímetros e o segundo com um metro e dez" — onde os personagens vão lentamente recuperando sua identidade. Porque *Angélica* antes de tudo é a busca de uma identidade perdida na alienação do cotidiano e que só pode ser recuperada na ação coletiva e não na individualidade do jogo dos espelhos. *Angélica* é igualmente a luta contra os mitos, a hipocrisia e a mentira.

Tudo isso se veste de uma linguagem extremamente coloquial, às vezes com um jogo de imagens onde símbolos de um universo semântico diferente se cruzam e entrecruzam, trazendo ao leitor uma perplexidade diante do inesperado. Depois, o prazer estético que a surpresa reveste. Geralmente em *Angélica* a linguagem se traduz numa aproximação do real a ponto de marginalizar em sua prosa certas construções pronominais da linguagem escrita em favor de uma forma mais popular.

Por tudo isso é oportuna a reedição da obra dessa escritora nascida em Pelotas mas que mora no Rio desde os seis anos. O livro tem uma ótima diagramação, com ilustrações a cores de Vilma Pasqualini, fazendo com que texto e desenhos se fundam num todo de rara beleza.

SÉRGIO CAPARELLI

10 COOPERATIVAS ESTÃO À SUA DE JORNALISTAS DISPOSIÇÃO

Jornais, revistas, boletins, fotografias, audiovisuais, programas de rádio ou televisão: as 10 cooperativas de jornalistas que existem no Brasil têm condições de realizar qualquer serviço jornalístico.

Tome nota dos endereços:

JORNACOOP — SÃO PAULO — rua Rego Freitas, 530 (sobrelôja) 01220 — São Paulo — Fones: 256-7191 e 257-1633, JORNACOOP — SANTOS — rua Senador Feijó, 144, cj. 12, CP 797, fone 33-1822 — Santos — SP, COPJORNAL — rua Brasil, 1129, fone 23-3679 — Londrina — PR, COJORTIBA — rua Cruz Machado, 66, sala 908, CP 7258 — Curitiba — PR, COMCISA — av. Estados Unidos, 1, sala 910 — Salvador — BA, COOJORNAT — rua Felipe Ca-

marão, 358, Cidade Alta, fone 222-3087 — Natal — RN, COOJORNAPE — av. Dantas Barreto, 576, 10º andar, sala 1003 — Recife — PE, COOPIM — rua Evaristo da Veiga, 16, sala 508, fone 224-4343 — Rio de Janeiro — RJ, PROJORNAL — rua 72, 407, sobrelôja, Centro, fone 223-6006 — Goiânia — GO, COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE BRASÍLIA — Setor de Indústrias Gráficas, 430 — Brasília — DF.

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Fone: 33-5099 (PABX)
Telex: (051) 1605
90.000 — Porto Alegre
cooJORNAL®

Lançamentos

O BRAVO MATUTINO, de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. Originalmente tese de mestrado, esse livro é uma análise da ideologia do jornal *O Estado de São Paulo*. E vem provar mais uma vez que por trás da fachada de objetividade, neutralidade, imparcialidade, o jornalismo tradicional defende os interesses de seus donos. Editora Alfa Omega, Cr\$ 250,00, 176 páginas.

SONATA DE OUTONO, de Ingmar Bergman. O texto do último filme desse autor sueco se presta com perfeição para sua publicação sob a forma de livro: denso, profundo, cheio de surpresas. Editora Nórdica, 120 páginas, Cr\$ 160,00.

ABCHE, de Rius. O Manifesto Comunista e o primeiro livro de *O Capital*, de Marx, já podem ser encontrados em quadrinhos. Agora é a vida do revolucionário Che Guevara: Prova de que a linguagem dos quadrinhos se adapta perfeitamente para a divulgação de pensamentos e pensadores marxistas. Espaço Versus, 110 páginas, Cr\$ 180,00.

MONOPÓLIOS E MISÉRIA, de Marta Harnecker e Gabriela Uribe. O volume faz parte da coleção *Cadernos de Educação Popular*, publicados pela Global, 50 páginas, Cr\$ 80,00.

DEPOIS DA LUTA, de José Louzeiro. O autor é nacionalmente conhecido por seus romances-reportagens, como *Araceli*, *Meu Amor*, *Os Amores da Pantera* e outros, iniciando, ao lado do livro-reportagem, uma nova tendência dentro da ficção. *Depois da Luta*, segue esse mesmo caminho. Editora Record, 95 páginas.

A NOVA MULHER, de Marina Colasanti. Nascida na Etiópia, essa jornalista — trabalha no *Jornal do Brasil* — busca um diálogo franco com a mulher, na busca de uma identidade. Editora Nórdica, 200 páginas, Cr\$ 250,00.

A PESTE, de Albert Camus. Finalmente foi reeditada a obra de um dos maiores escritores de todos os tempos. Editora Record, 212 páginas, Cr\$ 260,00.

TEMPO DE AMAR, de Autran Dourado. Trata-se igualmente de uma reedição, da Difel, 150 páginas, Cr\$ 250,00.

SOCIALISMO, UMA VISÃO ALFABÉTICA, de Edgar Rodrigues. Diz o autor: "Este trabalho é dedicado aos nossos adversários, que por religiosidade (reacionarismo de direita e de esquerda) opinam, nas editoras e na imprensa onde contam com discípulos influentes, contra a publicação, ou silenciamento quando nossas obras aparecem (...)" Editora Porta Aberta, 298 páginas.

MEMORIAL DE ILHA NEGRA, de Pablo Neruda. Uma das obras significativas do poeta chileno, morto algum tempo após a chegada de Pinochet ao poder. Editora Salamandra, 260 páginas.

OS TRÊS MOVIMENTOS DA SONATA, de Antônio Brasileiro. Poesia. Editora Civilização Brasileira, 95 páginas, Cr\$ 130,00.

COMANDO DAS TREVAS, de Rodolfo O. Konder e ilustrações de George Duque Estrada. No Vale do Cobre, os inimigos da inteligência, aliados da morte, montam sinistra engrenagem trituradora de homens. Uma alegoria manchada de muito sangue, já publicado em Portugal. Editora Global, 70 páginas.

TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, de Marco Aurélio Nogueira e outros. Entre os colaboradores do número 8 dessa publicação, podem ser citados Anita Leocádia Prestes, com *A formação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades*, Nelson Werneck Sodré, com *uma Contribuição à história do PCB*, de além de um dossiê: *Trilateral ou a contra-ofensiva do imperialismo*. Livraria Editora Ciências Humanas, 200 páginas.

ADMINISTRAÇÃO EM TEMPOS TURBULENTOS, de Peter F. Drucker. O autor analisa inflação, liquidez, produtividade, num lançamento mundial: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão e Brasil. Livraria Pioneira Editora, 210 páginas.

H. MILLER
E O SEXO
COMO ARTE

TRÓPICO DE CÂNCER, de Henry Miller, Editora Ibrasa, 260 págs.

TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO, de Henry Miller, Editora Ibrasa, 348 págs.

SEXUS, de Henry Miller, Editora Record, 454 págs.

PLEXUS, de Henry Miller, Editora Record, 502 págs.

NEXUS, de Henry Miller, Editora Record, 489 págs.

No inverno de 1925, Henry Miller estava desesperado e sem um tostão. Vivava em Nova York com June Edith Smith, uma dançarina de cabaré de terceira categoria, que vendia seus poemas de bar em bar. Nessa época, tudo que o cerca "cheira a mofo, miséria e desespero". Em dezembro daquele ano, na esquina da Broadway com Kosciusko Street, perto de sua casa, inaugura-se uma nova livraria. Na vitrine, havia um pequeno poster de Dostoiévski: uma foto preto e branco, de uns 30 centímetros por 40. Durante várias noites daquele gélido inverno, Miller — geralmente com fome e mal agasalhado — ficou muitas horas parado em frente à foto. Implorava que, um dia, lhe fossem revelados os segredos da criação literária.

Nascido no dia de Natal de 1891, Henry Miller estava com 34 anos. Já havia trabalhado como lavador de pratos, vendedor de livros, cobrador de ônibus, repórter, mensageiro, coveiro, pregador de cartazes, barman, vendedor de bebidas, datilógrafo, caixeiro-viajante, lixeiro, porteiro, secretário de um pastor protestante, estivador, condutor de bonde, caixeiro de livraria, instrutor de ginásio, açouqueiro e leiteiro. Fracassara em tudo, não tinha onde cair morto e pensava exclusivamente em tornar-se escritor. Os livros, na verdade, eram a sua obsessão: devorava todos os autores, interessava-se por todos os assuntos. Mas ainda teve que amargar por mais seis anos até descobrir, de fato, "os segredos da criação" e escrever o seu primeiro livro decente: *Trópico de Câncer*.

A descoberta se deu em 1930, quando Miller deixou a América. "Como Rimbaud, eu odiava o lugar onde havia nascido. E o odiarei até o último dia". Em Nova York, na Califórnia ou em Denver, ele não conseguia criar nada de bom. Seus dois primeiros livros, *Clipped Wings* e *This Gentile World*, jamais publicados, eram simplesmente abomináveis. Foi aconselhado a desistir por todos que o leram.

TAPINHA NAS COSTAS

— Eu queria ter a palavra final quando estava apenas no começo — escreveria ele mais tarde. — Era absurdo e patético. Hoje, quando penso nas circunstâncias em que escrevi esses livros, quando penso na matéria transformante a qual tentei dar forma, quando penso naquilo que esperava abarcar de um só golpe, dou um tapinha amigável nas minhas costas e fico em paz.

Se Miller não tivesse ido para a Europa — com dinheiro de origem bastante nebulosa — ele provavelmente jamais se tornaria um grande escritor. Somente em Paris, conseguiu dar forma a seu furor imaginativo. Os segredos da criação literária se revelaram de forma abrupta para ele: instalou-se na casa do crítico Alfredo Perlès, seu amigo, adaptou um rolo de papel a sua máquina para que pudesse escrever sem parar nem para trocar de folha, a tal velocidade que produzia 40 laudas de uma só arrancada. Em dois meses, terminou *Trópico de Câncer*. "Escrevia sem pensar, como num vômito", dizia Perlès.

O vômito de Miller abriu as portas para um novo estilo literário. Junto com

Jack Kerouak, o beatnik andarilho que escreveu o fabuloso *On the Road*, ele criou os primeiros romances em "prosa espontânea": um estilo confessional, rápido, pretensamente autobiográfico e bastante pretensioso. Mais uma vez a literatura saiu dos gabinetes, abandonou fórmulas estereotipadas e foi sujar-se na lama das estradas.

Claro que as picantes aventuras sexuais e as dezenas de mulheres, reais e imaginárias, que desfilavam pelas páginas do seu *Trópico* rapidamente transformaram Henry Miller em autor maldito. Um escritor pornográfico, segundo cabeças hipócritas e moralistas. Desde o início ele ficou furioso e indignado com essa classificação. "No mundo da realidade — despedaçado, aleijado, paralisado pelo medo, ameaçado a cada instante por castigos — todos os desejos que queremos extravasar parecem errados ou maus. Nosso verdadeiro eu sabe que não é assim. Mas, de qualquer maneira, o que há de mais pornográfico do que a polícia, a ditadura, a guerra, a agiotagem e o colonialismo?"

"ISSO NÃO É UM LIVRO"

Mas a verdade é que até mesmo na liberal Paris, Henry Miller teve dificuldades para encontrar um editor disposto a publicar seu livro. Depois de alguns meses de espera, *Trópico de Câncer* foi editado em inglês para turistas americanos e britânicos e transformou-se, rapidamente, num grande sucesso. Entusiasmado, Miller continuou escrevendo desenfreadamente. Trabalhava pela manhã, à tarde dava longos passeios de bicicleta e, à noite, comia muito e bebia ainda mais. Em 1933, terminou *Primavera Negra* e *Trópico de Capricórnio*. No início de seu segundo *Trópico*, ele deixa claro o que pensa de sua obra:

— Isso não é um livro. É um libelo, uma difamação, uma calúnia. Não é um livro no sentido comum do termo. Não! É um insulto desmedido, uma cusparada na face da Arte, um pontapé no cu de Deus, do Homem, do Destino, do Tempo, da Beleza e do Amor... o que quiserem. Vou cantar para vocês, talvez um pouco

desafinado, mas vou cantar. Cantarei enquanto vocês estouram, dançarei em cima de seu ignóbil cadáver.

Na década de 40, começou a escrever a sua principal obra: *A Crucificação Encarnada*, dividida em três volumes. *Sexus*, *Plexus* e *Nexus*, todos com o mesmo estilo e a mesma violência. É proibido em centenas de países do mundo, principalmente nos Estados Unidos, onde seu primeiro livro só foi editado em 1962. Poucos anos antes disso, Jack Kerouak, em suas andanças pelo mundo, foi apanhado sem documentos em Marseille, vindo do Marrocos. Para identificar-se, mostrou um artigo literário sobre ele e Henry Miller. "Piore a situação", escreve. "Ser amigo e companheiro literário de Henry era bem pior do que não ter documentos".

Os anos passaram e os livreiros continuaram vendendo os livros de Miller embaixo dos balcões e as autoridades instituídas, proibindo-o sempre que possível. No Brasil, em 1976, o ministro da Justiça, Armando Falcão, decidiu proibir *Sexus*, *Plexus* e *Nexus* em todo o território nacional. Informado disso em seu esplêndido bangalô na deliciosa praia de Pacific Palisades, na Califórnia, Miller mostrou-se alegremente supreso e irreverente: "É mesmo verdade? Ora vejam só, eu já me julgava um velho ultrapassado. Fico feliz em saber que os meus livros ainda conseguem chocar alguém".

No dia 7 de junho último, nessa mesma casa de Pacific Palisades, Henry Miller, morreu, aos 88 anos. Deixou mais de 20 livros, cinco mulheres, dezenas de processos judiciais, centenas de pinturas. Entrou definitivamente na galeria dos grandes autores universais, descobriu todos os segredos da criação literária na sua linguagem crua, nas suas brilhantes e excitantes descrições de seus próprios atos sexuais. Continua proibido em vários países e é considerado um autor pornográfico por muitos. Mas como pode ser considerado pornográfico um homem que, certo dia, escreveu: "Até o último momento amarei a vida e estarei amando. A única coisa que conta é amar. Só amar".

EDUARDO BUENO



acerte no alvo

Faça de
LAMPIÃO
da Esquina
o seu jornal.
Assine agora.

● Desejo receber uma assinatura anual de
LAMPLÃO da Esquina ao preço de Cr\$ 360,00

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Envie cheque ou vale postal para a Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. — Caixa Postal 41031 — Santa Teresa — Rio de Janeiro-RJ. CEP 20241



LUIS FERNANDO VERISSIMO

CONSPIRAÇÕES

Como se sabe, existem várias conspirações em marcha no país. De esquerda, de direita e de centro. A do centro é a mais antiga delas. Começou antes mesmo de 64 mas até hoje não decidiu onde se reunir, o que tem atrasado um pouco. Existem duas facções na conspiração de centro, a Moderada Um e a Moderada Dois. Como seus programas são absolutamente iguais, isto tem gerado muitos conflitos. Os conspiradores de centro resolveram fazer uma votação para determinar de uma vez por todas, onde se reuniriam. Mas aí surgiu outro problema: onde se reunir para fazer a votação? Não se deve esperar muito da conspiração de centro.

•••

Na conspiração de esquerda uma figura se destaca das demais. É um homem misterioso de codinome Dr. Oto. Ele está sempre de impermeável com um chapéu desabado sobre os olhos. Usa nariz e bigode postiços. Ninguém sabe de onde ele vem e o que fazia antes da conspiração, mas em pouco tempo se impôs como o ideólogo do movimento. Foi dele a idéia de trocar a senha a cada nova reunião. Para evitar complicação, só ele sabe a senha. É o primeiro a chegar e fica na porta, controlando a entrada. Só entra quem adivinhar a senha. Há ocasiões em que ninguém entra e aí o Dr. Oto faz a reunião sozinho. Normalmente é ele quem preside as reuniões e já conseguiu que a conspiração se dividisse em dezesseis blocos antagônicos. Segundo ele, isto estimula o debate e gera novas idéias. Quando argumentam que desunida deste jeito a esquerda jamais chegará ao poder, o Dr. Oto sorri sob o seu nariz de bo.racha e fica em silêncio. Alegações de que o misterioso Dr. Oto é na verdade o Golbery são, é claro, fantasiosas. É curioso, no entanto, que ele sempre vai às reuniões num carro oficial.

•••

Existem várias conspirações de direita, o que tem causado uma certa confusão. Em recente acontecimento social em Brasília foi registrado o seguinte diálogo:

- A Raposa saiu da toca.
- Hein?
- A Raposa saiu da toca.
- Que bom. Mas que raposa?
- A Raposa. Você sabe. Operação Fustiga e Pimba.
- Operação Fustiga e Pimba. Certo. Escute, eu não sei o que você está tomando mas vou querer um desses também. Parece divertido.
- Vai me dizer que você...? Acho que me enganei.
- Eu o quê?



- Você não está na Conspiração de Agosto?
- Não. A nossa é a de setembro.
- Que cabeça a minha.
- Tudo bem.
- Como é que vai indo a conspiração de vocês?
- Mais ou menos. O recesso atrapalhou um pouco. A de vocês, pelo que vejo, vai de vento em popa. Afinal, se a raposa já saiu da toca...
- Sshhh. Esquece o que eu disse.

•••

- Disfarça e chega pra cá.
- O que houve?
- Acabei de falar com um membro da conspiração de agosto. Ele cometeu uma indiscrição. Disse que a raposa tinha saído da toca. Isso só pode significar uma coisa.
- Certo.
- O quê?
- O que o quê?
- Só pode significar o quê?
- Foi você quem disse que só pode significar uma coisa.
- Claro. Só pode significar uma coisa. Não pode significar duas. A questão é o que é que significa?
- Não sei e não me interessa.
- Como, não interessa? É importantíssimo para a nossa conspiração.
- Mas eu não estou mais na conspiração de vocês. Pedi transferência para a conspiração de outubro.
- Então esquece tudo.

- Pst. Você.
- Eu? Mas eu não sou o...
- Você. Acabo de saber que a conspiração de agosto prepara-se para agir. A raposa saiu da toca, ou coisa parecida. Isto confundiu a conspiração de setembro, o que para nós, da conspiração de outubro, é ótimo. Acho que devemos deflagrar a Operação Espanta Cavalo em seguida. Passe adiante.
- O quê?
- Como, o quê? O que eu acabo de dizer. Você não está na conspiração de outubro?
- É o que eu estava tentando lhe dizer. Eu não sou o garçom desta conspiração. O garçom desta conspiração é outro.
- Então esquece tudo. E me traz outro uísque.

•••

- Numa reunião de conspiradores, traçam-se os planos para a tomada do poder e a definitiva salvação nacional. Um dos conspiradores lê um cronograma.
- Anunciamos para a nação que era preciso dar um basta na anarquia. Na inflação desenfreada, na corrupção, no nosso descrédito internacional.
 - Isso.
 - Boa.
 - Certo.
 - Dizemos que as donas de casa,

com suas panelas vazias, nos mostraram o caminho a seguir. Com Deus pela Liberdade.

- Grande.
- Grande.
- Instalados um Marechal no poder e...
- Espera aí. Não existem mais marechais.
- Bom. Isso a gente vê depois. Instalamos um militar na presidência com o compromisso de sanar as finanças e cassar os direitos políticos de todos os que nos trouxeram a esta situação lamentável. Estabelecemos o arrocho salarial. Facilitamos o ingresso de capitais estrangeiros. Acabamos com a atividade sindical livre. Depois de algum tempo, editamos o Ato Institucional Número Um, que...
- Pare. Esse programa está me lembrando alguma coisa.
- Eu também acho que já vi isso antes...
- Tem certeza que você não está lendo o papel errado?
- É mesmo! Eu estou lendo o cronograma da Revolução de 64.
- Cancela tudo. Essa não deu certo.
- Bem que eu notei que o papel estava meio amarelo...

•••

As conspirações de direita se diferenciam entre si em alguns pontos vitais. Uma corrente quer fechar tudo. Outra corrente quer fechar tudo e jogar fora a chave. Uma terceira quer fechar tudo, jogar fora a chave e empregar a porta. Os conspiradores de direita acham que a situação, como está, não pode continuar.

- Abra qualquer jornal e o que é que você vê?
- Notícias de corrupção. Incompetência administrativa. Ministros se contradizendo...
- Está em todos os jornais: o custo de vida não pára de subir.
- A dívida externa...
- Todo mundo se queixando.
- Isso não pode continuar assim!
- Só há uma coisa a fazer.
- É claro...
- Censurar os jornais!

•••

Enquanto isto, na esquerda, o dr. Oto conseguiu que cada uma das dezessete facções se dividissem em duas alas. Elas devem decidir, na queda de braço, quem representará cada facção. Depois os representantes das dezessete facções disputarão um concurso de oratória, com turno e retorno, a liderança da conspiração. Depois, sutilmente, o dr. Oto sugerirá que este líder não serve e tudo começará outra vez. Aí...